

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2008.....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
CENÁRIO ECONÔMICO.....	4
NOSSOS NEGÓCIOS.....	5
VALOR DA MARCA CEMIG.....	6
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	7
INVESTIMENTOS	8
COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	13
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO.....	18
LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA.....	24
POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA	24
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	26
MERCADO DE CAPITAIS.....	27
POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS.....	30
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO	30
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES	31
GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	31
TECNOLOGIA.....	33
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO.....	48
A CEMIG EM NÚMEROS.....	50
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA	51
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	52
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	54
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	56
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	58
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	59
1) – CONTEXTO OPERACIONAL	59
2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	62
3) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	70
4) – DAS CONCESSÕES	71
5) – DISPONIBILIDADES.....	73
6) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	73
7) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS.....	75
8) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”	75
9) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE	77
10) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA.....	78
11) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	79
12) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	80
13) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO.....	82
14) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS.....	82
15) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS.....	84
16) – INVESTIMENTOS.....	85
17) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	92
18) – FORNECEDORES.....	94
19) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	94
20) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	95
21) – ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	98
22) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	98
23) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS.....	104
24) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	110
25) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	114
26) – RECEITA DE USO DA REDE – CONSUMIDORES LIVRES	115
27) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	115
28) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL.....	115
29) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	116
30) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO.....	118
31) – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO	118
32) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	119
33) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	120
34) – SEGUROS.....	125
35) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	125
36) – REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO	126
37) – EVENTOS SUBSEQUENTES	127
38) – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA	128
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE.....	131

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2008

Senhores Acionistas,

A Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008. As principais informações deste Relatório referem-se às atividades da Controladora e das empresas nas quais o controle é exercido integralmente, destacando-se a Cemig Distribuição S.A e a Cemig Geração e Transmissão S.A.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2008 foi marcado por dois períodos bem distintos.

Até setembro de 2008 o País crescia de forma vigorosa e o consumo de energia elétrica acompanhava esse crescimento. O mercado de energia elétrica da Cemig Distribuição até o 3º trimestre de 2008, por exemplo, apresentava um crescimento de 7,15% em relação ao mesmo período do ano anterior. No cenário macroeconômico, ocorreu um aumento nas taxas de juros em função da pressão inflacionária, mas em contrapartida, havia um excesso de liquidez no mercado, o que permitia a captação de recursos pelas empresas com taxas atraentes.

A partir de setembro de 2008, com o acirramento da crise internacional e a piora das condições macroeconômicas nos Estados Unidos e Europa, ocorreu uma redução no crédito internacional, com reflexo também nas economias dos países em desenvolvimento e impactos negativos oriundos da redução da demanda e da restrição de investimentos.

Podemos afirmar que a CEMIG, apesar de também fazer parte desse ambiente de restrição de crédito e investimento, está conseguindo administrar os efeitos da crise de uma forma positiva. Fizemos em 2008 uma revisão dos nossos processos, com a identificação de ações que permitirão uma redução significativa nas despesas operacionais da Companhia, sendo que os resultados, que já serão materializados parcialmente em 2009, estão previstos para serem integralmente obtidos em 2010, após a implementação de todas as ações.

Encerramos o ano de 2008 com um saldo de caixa consolidado de R\$2,3 bilhões. A nossa dívida está perfeitamente equacionada, sendo que o vencimento no curto prazo, de R\$1,3 bilhão, está concentrado basicamente no 4º trimestre de 2009, quando imaginamos que terão sido reduzidas as restrições de crédito. De qualquer forma, a geração de caixa da Companhia permite que possam ser honrados os compromissos com os agentes financiadores em conformidade com as cláusulas contratuais sem maiores dificuldades. A dívida líquida da Companhia corresponde a geração de caixa de um ano, ou seja, uma posição confortável de liquidez.

No que se refere ao nosso desempenho econômico-financeiro, podemos afirmar que o ano de 2008 foi de bons resultados para a Companhia. Apesar da revisão tarifária da Cemig Distribuição, com uma redução de 12% na receita em abril de 2008, a Companhia apresentou um lucro de R\$1,9 bilhão e uma geração de caixa, medida através do Lajida, de R\$4,1 bilhões, resultados superiores em 8,1% e 0,6% em relação aos de 2007.

Apesar da crise internacional, a Companhia mantém a sua disposição prevista no seu planejamento estratégico de ser uma das empresas consolidadoras do setor elétrico nacional, sendo mantido o programa de investimentos previsto para o exercício de 2009.

Nossos investimentos em 2008 foram de R\$1,4 bilhão, um resultado expressivo decorrente em sua maior parte da expansão da distribuição dentro do Estado de Minas Gerais e os investimentos nas usinas de Baguari e Cachoeirão. Devem ser ressaltadas as aquisições anunciadas em 2008, mas cujo desembolso ocorrerá somente em 2009.

Adquirimos uma participação adicional no capital das empresas transmissoras de energia chamadas de TBE. Um investimento superior a R\$500 milhões, que dobrará a nossa participação no capital dessas transmissoras.

Outro investimento que tem um valor estratégico muito importante para a Companhia é a aquisição de três parques eólicos no Estado do Ceará, com início de atividades operacionais em março de 2009, no valor de R\$213 milhões. Somos a empresa que construiu a primeira usina eólica com geração comercial do Brasil, a usina do morro do Camelinho, localizada em Minas Gerais e essa aquisição representa a entrada da CEMIG de forma efetiva em um novo mercado de geração de energia elétrica, uma tendência mundial de busca de alternativas sustentáveis de geração de energia para os próximos anos.

Como preparação para o desenvolvimento de novas matrizes energéticas, criamos a Diretoria de Gás, responsável pela gestão das atividades da Gasmig e dos estudos a serem feitos nos próximos anos para prospecção de gás e petróleo no Estado de Minas Gerais e na região Nordeste. Essa prospecção visa alavancar a distribuição de gás em Minas Gerais e a construção de termoelétricas, como alternativa de suprimento de gás no atacado.

O mercado de capitais reconheceu a saúde financeira da Companhia e a sustentabilidade das nossas práticas corporativas. Em um ano onde praticamente todas as ações de empresas brasileiras apresentaram fortes quedas, as ações preferências da CEMIG tiveram uma variação positiva de 4,9% em comparação a variação negativa de 41% no Ibovespa. As ações ordinárias tiveram uma redução de 20%, ainda assim uma variação bem inferior a redução média da bolsa brasileira. Destacamos ainda que a agência de rating Moody's elevou a classificação de risco da CEMIG para uma posição considerada grau de investimento em nível mundial, o que atesta a excelência da qualidade de crédito da Companhia.

O reconhecimento internacional da sustentabilidade das nossas operações se materializou também na inclusão da CEMIG pela nona vez consecutiva no índice mundial Dow Jones de Sustentabilidade, sendo uma das empresas melhores avaliadas no setor de *utilities*. Outro reconhecimento importante foi a inclusão da CEMIG entre as empresas mundiais que integram o seleto grupo do índice The Global Dow, lançado em novembro de 2008 nos Estados Unidos, com o objetivo de servir de referência para os mercados mundiais, de forma similar à do Índice Dow Jones da Bolsa de Nova York. O índice The Global Dow inclui 150 empresas de 25 países, consideradas como líderes mundiais, e do Brasil foram incluídas apenas três empresas, sendo a CEMIG uma delas. O índice representa ações de empresas que estão impulsionando a economia global hoje, bem como aquelas que devem ter esse papel no futuro.

No cenário nacional, o reconhecimento também foi feito pelos nossos clientes. Pelo terceiro ano consecutivo, a CEMIG foi uma das finalistas do Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Cliente – Iasc. Na opinião dos consumidores entrevistados, a Cemig Distribuição ficou, mais uma vez, entre as três melhores concessionárias da região Sudeste, com mais de 400 mil consumidores.

O ano de 2009 se apresenta com muitas incertezas no cenário internacional e também sobre como a economia brasileira será afetada pela crise mundial, com a restrição do crédito e da demanda. Ainda não sabemos a profundidade e duração dos efeitos desta crise sobre o País, mas entendemos que a CEMIG, com seu diversificado portfólio de negócios, suportada na sua disciplina financeira e nas práticas corporativas responsáveis, está posicionada para transformar em oportunidades as dificuldades deste período de turbulência, aproveitando a falta de liquidez no mercado para incrementar o seu programa de investimentos e de aquisições.

Finalizando, agradecemos aos nossos empregados pelo seu comprometimento e competência que fazem da CEMIG a melhor energia do Brasil, e à confiança dos nossos acionistas, em especial ao nosso acionista majoritário, representado pelo Governador Aécio Neves, apoiando nossa estratégia de crescimento que posiciona a CEMIG na liderança do processo de consolidação do setor elétrico brasileiro.

CENÁRIO ECONÔMICO

Ao longo do ano de 2008 ocorreu uma rápida deterioração no cenário macroeconômico internacional.

A crise do chamado “subprime”, que começou no setor imobiliário americano ainda no ano de 2006 e se prolongou pelo ano seguinte, atingiu todo o setor financeiro mundial em 2008, com um rápido agravamento a partir de setembro do ano passado. Esta recessão econômica, considerada por muitos especialistas como uma das maiores desde a crise de 1929, levou à falência inúmeras instituições financeiras, provocando ao mesmo tempo um aumento na aversão ao risco, atingindo a economia real. Linhas de financiamento foram cortadas e as empresas não conseguiram mais se financiar e investir através de taxas de juros compatíveis com a realidade econômica.

Ao final de 2008, essa deterioração da economia atingiu fortemente o mercado de trabalho mundial, com demissões em massa, em especial nos Estados Unidos e países que integram a União Européia. A recente aprovação do pacote econômico americano aumentou as expectativas quanto à retomada do crescimento mundial ao final de 2009. Porém, esse crescimento depende de como serão feitos os investimentos e como serão contornados os problemas gerados pela aversão ao risco e queda de liquidez.

Em relação à economia brasileira, o ano de 2008 foi marcado pela manutenção e aumento na taxa de crescimento do PIB até o primeiro semestre do ano passado, quando os primeiros efeitos da condição econômica mundial começaram a se refletir na economia doméstica. Entre os principais setores afetados no Brasil, destacam-se aqueles exportadores que sentiram grande impacto na queda dos preços das commodities. Aliado a isso ocorreu uma grande restrição e aumento no custo do crédito, que impactou os setores automobilístico, de serviços e consumo.

Porém, ao contrário de anos anteriores, no que se refere aos reflexos desta crise o Brasil possui uma situação mais confortável. Esta condição macroeconômica favorável advém da política econômica adotada que, através de superávits fiscais e política monetária utilizando câmbio flutuante e metas de inflação, permitiram ao país reduzir o endividamento externo e melhorar suas contas públicas. O reconhecimento desta situação veio no primeiro semestre de 2008, quando o país recebeu a nota de grau de investimento pela Standard & Poors.

Juntamente com esta condição benigna, o governo nos últimos meses vem atuando fortemente para atenuar os impactos da crise. Dentre as medidas mais importantes destacam-se a redução no IPI, a alteração na forma de cobrança do imposto de renda e alterações no IOF. Junto a essas medidas de cunho fiscal, o governo aumentou as linhas de financiamento do BNDES, visando regularizar a concessão de financiamentos e liquidez no sistema financeiro.

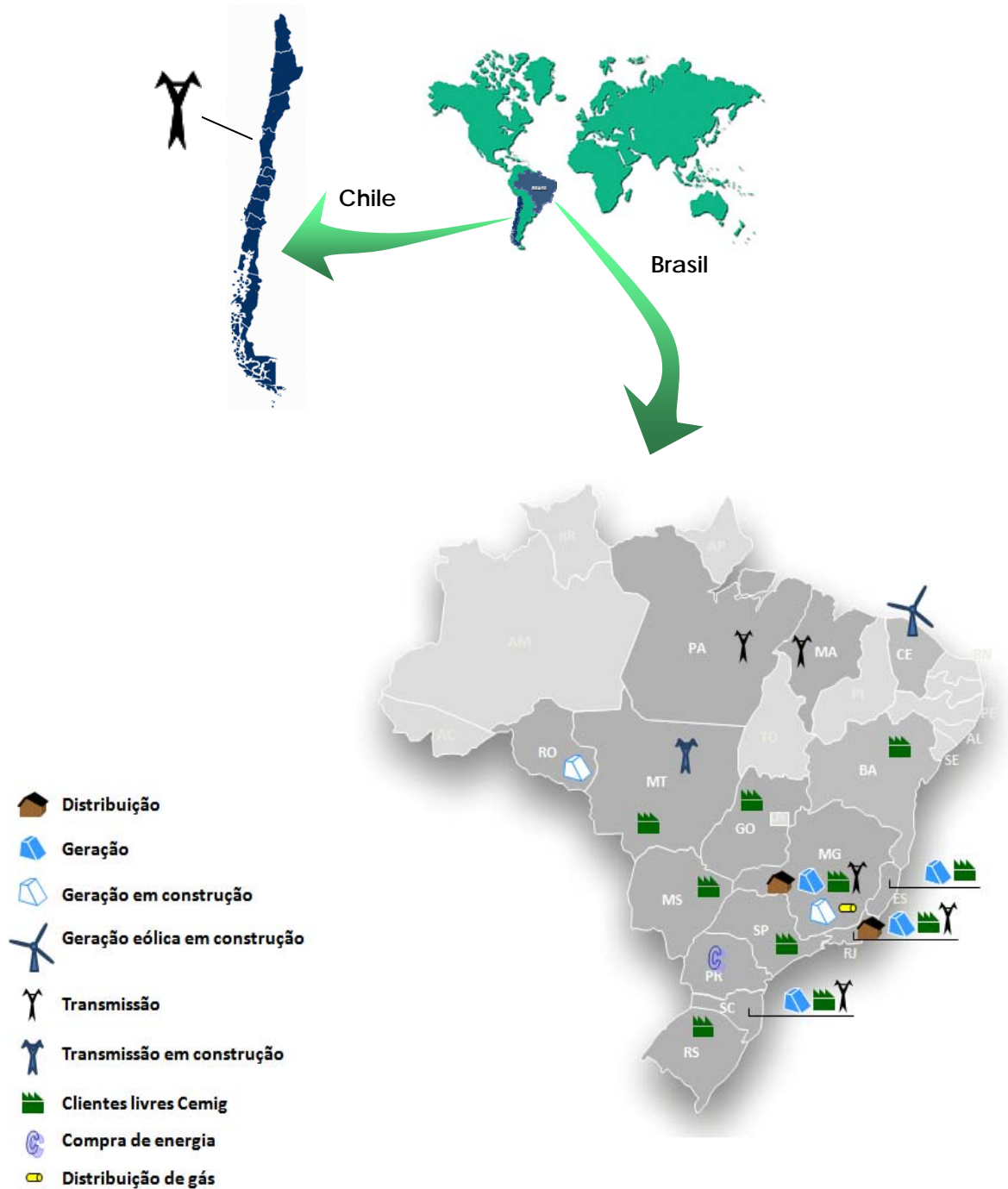
O grande desafio para o ano de 2009 consiste na redução acentuada das taxas de juros, que permitirá ao país crescer de forma mais intensa nos próximos anos, uma vez que as pressões inflacionárias praticamente não se fazem mais presentes e o país necessita de vultosos investimentos em infraestrutura. Mesmo com estes enormes desafios a economia brasileira ainda deverá crescer em 2009 e manter uma trajetória de crescimento sustentável ao longo de 2010, a depender também da condição econômica internacional.

NOSSOS NEGÓCIOS

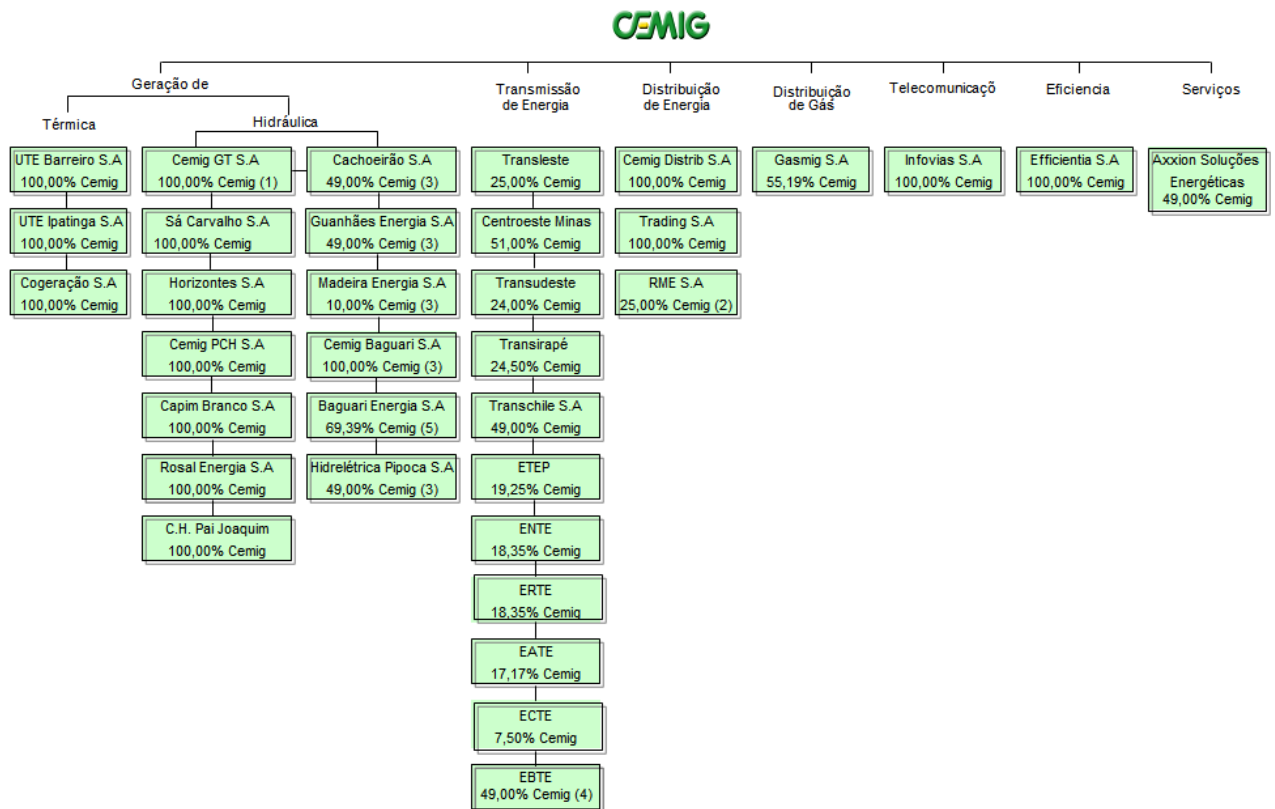
A CEMIG tem uma atuação expressiva no setor elétrico, tendo constituído diversas empresas para o gerenciamento de seus ativos.

Atuação Geográfica

Conforme pode ser observado no mapa abaixo, a CEMIG atua em várias regiões do País, com uma maior concentração na Região Sudeste. Observa-se também sua atuação fora do País com a LT Charrúa – Nueva Temuco, no Chile, com previsão de início de operação no 1º semestre de 2009.



Estrutura Societária



(1) Possui também atividades de transmissão de energia elétrica

(2) A Rio Minas Energia detém uma participação de 52,13% no capital da Light S.A.

(3) Controladas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (em conjunto) com atividades de geração e comercialização de energia. Empresas em fase pré-operacional.

(4) Controladas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (em conjunto) com atividades de transmissão de energia. Empresas em fase pré-operacional.

(5) Controladas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (em conjunto) com atividades de operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari Empresas

VALOR DA MARCA CEMIG

Atualmente, na era da informação, os produtos, máquinas e equipamentos podem significar menos para as empresas do que a sua imagem, seu *know-how*, sua marca, sua capacidade de desenvolvimento tecnológico, ou mesmo seu capital intelectual. Estes valores, conhecidos como Ativos Intangíveis, quando mensurados, podem valer no mercado muitas vezes mais que os ativos tangíveis registrados contabilmente.

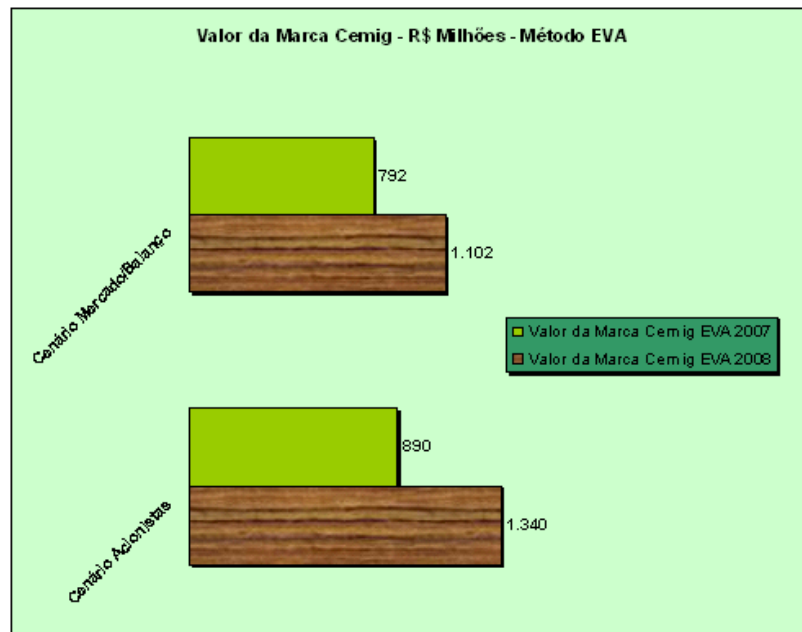
Dentro desse contexto, a CEMIG, de forma pioneira no mercado de energia, decidiu avaliar, em 2007, a sua marca com objetivos estratégicos de gestão e mitigação de risco. Criou-se um painel de indicadores da marca CEMIG integrado ao Balanced Scorecard da empresa, bem como todo um processo interno de gestão da mesma.

A força de sua marca pode ser vista no relacionamento com clientes, acionistas, formadores de opinião (tais como mídia especializada, ambientalistas, ONGs, Prefeituras, entre outras), investidores e empregados.

O valor da Marca CEMIG foi calculado pelo método baseado no Uso Econômico pela Brand Finance, uma das principais empresas do mundo especializadas em valoração de marcas. No método da Brand Finance, procurou-se conhecer o valor futuro do fluxo de lucro gerado pela marca em função do pacto feito com seu cliente e demais stakeholders. Por isso, ele é baseado no valor descontado dos lucros futuros gerados pela marca, segregando-se entre o lucro atribuído aos ativos tangíveis e intangíveis.

A determinação da contribuição da marca ao negócio foi feita a partir de uma pesquisa quantitativa junto aos públicos, avaliando o desempenho da Marca CEMIG nos seguintes drivers de valor: Credibilidade, Confiança & Solidez da empresa, Inovação e Tecnologia, Ética e Transparência, Qualidade, Práticas de Gestão, Desenvolvimentista, Imagem, Tarifa/Condições de Contrato, Suporte Técnico/Atendimento, Responsabilidade Socioambiental, Associação com o Estado.

Com isto, o valor da marca CEMIG pode ser sumarizado, conforme a seguir, em dois cenários diferentes, considerando-se a visão dos acionistas e de Balanço/Mercado nos negócios de geração & transmissão e distribuição:



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Nossa estratégia atende ao Plano Diretor (2005/2035), que estabelece as bases para o planejamento estratégico da CEMIG.

Nosso foco é de ampliarmos nossa área de atuação (energia elétrica e gás) em todo o território brasileiro, respeitando os limites regulatórios, além de iniciarmos os primeiros investimentos em projetos internacionais. Além disso, buscamos a geração de valor para os nossos acionistas e a comunidade a que servimos, através da nossa consistente política de dividendos; responsabilidade social e ambiental; lucratividade dos nossos negócios; gestão integrada de riscos; gerenciamento do desempenho de nossas atividades operacionais e gestão do capital humano.

Outro passo importante é o aprimoramento da gestão da estratégia corporativa. No ano de 2008, destaca-se a consolidação de um processo contínuo de planejamento e gestão da estratégia. A estratégia corporativa e dos principais negócios da empresa (geração, transmissão e distribuição) são acompanhadas através de um fluxo estruturado de reuniões, onde se discutem os mapas estratégicos com seus objetivos, indicadores, metas e iniciativas que permitirão a melhoria constante dos nossos resultados. Mais um ponto forte deste ano diz respeito à criação do Plano de Comunicação da Estratégia. Este plano tem como objetivo tornar a estratégia da CEMIG conhecida por todos os seus empregados. A disseminação da estratégia corporativa por toda a empresa é fundamental para que os empregados entendam qual a sua contribuição para os principais desafios da empresa, estimulando, assim, o envolvimento de todos na entrega dos resultados.

Todos esses esforços objetivam manter a CEMIG como uma das melhores empresas do setor elétrico brasileiro, sempre buscando as oportunidades de aquisição de ativos existentes, o aumento da competitividade nos leilões da expansão de geração e de transmissão nos quais participamos, além da busca constante de eficiência operacional.

Assim, para a Companhia, crescer é um desafio e, acima de tudo, condição de sobrevivência em um mercado que se consolida em um número reduzido de empresas, mas de grande porte.

INVESTIMENTOS

Adicionalmente às atividades de concessionária do serviço público, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a CEMIG vem desenvolvendo várias outras atividades sinérgicas ao seu negócio principal, levando a sua marca a setores diversos como telecomunicações, serviços de eficiência energética e outros, objetivando sempre o aumento na rentabilidade da Companhia e fortalecimento de sua posição no mercado.

Foi organizado, no final dos anos 90, o Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano quinquenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução desses projetos e garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração seja atendido.

Os investimentos da CEMIG, líquidos de alienação de participação societária, foram como segue:

	2008	2007	Var. %
Geração	206	279	(26,16)
Distribuição	883	861	2,56
Transmissão	105	78	34,62
Venda da Way Tv	-	(49)	-
Gás e Outros	159	16	893,75
	1.353	1.185	14,18

Geração

A CEMIG e suas controladas possuem 63 usinas, sendo 58 hidrelétricas, 4 termelétricas e 1 eólica, com uma capacidade instalada total de 6.678 MW.

Investimentos em Geração

Revitalização do parque gerador da CEMIG

A CEMIG vem realizando amplo programa de revitalização de suas usinas. O objetivo é restabelecer a vida útil das plantas, estimada em 30 anos depois da revitalização.

O projeto de revitalização inclui a atualização tecnológica dos sistemas de regulação, excitação e proteção, além das reformas dos geradores e turbinas. A revitalização das plantas de geração possibilita, além do restabelecimento da vida útil, aumento da confiabilidade operativa, maior eficiência da proteção física e elétrica e melhor resposta às oscilações do sistema.

Em 2008 foram concluídas a revitalização da usina de Jaguará. Até 2011 está prevista a conclusão do processo de revitalização das usinas de Três Marias, Volta Grande e Salto Grande. O investimento total previsto para as revitalizações é de R\$36 milhões até 2011.

No período de 2009 a 2013 estão previstas as revitalizações de 4 unidades geradoras da Usina de Volta Grande e 6 unidades geradoras da Usina de São Simão com investimentos previstos de R\$46 milhões e R\$58 milhões, respectivamente.

Expansão da Geração de Energia Elétrica

Os principais empreendimentos em construção estão demonstrados abaixo:

Empreendimentos	Potência	Participação CEMIG	Investido até 2008 R\$ milhões	Início previsto da operação
Usina de Baguari	140 MW	34,00%	140	2º sem/2009
PCHs Dolores de Guanhões, Senhora do Porto, Fortuna II e Jacaré	44 MW	49,00%	10	2º sem/2009
Usina de Santo Antônio	3.150 MW	10,00%	-	1º sem/2012
PCH Pipoca	20 MW	49,00%	4	1º sem/2010

Expansão da Geração

Visando a expansão da geração, a Companhia realizou em 2008 as seguintes ações:

- ❑ Participação e vencimento de licitação para implantação da usina de co-geração, UTE Jeceaba, nas instalações da Vallourec & Sumitomo do Brasil SA, com potência instalada de 20 MW, com previsão de início de implantação para março de 2009;
- ❑ Participação em grupos de trabalhos para estudo de viabilidade da utilização de resíduos sólidos urbanos (RSU) em geração de energia elétrica;
- ❑ Elaboração dos estudos de viabilidade de repotenciação da UTE Igarapé, de 131 MW para 311 MW, convertendo o seu funcionamento de óleo combustível para gás;
- ❑ Elaboração, em parceria com a Neoenergia e Furnas, dos Estudos de Inventário do rio Jequitinhonha e do rio Araçuaí, com um potencial estimado em 1.077 MW;
- ❑ Elaboração dos Estudos de Viabilidade (em parceria com a Neoenergia, EDP, Duke, Chesf, Concremat e Andrade Gutierrez) de 34 empreendimentos com potencial de 14.300 MW.

Programa Minas PCH

O Programa Minas PCH tem como objetivo ampliar o parque gerador da CEMIG através da implantação de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) no Estado de Minas Gerais, visando desenvolver projetos de energia de fontes alternativas e de geração distribuída, alavancando o desenvolvimento de mercados regionais no Estado.

A implantação e exploração das PCHs se faz através de sociedades de propósito específico – SPEs privadas, tendo como acionistas empresas autorizadas pela Aneel, investidores e a CEMIG (com participação de até 49%). A comercialização da energia é feita através de contrato de venda que será firmado entre a SPE e o consumidor.

A CEMIG criou em Itajubá um Núcleo de Excelência em PCHs e vem trabalhando para ampliar o número dessas usinas através do Programa Minas PCH, que pretende adicionar ao parque gerador mineiro mais 400 MW nos próximos anos. Assim, a empresa já está construindo, em parceria, 6 PCHs perfazendo um total de 91 MW e com investimentos da ordem de R\$ 380 milhões. Encontra-se em fase de estudos de engenharia e estruturação de mais 20 PCHs, com potência total instalada de 304 MW.

Aquisição de 49% da participação societária em três parques eólicos

Em 04 de fevereiro de 2009, o Conselho de Administração da CEMIG aprovou a aquisição de 49% da participação societária em três parques eólicos de propriedade da Energimp S.A. localizados no Ceará, com potência total de quase 100 MW e previsão de início de operações dentro de 90 dias. O investimento será de R\$ 213 milhões.

Com a concretização do negócio, a CEMIG passa a ter participação de 49% nas seguintes empresas: Central Eólica Praias de Parajuru (28,8 MW), no município de Beberibe (a 110 km de Fortaleza), Central Eólica Praia do Morgado (28,8 MW) e Central Eólica Volta do Rio (42,0 MW), ambas no município de Acaraú (a cerca de 250 km de Fortaleza), totalizando 99,6 MW de potência instalada.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela CEMIG estarão sujeitas à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, da Caixa Econômica Federal e da Eletrobrás. Além disso, a operação será notificada ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade.

Transmissão

A rede de Transmissão da CEMIG é composta por 4.957 km de linhas de transmissão de extra-alta tensão, 11.676 estruturas bem como 37 subestações com um total de 94 transformadores. A seguir destacamos os principais investimentos em 2008:

Aumento da participação da CEMIG na TBE

A CEMIG adquiriu, juntamente com a Alupar Investimentos S.A., na proporção de 95% e 5%, respectivamente, as ações que a Brookfield detinha do capital votante das seguintes empresas:

- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE (24,99%)
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP (24,99%)
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE (18,35%)
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE (18,35%)
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE(7,49%)

O valor a ser pago pela CEMIG referente a 95% das ações de propriedade da Brookfield será de R\$ 330,6 milhões, com data-base em 16/08/2006 e será corrigido até a data de conclusão.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela CEMIG estão sujeitas à aprovação da transferência das ações das empresas acima citadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e outros órgãos financiadores.

Compra de 80% do capital social da Lumitrans e da STC pela EATE

A CEMIG, através da sua controlada Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE, adquiriu da Alupar Investimento S.A., a sua participação de 80% do capital social da LUMITRANS Companhia Transmissora de Energia Elétrica e de 80% do capital social da STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

O investimento nessas aquisições foi de R\$89,3 milhões, sendo R\$32,5 milhões para a Lumitrans e R\$56,8 milhões para a STC.

Investimentos em LT

Os principais empreendimentos em construção estão demonstrados abaixo:

Empreendimentos	Participação CEMIG	Investido até 2008 R\$ milhões	Início previsto da operação
LT Furnas – Pimenta	51,00%	7	2º sem/2009
LT Charrúa – Nueva Temuco	49,00%	34	1º sem/2009
LT EBTE	49,00%	7	1º sem/2010

Distribuição

Dentre os programas de investimentos executados na atividade de distribuição, destacam-se os seguintes:

Programa “Luz para Todos” – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

Para a universalização do acesso e uso da energia elétrica, o Governo Federal instituiu, em 2003, o programa denominado “Luz para Todos”. O mercado atendido pelo Programa, além dos produtores e estabelecimentos rurais, abrange as populações atingidas por barragens, escolas municipais e estaduais, poços de abastecimento d’água comunitários, assentamentos rurais, comunidades remanescentes de quilombos e minorias raciais.

Na CEMIG, a 1ª fase do programa (LPT1) teve um custo total até 31 de dezembro de 2008 de R\$ 1.676 milhões, com participação de recursos do Governo Federal e Governo Estadual, nos montantes de R\$ 605 milhões e R\$ 79 milhões, respectivamente. O valor remanescente de R\$ 1.016 milhões foi financiado com recursos próprios da Companhia. Foram ligadas cerca de 190 mil propriedades rurais, beneficiando uma população de aproximadamente 855 mil pessoas. A CEMIG executou ligações nos 774 municípios da sua área de concessão, o que coloca a empresa em posição de grande destaque, entre as concessionárias brasileiras, na execução do Programa.

Entre meados de 2004 e dezembro de 2008, foram construídos quase 65 mil km de redes e instalados 116 mil transformadores e 491 mil postes. Além disso, cerca de 1.700 painéis fotovoltaicos foram instalados em lugares onde não foi possível construir redes convencionais, devido a entraves com questões ambientais, distância e barreiras físicas.

Para execução da 2ª fase do programa (LPTII) até 2010, foi celebrado com a Eletrobrás um contrato de financiamento para atendimento a 55 mil beneficiários. O orçamento previsto para a segunda etapa do Programa é de cerca de R\$ 491 milhões, sendo que 20 mil ligações serão executadas via CEMIG e 35 mil ligações via empreitada integral.

Projetos de Melhoria da Iluminação Pública - Reluz

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, é um programa do Governo Federal de financiamento para as Prefeituras Municipais através das Concessionárias e engloba projetos de melhoria, extensão e obras especiais de Iluminação Pública, com previsão de duração até 2010.

Desde a implantação do Programa Reluz, em 2001, a Cemig Distribuição já realizou a modernização de 215.000 pontos de iluminação pública, em 290 municípios, com investimentos de cerca de R\$ 60 milhões, levando a uma redução anual de 29.000 MWh no consumo de energia.

Em 2008 foram realizados projetos em Belo Horizonte substituindo as luminárias e lâmpadas a vapor de mercúrio por conjuntos a vapor de sódio com investimentos de R\$ 7 milhões. Foram substituídos cerca de 20.000 pontos com redução anual de 3.000 MWh no consumo de energia.

Programa Cresceminas

O Projeto Cresceminas, caracterizado também como um dos projetos estruturadores do Governo do Estado, tem como principal objetivo a ampliação da disponibilidade de infra-estrutura de distribuição de energia elétrica para atendimento ao crescimento do mercado no Estado de Minas Gerais.

Destacam-se no projeto as obras de reforço em subestações, linhas e redes de distribuição, compreendendo um conjunto de 687 km de linhas de distribuição, 11 novas subestações, 101 obras de ampliações em diversas subestações existentes, 2.052 km de novas redes de distribuição e melhorias e reforços em 2.750 km de redes de média tensão. O conjunto de obras beneficiará aproximadamente 241 municípios (34% do total do estado), uma população aproximada de 4,0 milhões e cerca de 1,1 milhão de consumidores em todo o Estado.

Estão previstos investimentos da ordem de R\$ 759 milhões, para o período 2006 a 2010, sendo que desse montante, já foram completados investimentos de R\$ 312,6 milhões.

Destacam-se em 2008 investimentos da ordem de R\$ 120 milhões em linhas de distribuição e subestações, e a energização da SE Igarapé 2, na região Central e a conclusão das obras da SE Araçuaí 2, na região Leste. Também foram concluídas diversas melhorias nas subestações das regiões Mantiqueira, sul, oeste e norte.

Programa de Eletrificação Urbana – Clarear

O Programa Clarear constitui-se de obras de ligação, extensão, modificação e reforço de rede de distribuição de média e baixa tensão para atendimento a consumidores situados em área urbana, mantendo a área urbana da concessão da Cemig Distribuição universalizada.

No ano de 2008 foram atendidos 188.070 consumidores em área urbana com investimentos de R\$ 87 milhões, com a instalação de 9.467 postes e com extensão de 350 Km de redes ao sistema elétrico de distribuição.

Programa Campos de Luz

A CEMIG, em parceria com o Governo de Minas Gerais concluiu, em dezembro de 2008, o Programa Campos de Luz, que consistiu na realização de obras de iluminação e adequação de equipamentos em campos de futebol amador e também em campos de comunidades carentes. Dentre os benefícios proporcionados pelo Programa podem ser citados: a melhoria da prática esportiva e de atividades culturais; maior tranquilidade aos moradores; maior utilização dos espaços existentes; diminuição do índice de criminalidade e vandalismo e a melhoria na qualidade de vida das comunidades, através do esporte e da cultura.

Em 2008 o Programa finalizou a iluminação de 114 campos de futebol perfazendo assim, nos 5 anos de sua implementação, um total de 602 campos iluminados, beneficiando a prática esportiva em 377 municípios localizados em todas as regiões do Estado. No total, foram investidos R\$ 24 milhões, sendo R\$ 13 milhões em recursos da CEMIG e o restante do Governo Estadual.

Planos de Expansão de Alta Tensão

A Cemig Distribuição realizou no ano de 2008 investimentos da ordem de R\$ 36 milhões em expansão da subtransmissão, além do Projeto Cresceminas, sendo que deste montante R\$ 15 milhões foram investidos em linhas de distribuição de alta tensão e o restante em subestações.

Dos empreendimentos de alta tensão concluídos, destacam-se a subestação de Papagaios, com o objetivo de melhoria da qualidade de energia elétrica para a região centro-oeste do Estado de Minas Gerais e a construção da subestação Comendador Gomes com o objetivo a de eliminar problemas de suprimento de energia elétrica na região do Pólo Citricultor do Triângulo Mineiro.

Gás Natural

O ano de 2008 foi de extrema importância para a Gasmig tendo em vista que a empresa implantou e/ou iniciou os grandes projetos de gasodutos de expansão de sua rede de distribuição, atendendo ao seu Plano Diretor de Investimentos.

Em janeiro de 2008 teve início a construção do gasoduto de 37 km de extensão para atendimento ao cliente Vale, com investimentos de R\$37 milhões. O gasoduto parte do ponto de recebimento de gás (“city gate”) a ser instalado pela Petrobras no gasoduto de transporte GASBEL no município de Brumadinho e segue até as instalações do cliente no município de Nova Lima. As obras da Gasmig foram concluídas em dezembro de 2008 e o início das operações da planta com o Gás Natural está aguardando a conclusão das obras do city gate, à cargo da Petrobras, prevista para abril de 2009.

Na primeira quinzena de julho de 2008 foi concluído o processo licitatório para a construção e montagem da 1ª etapa do gasoduto de distribuição para o Sul de Minas, o qual atenderá clientes nos municípios de Andradas, Poços de Caldas e Caldas, com uma extensão de 110 km e investimentos de R\$149,3 milhões.

As obras tiveram início no mês de agosto de 2008 e têm previsão de conclusão para junho de 2009. O gasoduto parte do city gate de responsabilidade da Petrobras, em instalação no município de Jacutinga, e segue até as plantas industriais dos clientes. O city gate de Jacutinga é alimentado pelo gasoduto de transporte Paulínia/Jacutinga, em construção pela Petrobras. Tanto as obras de responsabilidade da Gasmig quanto as obras de responsabilidade da Petrobras estão em pleno andamento dentro do cronograma previsto.

No mês de julho de 2008 foi iniciado o processo licitatório para construção e montagem da segunda fase do gasoduto de distribuição do Vale do Aço com extensão de 280 km. A primeira fase do gasoduto, que vai do city gate de São Brás do Suaçuí até a planta da Gerdau Açominas em Ouro Branco, com extensão de 56 km, já está em operação desde o ano de 2005. A segunda fase, que foi dividida em três etapas, atenderá clientes nos municípios de Ouro Preto, João Monlevade, Ipatinga, e Belo Oriente. Os investimentos previstos são de R\$ 686,4 milhões.

No mês de outubro de 2008 a licitação em andamento para contratação da construção e montagem do gasoduto foi cancelada, tendo em vista que os preços apresentados pelos licitantes ficaram muito acima do preço de balizamento. Novo certame foi publicado em 11 de novembro de 2008 e as novas propostas dos licitantes foram apresentadas em dezembro de 2008, com fechamento previsto para o mês de janeiro de 2009. Parte significativa dos materiais referentes à obra, constituída de tubos de aço e tubos de PEAD no valor de R\$142,9 milhões (incluso no investimento total) já foram licitados e adquiridos. O prazo de conclusão da obra está previsto para abril de 2010.

Outros negócios

Concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural

Os Consórcios, nos quais a CEMIG detém participação de 24,5%, foram nomeados ganhadores, na 10ª rodada de licitações da Agência Nacional de Petróleo - ANP, dos Contratos de Concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural nos blocos 603, localizado no Rio Grande do Norte, bacia Potiguar; 163, localizado na Bahia, bacia do Recôncavo; e 104, 114, 120 e 127, localizados em Minas.

Além da CEMIG, os Consórcios são formados pelas empresas Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda., COMP - Exploração e Produção de Petróleo e Gás S.A. e SIPET, empresa do grupo DELP- Engenharia Mecânica, e pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG.

A oferta global apresentada pelos Consórcios, de R\$ 37 milhões, inclui um compromisso de investimento para os próximos 4 a 5 anos, sendo que a parcela relativa à participação da CEMIG é de 24,5% deste total. Este investimento representa a preocupação estratégica da Companhia de buscar um aumento na oferta de gás no estado de Minas Gerais através da pesquisa e viabilização da produção de gás natural no Estado.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Leilões de Energia Elétrica

Durante o exercício de 2008, a CEMIG participou de diversos leilões no ambiente regulado e livre.

No Ambiente Regulado a Cemig Distribuição adquiriu, no leilão de energia A-3, realizado em 17/09/2008, 63,85 MW médios ao preço médio de R\$128,42 por MWh.

No Ambiente de Contratação Livre - ACL, a Cemig Geração e Transmissão vendeu aproximadamente 115.770 GWh a clientes livres e comercializadoras, e em contrapartida adquiriu 161.180 GWh em leilões, promovidos pela própria Cemig Geração e Transmissão ou por terceiros.

Fornecimento de energia elétrica ao Grupo Votorantim

A CEMIG assinou contrato para fornecimento de energia elétrica ao Grupo Votorantim, para fornecimento de energia para instalações do grupo localizadas nas regiões Sudeste e Centro Oeste do País, o maior contrato já realizado no setor elétrico brasileiro. O contrato foi de R\$ 10,5 bilhões, com prazo de duração até 2028.

A negociação garante o fornecimento de energia atual e futuro ao Grupo Votorantim, possibilitando a expansão de seus negócios em Minas Gerais e no Brasil e se insere na estratégia da CEMIG de tornar viável o crescimento industrial de seus clientes.

Evolução do Mercado de Energia

O mercado consolidado da CEMIG compreende o mercado das empresas Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. assim como de outras controladas, destacando-se a Light. Por meio dessas empresas, a CEMIG atua em todos os segmentos da indústria de energia elétrica e, com um diversificado portfólio, atende a consumidores finais cativos e livres, além de comercializar energia com outros agentes que atuam nesse mercado.

Fornecimento de Energia Elétrica

Venda de Energia – GWh						
Classe	2004	2005	2006	2007	2008	Var.% 2008/2007
Industrial	23.071	23.472	23.973	24.686	26.681	8,08
Residencial	6.526	6.590	7.430	8.649	9.011	4,19
Comercial	3.537	3.754	4.439	5.549	5.886	6,07
Rural	1.846	1.941	1.942	2.212	2.308	4,34
Outros	2.499	2.573	2.970	3.507	3.575	1,94
Total Vendido a Consumidores Finais	37.479	38.330	40.754	44.603	47.461	6,41
Suprimento	364	1.255	11.472	13.236	11.037	(16,61)
Consumo próprio	54	29	37	53	52	(1,89)
Total	37.897	39.614	52.263	57.892	58.550	1,14

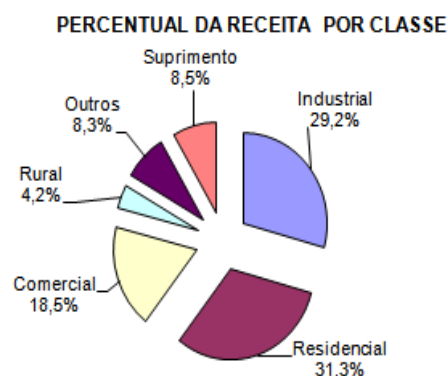
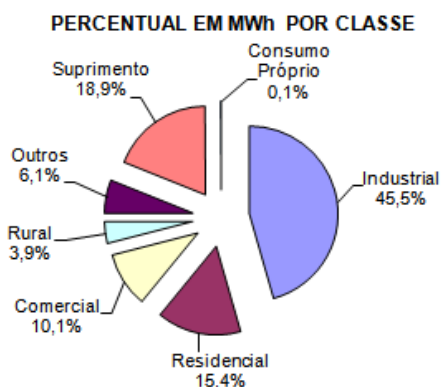
O volume de vendas de energia da CEMIG apresenta aumento em todas as classes de consumo, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. As vendas da Light, consideradas na proporção da participação acionária da CEMIG no consórcio RME (25%), representaram um acréscimo de 4.478 GWh nas vendas totais consolidadas em 2008.

Na venda a consumidores finais, a energia faturada no ano de 2008 totalizou 47.461 GWh, 6,4% superior ao montante de 2007, resultado do crescimento verificado em todas as classes de consumo. As classes industrial e comercial apresentaram a maior variação positiva em relação às demais, com crescimentos de 8,08% e 6,07%, respectivamente.

As principais variações nas classes de consumo, além de pequeno efeito decorrente da consolidação da Light em 12 meses de 2008 em comparação a 2007, podem ser explicadas pelos seguintes fatores:

- O melhor desempenho da classe Residencial em 2008 pode ser explicado pelo aumento no número de consumidores faturados e pela influência positiva de variáveis econômicas, verificadas nos três primeiros trimestres de 2008, relacionadas com o comportamento das famílias (melhoria do mercado de trabalho, elevação da massa salarial, facilidade de acesso ao crédito pela pessoa física e crescimento das vendas no comércio varejista).

- ❑ A classe Industrial apresentou crescimento de 8,08%. Esta variação deveu-se principalmente ao crescimento vigoroso das economias brasileira e de Minas Gerais nos 3 primeiros trimestres do ano de 2008 que explica o aumento de 13,1% no consumo dos clientes cativos e clientes parcialmente livres (clientes híbridos) e parte do incremento de 6,7% nas vendas para o segmento livre. A variação deste segmento pode ser explicada também pelas ações e estratégias de comercialização adotadas pela CEMIG e pelo aumento do preço de curto prazo (PLD) nos primeiros meses do ano, que levou alguns clientes a fazerem uso de flexibilidades contratuais acima do montante nominal contratado.
- ❑ A classe Comercial apresentou acréscimo de 6,07% em relação a 2007, reflexo do aumento de consumo dos clientes cativos, cujo resultado deveu-se também à conjuntura econômica favorável até outubro/08. Considerando esse segmento em Minas Gerais, seis ramos de atividade, que representam 74,0% do total de energia desta classe, apresentaram desempenho positivo: Comércio Varejista (9,2%), Alojamento e Alimentação (5,6%), Serviços de Comunicação (9,9%), Serviços Auxiliares. Diversos (3,7%), Serviço de Saúde (7,4%), Comércio Atacadista (11,7%) e Instituições Financeiras (5,5%).
- ❑ A classe Rural apresentou acréscimo de 4,34% devido ao bom desempenho da atividade agropecuária no Estado, evidenciado no resultado do PIB do agronegócio, com crescimento de 15% até novembro/08.



Reajuste/revisão tarifária das distribuidoras

Cemig Distribuição

A ANEEL procedeu à revisão das tarifas de fornecimento e TUSD – Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - da Cemig Distribuição para 2º ciclo que corresponde ao período de 2008 a 2013. Em 08/04/2008 foi publicada a Resolução Homologatória nº 626/2008 que estabelece as novas tarifas em vigor a partir daquela data, o que representou uma redução média de 12,24% nas tarifas. O efeito nas faturas dos consumidores de baixa tensão foi uma redução de 17,11% enquanto as tarifas dos consumidores de alta tensão foram reduzidas entre 7,97% e 13,85%.

Para a definição dos valores a serem considerados na composição das tarifas, a ANEEL procedeu ao levantamento da base de ativos a ser remunerada, estimada em R\$4.664 milhões, ao levantamento de custos baseado na Empresa de Referência, à definição do custo médio de capital, e outros custos da concessionária. Este percentual foi provisório e poderá ainda ser alterado em função da aprovação da nova metodologia definida na Resolução nº 388/2008 e será corrigido no reajuste tarifário anual de 2009.

Revisão tarifária da Light

No exercício de 2008 a Light SESA passou pela segunda revisão tarifária periódica, homologada através da Resolução nº 734, de 4 de novembro de 2008, na qual foi estabelecido provisoriamente que as tarifas de energia da Light SESA ficam reajustadas em 4,27%, sendo 1,96% relativos ao reposicionamento tarifário e 2,30% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica.

Reajuste da Receita da Transmissão

Em 27 de junho de 2008, data do reajuste anual das receitas permitidas das concessionárias de transmissão, a ANEEL publicou os valores das receitas permitidas reajustados, com vigência a partir de primeiro de julho de 2008 até 30 de junho de 2009 para a Cemig Geração e Transmissão.

A receita anual total da Transmissora sofreu um reajuste de 11,80%, resultante da aplicação do IGP-M acumulado nos 12 meses anteriores e da entrada em operação comercial de novas obras.

Proteção da Receita - Gestão das Perdas

A Cemig Distribuição apresenta-se dentre as Distribuidoras com menores índices de perdas comerciais do Brasil, apesar de termos observado aumento nos últimos anos.

Atualmente, a perda comercial da Empresa encontra-se em torno de 2,7% do montante de energia ingressada no sistema de distribuição, índice comparável aos das melhores empresas do setor elétrico mundial. A média nacional situa-se em torno de 6%.

Os resultados de identificação e recuperação de perdas comerciais totalizaram 169,6 GWh em 2008, representando um aumento de 14% em relação ao valor obtido em 2007. Isso corresponde a cerca de R\$ 109,6 milhões, além de, aproximadamente, R\$ 79,8 milhões decorrentes da perda evitada ou incremento de consumo das unidades consumidoras regularizadas, sejam por religação à revelia ou furto de energia.

Em 2008, visando melhorar ainda mais a capacidade de reação da Empresa ao aumento da prática de irregularidades foram implementadas várias ações, dentre as quais destacamos:

- ❑ Implantação do novo Sistema de Gestão de Clientes (SGC/SAP), no qual foi implementada nova ferramenta para gestão do processo de perdas e para a seleção de alvos a inspecionar, com análise de probabilidade e risco de perda para cada unidade consumidora com suspeita de irregularidade, buscando maior eficiência na identificação de unidades com irregularidade e potencialização dos resultados do processo.
- ❑ Estudo para determinação das perdas não técnicas por metodologia estatística, estratificando-as pelas 7 Regiões da área de concessão da empresa e por origem de perda. Os resultados permitiram validar a metodologia de balanço energético adotada regularmente pelas Distribuidoras e indica que existem discrepâncias significativas entre as diversas regiões e causas de perdas não técnicas. Tais resultados permitirão um redirecionamento das ações para redução das perdas não técnicas, canalizando o esforço e recurso para as regiões e causas com maiores índices de perdas.
- ❑ Melhoria do sistema corporativo para controle de selos e medidores disponibilizados, bem como das regras gerais para controle de selos, buscando garantir a rastreabilidade desses dispositivos e equipamentos.
- ❑ Implementação e execução do Projeto de Agregação de Valor para Proteção da Receita, o qual demonstrou a viabilidade econômica das ações de combate às Perdas e Inadimplência, propiciando maior aporte de recursos nessas atividades com a conseqüente agregação de receita.
- ❑ Início da implementação das ações do Projeto de Agregação de Valor da Medição, com o objetivo de focar a questão e o tratamento das perdas comerciais da Cemig Distribuição, agregando em um grande projeto, tecnologias e ações para blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte e aplicação de tecnologias complementares para os demais consumidores.

Qualidade no fornecimento

Indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica (DEC e FEC)

Indicador	Unidade	Meta	Realizado
Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor - FEC	Nº interrupções /ano	9,84	6,53
Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor- DEC	Horas/ano	13,24	13,65

Cerca de 51% das interrupções sustentadas de energia em 2008 tiveram origem em causas externas ao sistema (fenômenos naturais e meio ambiente), 36% de origem interna (falhas de equipamentos, falha humana, erros de manobra, etc.) e 13% foram interrupções programadas. Dentre as principais causas externas, a descarga atmosférica contribuiu com 29%, o contato de pássaros e animais na rede com 10% e a arborização com 8% do total.

Para os indicadores DEC e FEC são registradas interrupções programadas e não programadas. No anos de 2008, foi identificado um número maior de interrupções decorrentes de fortes temporais acontecidos em praticamente todas as regiões do Estado, com intensidade maior do que as verificadas em anos anteriores.

Para o ano de 2009, além dos recursos de rotina na ordem de R\$ 147 milhões, estão sendo disponibilizados recursos na ordem de R\$ 18 milhões a serem aplicados em manutenção preventiva de redes, mais especificamente em podas de árvores em áreas urbanas, limpeza de faixa em áreas rurais, renovação de ativos obsoletos ou em final de vida útil. Estas iniciativas aplicadas em conjunto tem o objetivo de reduzir o número de interrupções não programadas no sistema elétrico, impactando diretamente na qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Outra ação importante está relacionada com a proposta de alteração do patamar tecnológico, com investimentos sistemáticos em automação do sistema elétrico. Essas ações visam o restabelecimento automático e remoto do fornecimento de energia após a ocorrência de interrupções.

Política de atendimento

A CEMIG tem consolidado um conjunto de Práticas de Relacionamento Comercial com seus clientes alicerçado, principalmente, na qualidade de seus produtos e serviços, na preservação da credibilidade junto aos clientes, aos acionistas e à sociedade e na força de sua marca e em sua participação efetiva no desenvolvimento sócio-econômico em toda a sua área de atuação.

A Empresa oferece canais de relacionamento que permitem aos clientes realizar negócios, reclamar, sugerir e solicitar serviços de forma eficiente e ágil. Os principais canais disponíveis são: Fale com a CEMIG; Agências de Atendimento; Agentes de Relacionamento; Postos de Atendimento Simplificado (PAS); Conselho de Consumidores, Ouvidoria, Cemig Fácil e Agência Virtual que está disponível dentro do Portal CEMIG: www.cemig.com.br.

A CEMIG sempre investe em novos canais de atendimento para os seus clientes, acompanhando as principais tendências de mercado, sem deixar de lado a inovação e a viabilidade financeira. Para tal, procura investir em canais cada vez mais convenientes, como por exemplo o aumento do mix de serviços oferecidos e criação de ambiente específico para clientes especiais e grandes clientes na Agência Virtual, o desenvolvimento de soluções de comunicação utilizando telefonia celular, aumento da representatividade física nos municípios da área de concessão através de agentes credenciados.

O cliente também tem a seu dispor, periodicamente, outras opções de relacionamento através do trailer da agência móvel e do Programa CEMIG na Praça. Ambos têm o objetivo de levar a CEMIG até o cliente, principalmente em pequenos municípios. O trailer da agência móvel percorre municípios de algumas regiões do Estado prestando serviços e orientações à população. Já o Programa CEMIG na Praça abrange municípios de todas as regiões levando serviços, informações e orientações aos clientes em uma tenda personalizada.

Projeto Evolução e o novo Sistema de Gestão de Clientes – SGC

A CEMIG concluiu, no dia 4 de maio de 2008, o Projeto Evolução, com a implantação do seu novo Sistema de Gestão de Clientes – SGC. Este sistema comercial, que controla o faturamento, arrecadação e serviços prestados pela CEMIG, abrange todos os clientes atendidos pelo fornecimento de energia elétrica em alta, média e baixa tensão.

Com investimentos da ordem de R\$170 milhões e participação média de 469 profissionais dentre consultores, contratados e pessoal próprio, o Sistema foi implantado dentro do prazo previsto de 24 meses.

A implantação do SGC trouxe, além de uma nova plataforma tecnológica, uma navegação entre telas de informação bem mais amigável, novas funcionalidades e facilidades para o atendimento aos clientes da Empresa.

Por se tratar de um sistema que afeta o balanço de resultados econômico-financeiros da Empresa, o SGC foi objeto de auditoria em relação às exigências da Lei Sarbanes Oxley (SOX). Para assegurar a Certificação SOX e também para assegurar a contínua atualização da documentação técnica do Sistema foram reforçados os controles existentes desde a fase de projeto do SGC e implantado um novo procedimento para manutenção, configuração e desenvolvimento de programas no âmbito do SGC - o PCMDS - e alocado pessoal ao Gerenciamento de Mudanças, de modo a assegurar que todas as melhorias e correções no SGC sejam controladas e monitoradas quanto à conformidade em relação ao citado Procedimento.

A central de atendimento “Fale com a CEMIG” foi criada para facilitar ainda mais a vida do consumidor, permitindo maior segurança, conforto e economia. Através do 116 (ligação gratuita), o consumidor pode solicitar qualquer serviço da CEMIG, sem a necessidade de ir a uma Agência de Atendimento.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Lucro Líquido

A CEMIG apresentou, no exercício de 2008, um lucro líquido consolidado de R\$1.887 milhões, em comparação ao lucro líquido de R\$1.743 milhões no exercício de 2007.

Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 6,3% na receita líquida e pela variação positiva do resultado financeiro, sendo parcialmente compensado pelo aumento de 7,9% nos custos e despesas operacionais. O resultado financeiro passou de uma despesa líquida de R\$346 milhões em 2007 para R\$94 milhões em 2008.

Cabe ressaltar que a Companhia teve um efeito negativo em seu resultado de 2008 em função da revisão tarifária da Cemig Distribuição, cujo impacto médio nas tarifas dos consumidores foi uma redução de 12,08%, a partir de 8 de abril de 2008.

Conforme apresentado na tabela abaixo, a maior contribuição para o resultado da CEMIG é proveniente da Cemig Geração e Transmissão e da Cemig Distribuição:

	2008	%	2007	%
CEMIG - Controladora	(189)	(10,02)	(175)	(10,04)
Cemig Distribuição S.A.	709	37,57	774	44,41
Cemig Geração e Transmissão S.A.	986	52,25	752	43,14
Gasmig	47	2,49	46	2,64
Rio Minas Energia (Light)	129	6,84	148	8,49
Outras	205	10,86	198	11,36
Lucro Líquido Consolidado	1.887	100,00	1.743	100,00

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

RECEITA OPERACIONAL – R\$ milhões			
	2008	2007	Var. %
Fornecimento Bruto de Energia elétrica	13.686	13.285	3,02
Receitas de uso da rede – consumidores livres	2.150	1.946	10,48
Outras	652	558	16,85
Total	16.488	15.789	4,43

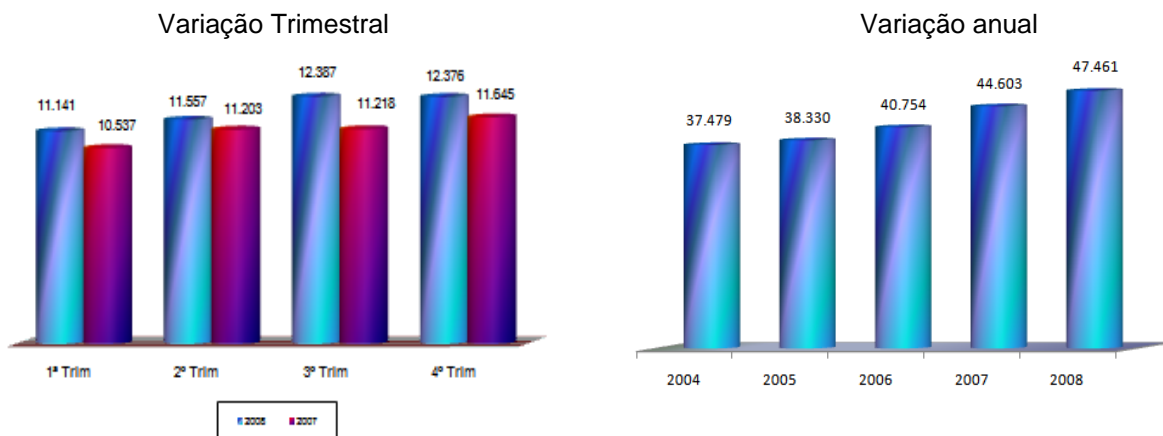
Consumidores finais

Os principais impactos na receita de 2008 decorreram dos seguintes fatores:

- ❑ Aumento de 6,4% no volume de energia faturada a consumidores finais, cujos comentários sobre as variações estão descritos no item de comercialização de energia elétrica.
- ❑ Redução de 1,59% na tarifa média, de R\$262,83/MWh em 2008 comparados a R\$267,08/MWh em 2007 em função principalmente da redução nas tarifas da Cemig Distribuição em 8 de abril de 2008, decorrente da revisão tarifária.

As variações trimestrais e anuais no fornecimento podem ser observadas nos gráficos a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



Mais comentários sobre o fornecimento de energia elétrica e reajuste tarifário podem ser obtidos no item “Comercialização de energia elétrica”.

Suprimento a outras concessionárias

O volume de energia vendida a outras concessionárias foi de 11.037 GWh no exercício de 2008 comparados a 13.236 GWh no exercício de 2007, correspondentes a R\$1.012 milhões e R\$1.210 milhões, respectivamente. A tarifa média de venda em 2008 foi de 91,71/MWh em comparação a R\$91,42/MWh em 2007.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se basicamente à tarifa de uso das instalações de distribuição da Cemig Distribuição e Light por clientes livres e também à utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos através de Resolução pela ANEEL. Essa receita apresentou um aumento de 10,5% no exercício de 2008 comparado ao exercício de 2007 (R\$2.150 milhões em 2008 e R\$1.946 milhões em 2007). Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- ❑ reajuste de 11,80% da receita permitida do segmento de transmissão, em julho de 2008, resultante do reajuste da receita anual através da aplicação do IGP-M acumulado nos 12 meses anteriores;
- ❑ entrada em operação de expansões da rede, com a consequente adição de receita pelo Órgão Regulador.
- ❑ contabilização, em junho de 2007, da redução na receita de uso da rede, no montante de R\$31 milhões, em função de revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às novas instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, em atendimento a determinações da ANEEL;

Mais explicações na nota explicativa nº 26 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional não apresentaram variação expressiva nos períodos comparados, R\$5.598 milhões em 2008 comparados a R\$5.544 milhões em 2007. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado referente aos serviços de distribuição de energia elétrica corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa, e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás. A dedução à receita referente a CCC foi de R\$374 milhões no exercício de 2008 comparados a R\$407 milhões no exercício de 2007, representando uma redução de 8,11%.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente à CDE não apresentou variação entre os períodos comparados, R\$391 milhões em 2008 e 2007. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado, referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente a RGR foi de R\$180 milhões no exercício de 2008 comparados a R\$145 milhões no exercício de 2007, um aumento de 24,14%. A variação entre os períodos comparados deve-se principalmente aos aumentos, em 2008, da receita de geração e transmissão e do valor contábil do ativo imobilizado de distribuição em serviço, bases de cálculo da referida despesa.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais

	2008	2007	Var.%
Custos não Controláveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.960	2.794	5,9
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	131	137	(4,4)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	724	650	11,4
	3.815	3.581	6,5
Custos Controláveis			
Pessoal e Administradores	1.105	968	14,2
Obrigações Pós-emprego	264	123	114,6
Materiais	105	93	12,9
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	70	59	18,6
Serviços de Terceiros	676	620	9,0
Provisões Operacionais	206	291	(29,2)
Gás comprado para revenda	229	154	48,7
Depreciação e Amortização	715	778	(8,1)
Outras Despesas Líquidas	321	295	8,8
	3.691	3.381	9,2
	7.506	6.962	7,8

A variação nos custos e despesas demonstrada acima decorre principalmente dos aumentos na energia comprada para revenda, pessoal e obrigações pós-emprego, compensada parcialmente pela redução nas despesas com provisões operacionais e depreciação e amortização.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda no exercício de 2008 foi de R\$2.960 milhões comparados a R\$2.794 milhões no exercício de 2007, um aumento de 5,9%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide mais informações na nota explicativa nº 29 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no exercício de 2008 foi de R\$724 milhões comparados a R\$650 milhões no exercício de 2007, um aumento de 11,4%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável na atividade de distribuição, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Pessoal

A despesa com pessoal no exercício de 2008 foi de R\$1.105 milhões, comparados a R\$968 milhões no exercício de 2007, um aumento de 14,2%. Este resultado decorre principalmente aos seguintes fatores:

- ❑ reajustes salariais de 5,00% e 7,26% concedidos aos empregados em novembro de 2007 e 2008, respectivamente;
- ❑ despesa com verbas rescisórias, em 2008, no montante de R\$50 milhões, decorrente do Programa Prêmio de Desligamento – PPD;
- ❑ menor transferência de custos de pessoal para as obras em andamento (R\$162 milhões em 2008 e R\$179 milhões em 2007), tendo em vista o menor programa de investimentos em 2008.

Vide a composição da despesa com pessoal na nota explicativa nº 29 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização foi de R\$715 milhões no exercício de 2008 comparados a R\$778 milhões no exercício de 2007, representando uma redução de 8,1%. Este resultado decorre da depreciação das obrigações especiais, a partir de 8 de abril de 2008, data do segundo ciclo da revisão tarifária.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$264 milhões no exercício de 2008, comparados a R\$123 milhões no exercício de 2007, representando um aumento de 114,6%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da CEMIG, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. O aumento dessa despesa em 2008 decorre basicamente do ajuste nas premissas atuariais em dezembro de 2007, com a redução das taxas de juros utilizadas para o desconto a valor presente das obrigações atuariais.

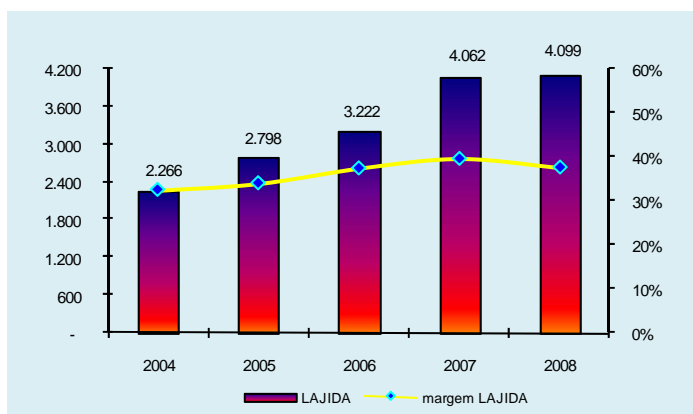
Lucro Antes do Resultado Financeiro, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA

Em função das variações mencionadas anteriormente, segue o Lajida, ajustado pelos itens não recorrentes.

	2008	2007	Var. %
Lucro Líquido	1.887	1.743	8,3
+ Provisão IR e C.Social Correntes e Diferidos	914	625	46,2
+ Resultado Financeiro	94	346	(73,6)
+ Amortização e Depreciação	715	778	(8,1)
+ Participação dos Empregados no Resultado	370	455	(18,9)
+ Participação dos Acionistas não Controladores	119	115	3,5
LAJIDA	4.099	4.062	0,8
Ajustes não recorrentes (*)			
+ Programa Prêmio de Desligamento - PPD	50	-	-
- Revisão tarifária – Receita Líquida	(63)	-	-
+ Revisão tarifária – despesa operacional	4	-	-
+ Revisão da receita de transmissão – Resolução Homologatória nº 496	-	31	-
- CVA energia – ajuste definido pela ANEEL	-	(29)	-
LAJIDA AJUSTADO	4.090	4.064	0,6

(*) Os ajustes não recorrentes correspondem à interpretação da Companhia sobre os eventos que julga como extraordinários, não relacionados às operações correntes.

Na comparação dos últimos 5 anos, conforme gráfico abaixo, o crescimento foi de 80,9% na geração de caixa da Companhia. O crescente desempenho operacional verificado nos últimos 5 anos contribuiu para o crescimento constante da margem do LAJIDA, exceto em 2008 que apresentou uma pequena queda em decorrência da revisão tarifária da Cemig Distribuição.



Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro líquido em 2008 foi uma despesa de R\$94 milhões comparada a uma despesa de R\$346 milhões em 2007. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- ❑ Aumento de R\$92 milhões na receita de aplicações financeiras em decorrência de maior volume de recursos aplicados em 2008.
- ❑ Aumento de 37,4% na receita com acréscimo moratório em conta de energia elétrica, R\$169 milhões no exercício de 2008 em comparação a R\$123 milhões no exercício de 2007.
- ❑ Receita Financeira registrada em 2008, no montante de R\$83 milhões, referente a compensação financeira paga pelos acionistas da RME pela renúncia da CEMIG de exercer a opção de compra dos ativos de geração da Light por um valor pré-acordado. Maiores detalhes na Nota Explicativa nº 30.
- ❑ Redução de 52,1% na receita de variação monetária líquida com ativos regulatórios (CVA, Reajuste Tarifário Diferido e Acordo Geral do Setor Elétrico). Em 2008 a receita foi de R\$194 milhões comparados a R\$405 milhões em 2007. Esta variação decorre principalmente dos seguintes fatores:
 - menor valor de ativos regulatórios em 2008, tendo em vista o recebimento dos valores através das contas de energia elétrica.
 - contabilização, em 2007, da receita financeira adicional no montante de R\$100 milhões, decorrente de critérios de atualização definidos pela ANEEL para o ativo referente às transações com energia livre durante o período do racionamento. Este procedimento não teve impacto sobre o resultado financeiro de 2007 em decorrência da constituição de uma provisão para perdas no mesmo valor. Em função desta provisão constituída em 2007, a conta Provisão para Perda Energia Livre apresentou uma redução de 85,7% (R\$25 milhões em 2008 comparados a R\$175 milhões em 2007).

Estorno de despesa em 2008 no montante de R\$108 milhões referente à decisão judicial final favorável a Light em ação onde foi questionada a incidência de tributação do PIS e COFINS sobre a receita financeira. Maiores informações Nota Explicativa nº 23.

- ❑ Redução das despesas com CPMF em função da extinção do imposto.
- ❑ Perdas líquidas com variações cambiais, líquidas dos efeitos compensatórios referentes a instrumentos financeiros, no exercício de 2008, no montante de R\$91 milhões em comparação a perdas líquidas de R\$77 milhões em 2007, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Esta variação decorre principalmente da valorização do dólar frente ao Real em 2008. No exercício de 2008, o dólar apresentou um aumento de 31,94% comparado a uma redução de 17,15% em 2007. Para parte da dívida em moeda estrangeira a Companhia realizou operações de swap com a substituição da variação do indexador dos contratos, de moeda estrangeira para o CDI.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 30.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no exercício de 2008, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$914 milhões em relação ao lucro de R\$3.291 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 27,8%. No exercício de 2007, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$626 milhões em relação ao lucro de R\$2.939 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 21,3%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 12 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Participação dos Empregados no Resultado

A CEMIG, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho 2008, destinou aos seus empregados a título de participação nos resultados, um montante de R\$370 milhões (R\$455 milhões em 2007). Vide nota explicativa 31.

LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA

O caixa no fim do exercício somava R\$2.284 milhões (R\$2.066 milhões em 2007), um aumento de R\$218 milhões.

O caixa gerado pelas operações foi de R\$2.968 milhões em comparação a R\$3.208 milhões em 2007. Esta redução de 7,48% no caixa gerado pelas operações deve-se, principalmente, ao menor recebimento líquido de ativos regulatórios no exercício de 2008.

As atividades de financiamento representaram uma saída de caixa de R\$1.397 milhões comparada a uma saída de R\$1.359 milhões em 2007, não apresentando variação expressiva. Em 2008 a Companhia obteve R\$361 milhões de empréstimos e financiamentos comparados a R\$1.856 milhões em 2007 enquanto os pagamentos foram de R\$893 milhões em 2008 comparados a R\$1.855 milhões em 2007. Também contribuiu para a pequena variação na saída de caixa, a menor distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (R\$865 milhões em 2008 comparados a R\$1.360 milhões em 2007).

No que se refere aos investimentos, a Companhia investiu R\$1.353 milhões em 2008 em comparação a R\$1.185 milhões em 2007, valores relacionados principalmente aos Programas Clarear, Cresceminas e Luz para Todos.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

Em 2008, foram captados R\$100 milhões na Cemig D, em condições bastante atrativas, através de um crédito do Banco do Nordeste. Os investimentos em distribuição contaram também com recursos da Eletrobrás, de quem foram captados pela Cemig D R\$76 milhões para o financiamento do Programa Luz para Todos, do Programa Cresceminas e do Projeto Reluz.

Na Cemig GT, vale destacar em 2008 a aprovação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES da concessão de um financiamento no valor de R\$122 milhões para a construção da UHE Baguari.

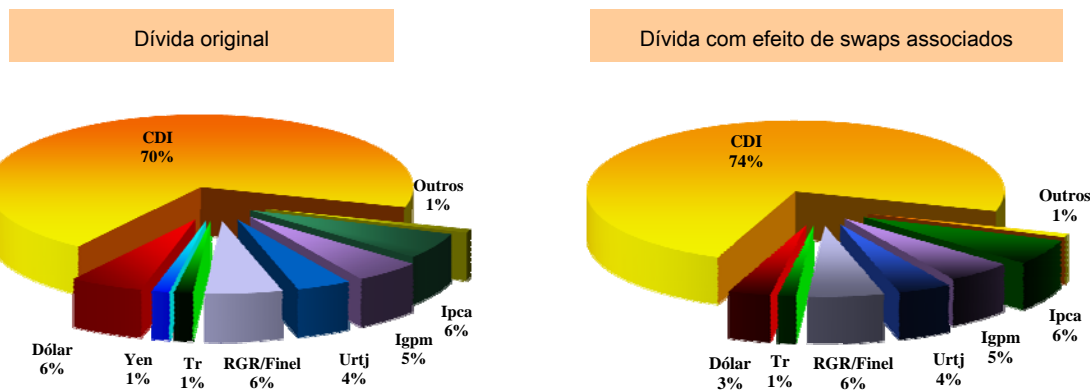
A crise do *subprime* deflagrada em 2007 nos Estados Unidos e seus desdobramentos provocaram, no último trimestre de 2008, um grande estresse nos mercados financeiros internacionais, com o encurtamento do crédito e amigração dos investimentos para os títulos do governo americano.

Embora o sistema financeiro no Brasil tenha se mostrado sadio, os bancos comerciais parceiros da CEMIG buscaram preservar sua liquidez, ficando com recursos em caixa, privilegiando operações de curto prazo e sendo mais seletivos na concessão do crédito. Mesmo sendo a CEMIG uma empresa com qualidade de crédito, o custo de uma eventual operação com a empresa se elevou, tendo em vista que o custo de captação dos próprios bancos subiu com a restrição de crédito externo.

Nesse cenário de crise, as mudanças verificadas no mercado sinalizaram um aumento acentuado no custo das captações e uma redução dos prazos de vencimento, o que não chegou a comprometer as atividades da Empresa, que dispunha de recursos em caixa suficientes para a realização dos compromissos financeiros então firmados. Não interessando à CEMIG a elevação de seu custo de captação, a Empresa terminou o ano sem efetuar novas captações.

A acentuada desvalorização do real frente ao dólar verificada com a crise financeira não causou impacto significativo no resultado da CEMIG, dada a pequena exposição à moeda estrangeira, como pode ser observado no gráfico a seguir:

Principais indexadores da dívida – 31/12/2008



A posição da dívida de 7% em moeda estrangeira não representa risco financeiro material para a Empresa, já que parte dela está contratualmente protegida por operações de troca de indexadores (swap). Há também uma proteção natural proporcionada por contratos de venda de energia indexados ao dólar.

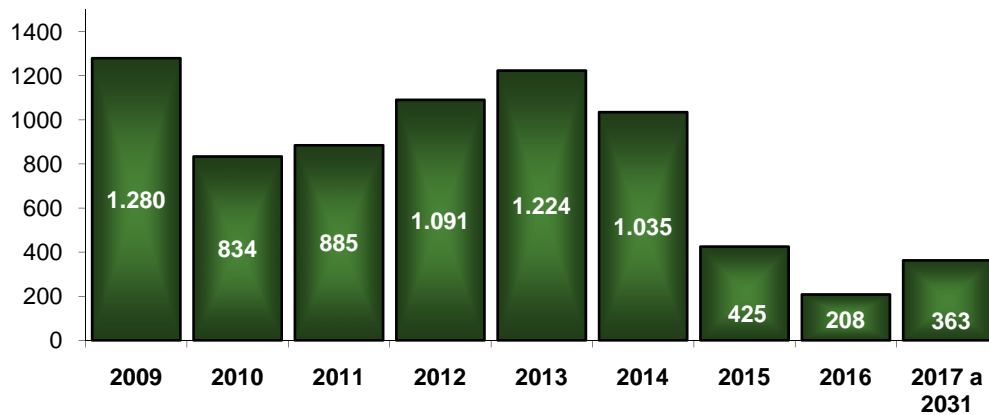
A grande concentração da dívida no CDI (74% com o efeito do swap) decorreu do movimento de refinanciamento da dívida a partir de 2002, em que foi bastante utilizado o crédito bancário, aproveitando-se a liquidez existente e a exceção às regras do contingenciamento de crédito ao setor público (possibilidade de contratar recursos junto aos bancos comerciais para rolagem de dívida). Não somente o cronograma de vencimento da dívida foi alongado, como também a CEMIG se beneficiou da redução contínua da taxa Selic ocorrida até o início de 2008.

Apesar do aumento da taxa SELIC em 2008, é esperado para 2009 a retomada do ritmo de redução das taxas de juros brasileiras de forma a combater os efeitos da crise internacional sobre a economia brasileira.

A despeito da utilidade do hedge e considerando o gerenciamento de risco financeiro da Empresa, a administração busca fazer a gestão da dívida com foco no alongamento do seu prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo Estatuto, na redução do seu custo e na preservação da capacidade de pagamento da Empresa, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

Reflexo disso, o cronograma de amortizações da dívida está satisfatoriamente escalonado, com prazo médio de 4,3 anos, como pode ser visto no gráfico a seguir:

**Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2008 (R\$ milhões)**



Outra diretriz da Empresa acerca de redução do custo médio da dívida tem sido atendida, verificando-se, no final do ano, uma taxa de 8,98% a.a. a preços constantes.

Confirmando a boa performance financeira da Empresa, a Moody's América Latina, em dezembro de 2008, elevou o rating da CEMIG e das suas subsidiárias, a Cemig D e a Cemig GT, na Escala Global, de Ba2 para Baa3 em moeda local, e na Escala Nacional, de Aa3.br para Aa1.br. Ao elevar o rating da Companhia para o nível Baa3, que reflete uma percepção de rentabilidade saudável e forte geração de caixa assegurando sólidos indicadores de crédito e perfil de liquidez, a Moody's colocou a Empresa e suas duas subsidiárias no nível de "investment grade" na Escala Global.

Política de Proteção Cambial (*Hedge*)

Os instrumentos derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial de alguns contratos de financiamentos e não são utilizados para fins especulativos. As contratações das operações consideram aspectos de liquidez do mercado, preço relativo dos ativos e a concentração do serviço da dívida.

A Companhia tem privilegiado a cobertura de seu passivo cambial através de um hedge natural representado pela contratação com alguns de seus grandes consumidores de venda de energia elétrica indexada à variação cambial.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são mensurados ao valor justo de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nosso Conselho de Administração é composto de 14 membros, indicados pelos acionistas. Todos os conselheiros têm mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos após o término do mandato. Em 2008, foram realizadas 22 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros, indicados pelos acionistas e que atendem aos requisitos de independência conforme práticas internacionais. O Conselho Fiscal, tal como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2008 foram realizadas 10 reuniões do Conselho Fiscal.

Além disso, existe, atualmente, uma estrutura de 23 comitês, composta de executivos de diversas áreas da Empresa, para suportar a tomada de decisões estratégicas da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração a partir do suporte de critérios técnicos. Destes, destacamos os abaixo relacionados:

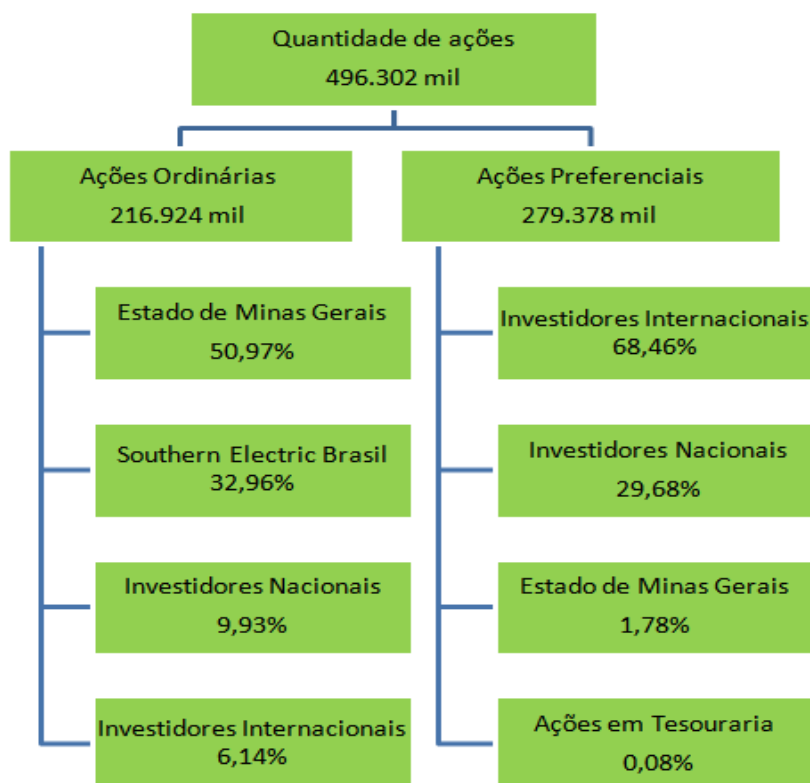
- Comitês de priorização do orçamento - tem por finalidade assessorar nas deliberações e gerenciamento de projetos de investimentos e outros projetos em geral das Empresas e áreas de negócio;
- Comitê de crédito - tem caráter permanente e a finalidade de estabelecer e resguardar o cumprimento das políticas e diretrizes relativas a procedimentos financeiros e comerciais;
- Comitê de gerenciamento de riscos de energia – tem a finalidade de propor para aprovação da Diretoria Executiva e ou Conselho de Administração políticas e procedimentos com o objetivo de minimizar os riscos nas contratações de compra e venda de energia;
- Comitê de controle e gestão - promover discussão sobre as atividades das áreas de controle e gestão, se constituindo num fórum de compartilhamento das melhores práticas;
- Comitê de planejamento estratégico - implementar diretrizes para as operações que envolvam risco financeiro; e,
- Comitê de manutenção do plano de cargos e remuneração - avaliar, assessorar, recomendar, uniformizar e manter os critérios e procedimentos pertinentes ao Plano de Cargos e Remuneração.

MERCADO DE CAPITAIS

A CEMIG teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960. Em 14 de janeiro 1972, as ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) passaram a ser listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa. Além disso, as ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002 e na Bolsa de Nova Iorque desde 1993, onde temos ADRs Nível 1 (CIG) em ações preferenciais, que foram transformados em Nível 2 em 2001. Posteriormente, em junho de 2007, lançamos na NYSE o programa de ADRs lastreado em ações ordinárias (CIG.C). Possuímos, também, ações preferenciais listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Composição Acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2008, totalizou R\$ 2.482 milhões, conforme composição abaixo demonstrada.



Cotações das Ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2007 e 2008 das ações em São Paulo (Bovespa), Nova Iorque (NYSE) e Madri (LATIBEX).

Denominação	Símbolos	Moeda	Fechamento 2007	Fechamento 2008
Cemig PN	CMIG4	R\$	30,29	31,77
Cemig ON	CMIG3	R\$	31,28	25,05
ADR PN	CIG	US\$	18,46	13,63
ADR ON	CIG.C	US\$	18,50	10,25
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	Euro	12,75	9,59

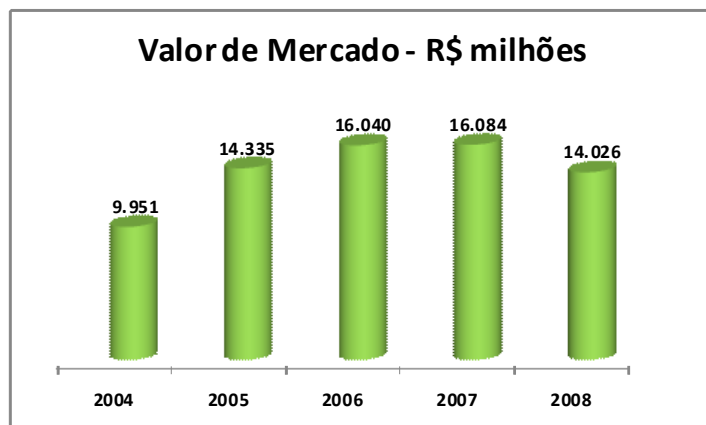
As ações preferenciais apresentaram um volume de negociação, em 2008, de R\$ 15.450 milhões, com uma média diária de quase R\$ 62 milhões. Esse volume faz com que nossas ações sejam uma das mais negociadas da Bovespa, proporcionando segurança e liquidez aos investidores.

Ao longo do ano de 2008 as bolsas de valores ao redor do mundo sofreram um intenso e prolongado processo de desvalorização, resultado da piora da situação econômica nos países desenvolvidos, com destaque para os Estados Unidos e países da União Européia. Os países emergentes, principalmente Brasil, Índia, China e Rússia, também sofreram reflexo dessa situação, em virtude de sua base de exportação depender em grande parte da demanda dos países desenvolvidos. Os investidores resgataram seus investimentos, em parte para cobrir perdas em outros mercados e parte como estratégia de investimentos, tendo em vista a contínua deterioração do cenário econômico.

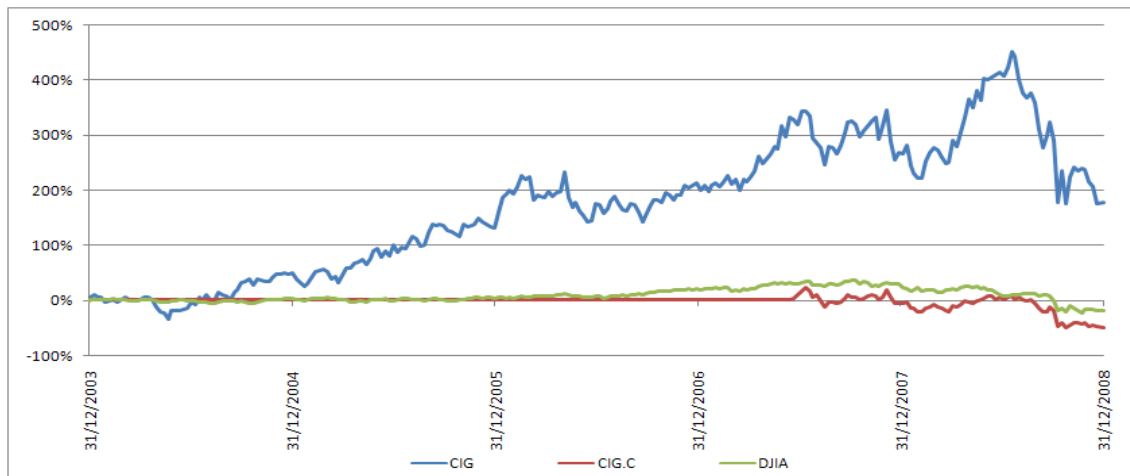
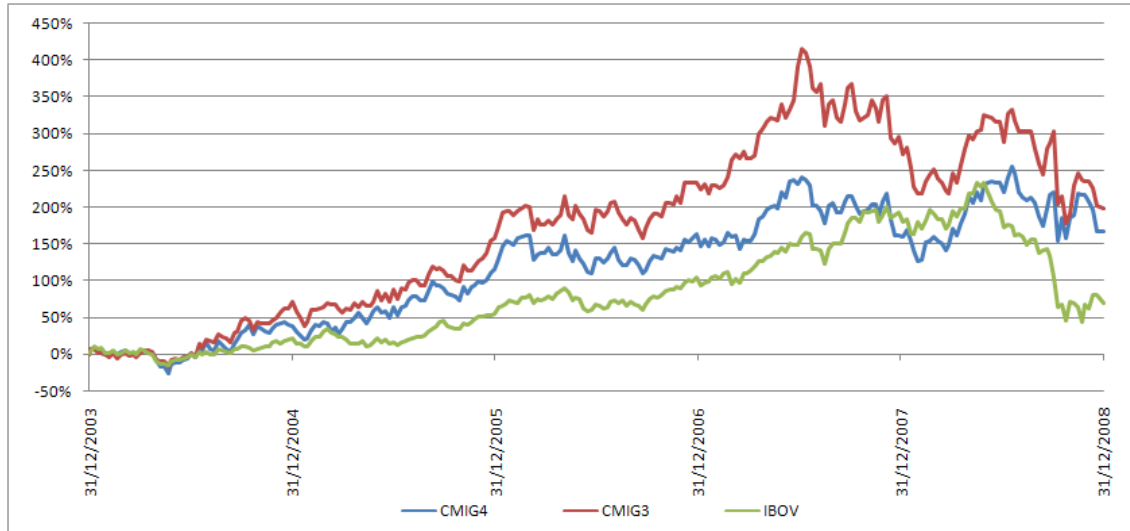
Nesse ambiente incerto o principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo, Ibovespa, caiu mais de 40% no ano passado, enquanto que o índice do setor de energia elétrica, IEE, caiu 10%. As ações da CEMIG apresentaram um desempenho muito bom dentro desse contexto, com as suas ações preferências, CMIG4, subindo 4,9%. Esse comportamento de nossas ações ilustram o reconhecimento pelo mercado da solidez dos fundamentos da CEMIG e da sua posição como líder do setor elétrico brasileiro.

	CMIG4	CMIG3	CIG	CIG.C	IBOV	DJIA	IEE
2008	4,9%	-19,9%	-26,2%	-44,6%	-41,22%	-33,8%	-11,6%

Nosso valor de mercado apresentou uma queda no ano de 2008 quando comparado a 2007, uma variação de 12,8%. Se analisarmos a variação nos últimos 5 anos, nosso valor de mercado apresentou um crescimento de 41%.



Os gráficos a seguir ilustram a evolução das nossas ações, ao longo dos últimos anos, em comparação a outros indicadores.



Relações com Investidores

Em consonância com as práticas de governança corporativa, buscamos disseminar uma política de transparência com o mercado de capitais, a fim de possibilitar agregação de valor aos investimentos de nossos acionistas.

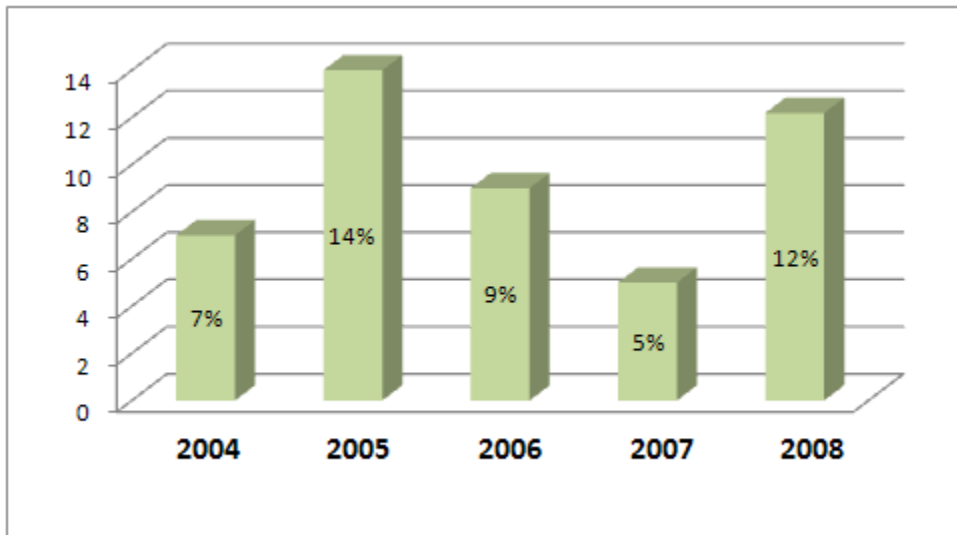
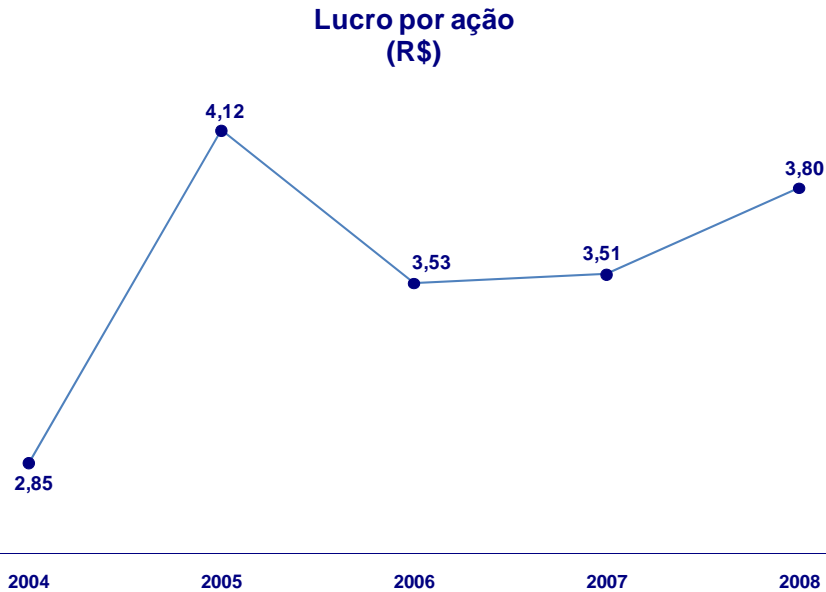
No ano de 2008, a CEMIG esteve presente, no Brasil e no exterior, em 88 seminários, conferências e encontros com investidores; 10 congressos; 11 Road Shows; além de teleconferências e videoconferências com analistas de mercado de capitais e investidores. Ressaltamos que tais eventos nacionais e internacionais ultrapassaram a marca de 520 reuniões individuais.

Destacamos ainda a realização do 13º Encontro Anual da CEMIG juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais - APIMEC, na cidade de Araxá - MG, 146 profissionais de Mercado de Capitais como convidados e 45 representantes da CEMIG, com participação de toda a diretoria.

POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

A CEMIG, através do Estatuto Social, assume o compromisso de distribuir dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido apurado no exercício anterior. Além disto, serão distribuídos dividendos extraordinários a cada dois anos ou em menor periodicidade, se a disponibilidade de caixa permitir.

Os dividendos são pagos em duas parcelas iguais: a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente ao exercício a que se referem.



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2009 que, ao lucro líquido do exercício, no montante de R\$1.887 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R\$944 milhões (50% do lucro líquido) para pagamento de dividendos;
- R\$94 milhões para a constituição de Reserva Legal; e,
- R\$849 milhões serão mantidos no Patrimônio Líquido da seguinte forma:
 - R\$629 destinados a Reserva Estatutária;
 - R\$220 destinados a Reserva de Retenção de Lucros para garantir os recursos dos investimentos já aprovados pela Administração.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Adotamos um sistema de rodízio de nossos auditores independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela KPMG Auditores independentes. Como a mudança de nossos auditores ocorreu no exercício de 2007, até o 1º trimestre daquele ano, nossas demonstrações contábeis foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu.

Os serviços prestados pelos auditores independentes da CEMIG e da maior parte de suas controladas foram como segue:

Serviços	2008 R\$ mil	% em relação à auditoria	2007 R\$ mil	% em relação à auditoria
Auditoria				
Deloitte	-	-	32	4,69
KPMG	751	100	650	95,31
Total de Serviços de Auditoria	751	100	682	100,00
Outros Serviços:				
KPMG	573	76,3	290	42,52
Total Geral	1.324	176,3	972	142,52

Os serviços adicionais foram aprovados pelo Conselho de Administração, tendo em vista que não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os riscos inerentes às atividades empresariais da corporação são avaliados pela sua probabilidade de ocorrência e pelo seu impacto nos diversos negócios da cadeia de valor, visando reduzir a sua exposição financeira e seu impacto intangível.

A implantação da gestão de riscos corporativos na CEMIG ocorreu em 2003 e vem sendo continuamente aprimorada. Optou-se por uma abordagem integrada com enfoque abrangente, tendo em vista que a identificação, a análise e o tratamento dos riscos se dão a partir de uma estrutura de processos definida, por negócio, alinhada ao Plano Diretor e ao planejamento estratégico da empresa, gerenciada de forma descentralizada pelos gestores de riscos e monitorada de forma centralizada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos, o qual é apoiado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos.

Seguem abaixo os fatos mais importantes de 2008:

- ❑ Início da 3ª revisão da matriz de riscos corporativos, com a atualização completa dos parâmetros estabelecidos na 2ª revisão, permitindo uma agregação das ameaças mais contundentes, prioritariamente discutidas no âmbito do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos;
- ❑ Aprimoramento do produto “Matriz de fatores de riscos sob a ótica dos stakeholders”, com o refinamento da descrição dos fatores de risco - circunstâncias ou ocorrências que podem dar origem a riscos para a corporação e associados aos riscos mais relevantes. O objetivo é permitir um aprimoramento da gestão a partir do entendimento do que as partes interessadas enxergam como ameaça estratégica e a identificação de riscos até então não mapeados na matriz;
- ❑ Consolidação da rotina de participação nos diversos ciclos de gestão da CEMIG, possibilitando subsidiar as diversas deliberações a serem encaminhadas para aprovação da Alta Administração, com a visão integrada pela análise dos riscos corporativos como ameaças aos objetivos estratégicos empresariais.

Certificação dos Controles Internos

Anualmente, a Administração da CEMIG, aderente às orientações da SEC e com base nos critérios do PCAOB, do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (Coso) e do *Control Objectives for Information and Related Technology* (Cobit), a partir de uma análise de risco, documenta e testa a efetividade dos controles nos níveis dos processos de negócios e de entidade, inclusive os controles que são suportados pela tecnologia da informação.

Além de atender a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), as atividades relacionadas à Certificação dos Controles Internos contribuem com a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa, sendo realizadas e monitoradas de forma sistemática e permanente.

A CEMIG obteve, sem ressalvas, a Certificação dos Controles Internos dos Relatórios Financeiros Consolidados, relativa ao exercício social de 2007, conforme parecer datado de 27/06/2008, da KPMG Auditores Independentes, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do Public Company Accounting Oversight Board – PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F arquivado na Securities and Exchange Commission (SEC) em 30 de junho de 2008.

Para a certificação de 2008, foi estabelecida uma conexão entre os controles e as contas contábeis potencialmente significativas, bem como validado, com a Auditoria Externa, KPMG Auditores Independentes, o desenho dos processos e dos controles-chave para assegurar a mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Comissão de Ética e Canal de Denúncia

A Comissão de Ética da CEMIG foi constituída em 12 de agosto de 2004, sendo que em 2008 ocorreram 10 reuniões.

Com a criação do Canal de Denúncia, a partir de dezembro de 2006, por exigência da Lei Sarbanes-Oxley – SOX, a Comissão de Ética passou a ter a ferramenta necessária para o recebimento de denúncias, de práticas irregulares contrárias ao interesse da empresa, tais como: 1) fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; 2) apropriação indevida de bens e recursos; 3) recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados e 4) contratações irregulares, através canal aberto na intranet da Companhia (Canal de Denúncia Anônima).

As denúncias de caráter ético são acatadas somente quando existe a identificação do denunciante e são processadas pela própria Comissão. As denúncias que se enquadram nos itens 1 a 4, mencionados acima, são consideradas não operacionais e encaminhadas ao Conselho Fiscal. Entretanto todas as denúncias sejam operacionais ou não operacionais são encaminhadas às respectivas áreas, para tomada de providências.

TECNOLOGIA

Telecomunicações e Informática

Em dia com a Segurança da Informação

Em 2008 foi desenvolvida a 2ª fase do projeto Plano Corporativo de Segurança da Informação que consistiu na especificação dos Processos de Gerenciamento, Plano Diretor de Segurança da Informação e o Plano de Continuidade dos Serviços de TI.

O Plano Diretor de Segurança da Informação foi definido a partir de um diagnóstico do negócio com relação à Segurança da Informação, especificando projetos que visam atender as necessidades do negócio e o cumprimento das exigências da Lei Sarbanes Oxley.

O Plano de Continuidade dos Serviços de TI tem o objetivo de assegurar a continuidade dos processos críticos do negócios, no caso de indisponibilidade geral dos serviços de TI por um prazo acima do tolerável. A estratégia de continuidade foi definida e sua implementação está prevista para 2009.

Tecnologia e alternativas energéticas

Tecnologia sempre foi considerada pela CEMIG como insumo básico e estratégico, manifestada através de seus processos, produtos, serviços, equipamentos, instalações e das habilidades de seus empregados e parceiros, ambientalmente correta e gerenciada e utilizada de maneira adequada e condizente com os resultados almejados.

Relativamente à gestão das alternativas energéticas, a CEMIG tem investido em projetos de utilização de fontes de energia renováveis, com destaque para biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, energia solar e geração eólio-elétrica. Adicionalmente, tem investido também em projetos de uso racional da energia, co-geração e geração distribuída, utilizando diferentes combustíveis como hidrogênio, gás natural, álcool e biodiesel.

Gestão Estratégica da Tecnologia e da Inovação

Visando garantir a sintonia com os novos cenários e inovações, com relação à utilização, adaptação e desenvolvimento de tecnologias mais avançadas e adequadas aos seus processos produtivos, ao longo de 2008, a CEMIG continuou, em seu processo de Gestão Tecnológica, estabelecendo parcerias estratégicas com universidades e entidades de pesquisa, realizando prospecção tecnológica e subsidiando o estabelecimento das estratégias, diretrizes e ações de cunho tecnológico para atuação empresarial, sempre em coordenação com o Comitê de Gestão Estratégica de Tecnologia – CoGET.

Destacam-se, em 2008, a implementação de ações para consolidar o Centro de Excelência em Energia Renovável - CEER e do Parque de Alternativas Energéticas para o desenvolvimento auto-sustentável – PAEDA, o acordo para a construção de quatro protótipos de veículos movidos a energia elétrica, além do memorando de intenção para desenvolver plano de negócios sobre a tecnologia de Veículos Aéreos Não Tripulados – VANT e o estabelecimento das condições para o pagamento de royalties à CEMIG pela Nansen, decorrentes da comercialização do medidor fiscal de energia ativa (kWh).

A gestão da normalização técnica interna e externa, de suma importância para a consolidação das práticas tecnológicas, é desenvolvida pelo Comitê de Normalização de Equipamentos e Materiais – CONEM, envolvendo um acervo de 940 documentos eletrônicos corporativos (padronizações, especificações e procedimentos), utilizados em aquisições externas num total de cerca de R\$ 250 milhões em 2008.

Programas de P&D

Foi elaborado o Plano Estratégico de Investimentos em P&D para os próximos cinco anos, em conjunto com as áreas operacionais das empresas CEMIG. O planejamento, além de garantir o alinhamento com a estratégia empresarial, permitirá tanto uma gestão mais eficiente do elevado volume de recursos alocados anualmente em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, como a exploração das possíveis sinergias tecnológicas entre os negócios da empresa.

Em 2008, foram ainda criados fóruns tecnológicos permanentes, compostos por especialistas das várias áreas da empresa, que deverão atuar conjuntamente para a consecução do Plano Estratégico de Investimentos em P&D, bem como para a contínua atualização do mapeamento tecnológico realizado.

A CEMIG possui um portfólio de projetos bastante amplo, cujos projetos se relacionam a metodologias, softwares, dispositivos e equipamentos necessários à operação da empresa, além da pesquisa de alternativas energéticas. Os valores aportados nos projetos, desde 2002, alcançam mais de R\$ 81 milhões, sendo que desses, a metade já está concluída, envolvendo a realização de R\$ 65 milhões. Atualmente estão em andamento 95 projetos, que realizaram R\$ 7,2 milhões ao longo de 2008. Outros 200 projetos estão em aprovação pela Agência, somando recursos da ordem de R\$ 32,1 milhões.

Uso Racional de Energia

O desenvolvimento por meio de um setor elétrico sustentável é uma proposta positiva para afastar a possibilidade de um novo racionamento de energia elétrica e minimizar os conflitos socioambientais na evolução da matriz energética brasileira.

A CEMIG tem realizado um esforço cada vez maior em ações de conservação de energia e investiu em 2008 um montante de R\$ 24 milhões em seu Programa de Eficiência Energética.

Além de outros projetos em desenvolvimento, destacam-se em 2008 os seguintes projetos executados:

- Doações de equipamentos eficientes como aquecimento de água, geladeiras eficientes, tanques de expansão eficientes, lâmpadas compactas para comunidades carentes.
- Retorno do projeto "CEMIG nas Escolas", que tem como meta conscientizar os alunos da rede pública do ensino médio.
- Substituição de autoclaves da rede hospitalar que atende ao SUS do nosso Estado. Este equipamento é responsável pela esterilização de roupas e equipamentos usados em cirurgias. Os novos autoclaves permitem uma redução de 60% do consumo de energia.
- No meio rural, a Fazenda Energética de Uberaba prospectou e coordenou nesta primeira etapa, dentro do Projeto PEE – ANEEL, a implantação do Conviver Rural na região de São João Del Rei. O projeto consiste na aquisição de 50 tanques de expansão para substituição de tanques de imersão para pequenos produtores e contou com a colaboração de vários órgãos e entidades, como podemos destacar a Secretaria Municipal de Agropecuária e o Sindrural.

Biomassa

Com o desenvolvimento das tecnologias de transformação que apresentam maior eficiência, menores níveis de emissões de gases tóxicos e de gases que causam efeito estufa, a biomassa torna-se uma alternativa energética muito promissora para a geração de energia elétrica em determinadas regiões do Estado. Dessa forma, desde a Usina de Formoso no norte de Minas Gerais, passando pela co-geração nos setores sucro-alcooleiro, de papel e celulose e siderúrgico, até às experiências atuais como o plantio de florestas energéticas, gaseificação de biomassa, geradores a álcool e o biodiesel, a utilização da biomassa tem sido buscada pela CEMIG.

Um exemplo desse esforço é o projeto de co-geração utilizando gás de alto forno a carvão vegetal na termelétrica de 13 MW pertencente à siderúrgica V&M do Brasil S.A. A CEMIG trabalha continuamente para viabilizar os projetos de geração de energia da biomassa, consciente de ser esta uma alternativa ambientalmente correta e importante para o atendimento do crescimento da demanda energética da sociedade, com impactos positivos para a geração de emprego e renda de forma descentralizada.

Energia Solar

Os trabalhos pioneiros da CEMIG na área de energia solar, tanto na sua forma fotovoltaica quanto na forma solar térmica através da utilização de coletores planos e concentradores solares, tem ajudado a criar novas alternativas de oferta de energia e de eficiência para alguns consumidores no Estado de Minas Gerais.

As instalações de sistemas de aquecimento de água por coletores solares planos e de bombas de calor também são fomentadas pela CEMIG, que vê nessas opções ferramentas para reduzir o consumo de energia elétrica no horário de pico e também como alternativa energética para conjuntos habitacionais destinados a famílias de baixa renda.

Também em 2008 foram instalados cerca de 1.000 coletores solares planos para aquecimento de água em substituição ao chuveiro elétrico em residências de baixa renda, além de 4 unidades instaladas em hospitais. Nesse contexto, foi firmado convênio entre a CEMIG, Cohab e o governo de Minas Gerais onde está prevista para 2009 a instalação de mais 7.500 coletores solares planos. A CEMIG continua investindo em projetos de P&D para purificação do silício metalúrgico existente em Minas Gerais e desenvolvimento de células fotovoltaicas de baixo custo.

Outra iniciativa da empresa refere-se à pesquisa e experimentações relativas ao uso de energia solar térmica para produção de energia elétrica através de termelétricas solares, utilizando concentradores cilíndrico-parabólicos, e para aquecimento de água de forma centralizada, utilizando coletores solares planos (calor distrital para comunidades de baixa renda).

Energia Eólica

A CEMIG foi a primeira concessionária brasileira a instalar uma usina eólica conectada ao sistema elétrico integrado, a Usina Eólio-Elétrica Experimental do Morro do Camelinho, abrindo o caminho para a introdução de uma cultura eólica no país. Foi efetuado levantamento do potencial eólio-elétrico de alguns sítios promissores no Estado de Minas Gerais, tendo sido assinados acordos de confidencialidade com empresas interessadas em avaliar a instalação de uma usina eólica no norte de Minas. Foi iniciado em 2008 um projeto de pesquisa e desenvolvimento de geradores eólio-elétricos de pequeno porte adaptados a instalações em regiões montanhosas, com potencial de atendimento a localidades remotas.

Hidrogênio e Células a Combustível

As células a combustível são uma das novas tecnologias para geração de energia de forma descentralizada, com grande possibilidade de causar, no futuro, impactos no setor elétrico. Atenta às oportunidades que podem advir dessa tecnologia, a empresa desenvolve, desde 2000, projetos de P&D em temas ligados à células de baixa temperatura (*PEM*) e de alta temperatura (*SOFC*).

Foi iniciado também o desenvolvimento de um sistema integrado de geração de energia a partir da gaseificação de biomassa por acionamento de células combustíveis *SOFC*.

Biodiesel

A CEMIG considera o biodiesel como uma alternativa energética sustentável, geradora de emprego e renda e que propicia inclusão social. Nesse sentido, a empresa trabalha, junto com outros órgãos do Estado e centros de pesquisas, para a consolidação da tecnologia de produção do biodiesel em Minas Gerais, através da identificação das vocações regionais para a cultura de oleaginosas, da construção de uma planta piloto de pequeno porte para produção experimental desse combustível e também da implantação de infraestrutura laboratorial em órgão de pesquisa do estado para qualificar e certificar esse combustível e, dessa forma, contribuir para a sua inserção no mercado nacional.

Encontra-se em funcionamento o Laboratório de Biocombustível do CETEC, com capacidade de produção de 1.000 litros/dia de biodiesel. Em 2008 foi dada continuidade ao projeto com utilização do biodiesel produzido no laboratório para a geração de energia elétrica, de forma experimental, em um grupo motor gerador e em uma microturbina.

Veículo Elétrico

O veículo elétrico pode ser considerado uma tendência para os próximos anos. A CEMIG, em parceria com Itaipu Binacional e Fiat Automóveis, iniciou projeto de pesquisa e de estudo de viabilidade técnica e econômica da utilização de veículos movidos a energia elétrica. No final de 2008 foram recebidos 4 veículos modelo Palio Weekend. A empresa pretende testar os protótipos em sua frota durante o próximo ano, visando avaliar aspectos operativos e de manutenção e desenvolvimento de tecnologia nacional. Com o uso intensivo dessa tecnologia, pretende-se disponibilizar mais uma alternativa para as empresas CEMIG e seus consumidores visando redução do uso de combustíveis fósseis e exploração de um novo nicho do mercado de energia elétrica.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como empresa prestadora de serviços públicos, a relação com as comunidades onde atuamos não se restringe ao estágio de desenvolvimento econômico, mas também se refere diretamente ao estágio de desenvolvimento social. Iniciativas concretas, como os programas Campos de Luz, concluído em dezembro de 2008 tendo como resultado final 602 campos iluminados, beneficiando a prática esportiva em 377 municípios do Estado e o Luz no Saber, demonstram, na prática, que a energia é um insumo necessário não apenas à transformação de matérias-primas e à produção de bens, mas também à qualidade de vida e ao funcionamento de equipamentos de uso comum, como escolas e centros culturais e recreativos.

Um grande exemplo é o Projeto Conviver que tem o objetivo de promover o acesso à devida prestação dos serviços e orientar quanto ao uso correto, eficiente e seguro da energia, adequando o valor da conta à capacidade econômica dos clientes das comunidades populares. As ações e medidas de eficiência energética implantadas visam a conscientização e mudança de hábitos, a utilização de equipamentos eficientes e o consumo consciente para evitar o desperdício de energia elétrica.

O Conviver também contribui para aumentar e melhorar a integração e convivência da CEMIG com as comunidades atendidas, procurando solucionar pendências relacionadas à conta de luz, analisando possíveis parcelamentos de débitos para aquelas contas que se encontram inadimplentes, e dúvidas quanto à obtenção da tarifa social e a isenção de ICMS. Atua, ainda, na regularização das unidades consumidoras, na disseminação de dicas de economia, na agilização de novas ligações e na análise de situações de riscos que envolvam eletricidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos aglomerados.

Além das ações de conscientização, o Projeto Conviver já doou cerca de 5,5 mil geladeiras eficientes, mais de 150 mil lâmpadas fluorescentes compactas e 4 mil recuperadores de calor para chuveiro elétrico, para famílias de 19 vilas e aglomerados da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Muitos são os projetos desenvolvidos em nossa Empresa, voltados à melhoria das condições de vida de crianças, adolescentes, adultos, idosos e assistência a populações carentes. Um exemplo é o Projeto Asin – Ações Sociais Integradas Cemig, contribuindo para gerar recursos dirigidos a sustentabilidade de instituições, associações comunitárias, escolas e asilos nas comunidades onde a Empresa atua.

Conta, ainda, com a realização de ações diversas como o Dia das Crianças, Dia do Voluntário, Natal, e outras iniciativas, envolvendo, além das instituições cadastradas e os voluntários do Asin/CEMIG, empregados terceirizados e parceiros dos municípios.

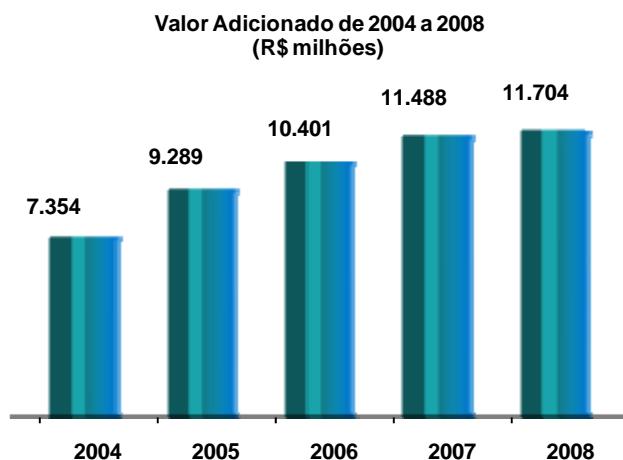
Em dezembro de 2008 a parceria da CEMIG no Projeto Papai Noel dos Correios mobilizou, além dos empregados, toda a população do Estado através de aviso nas contas de energia, o que fortaleceu sensivelmente o resultado final do projeto.

Outro exemplo concreto de ação social apoiado pela Empresa é o Programa AI6% - Formando Cidadãos, parceria entre a AIC – Associação Intergerencial da CEMIG e o Projeto ASIN/CEMIG, implantado desde 2001. A finalidade do programa é incentivar empregados e aposentados da CEMIG a repassar parte de seu imposto de renda devido para os Fundos da Infância e da Adolescência – FIA's. O programa teve uma arrecadação de R\$1.573 mil em 2008, com a participação de 2.848 empregados, o que irá permitir o auxílio a 147 instituições do Estado.

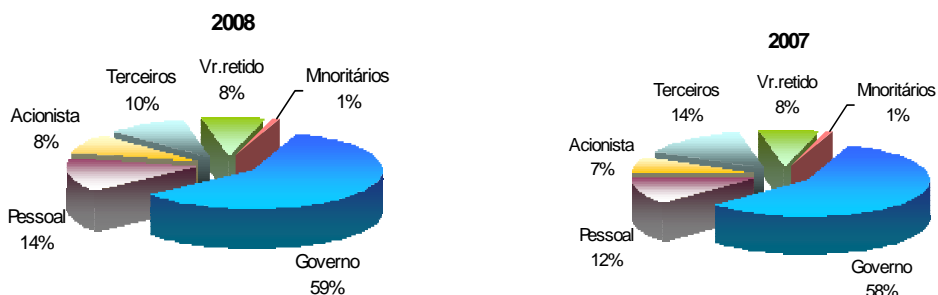
Outro reconhecimento das ações de responsabilidade social da CEMIG foi a inclusão da Empresa, a partir de 2005, no grupo de trabalho para a criação da ISO 26.000 – Responsabilidade Social, a convite da International Organization for Standardization – ISO, do Instituto Ethos e da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e com previsão de conclusão para 2010. Pela primeira vez, a coordenação mundial de um trabalho da ISO é liderada em conjunto por dois países, nesse caso pelo Brasil e Suécia, o que torna nossa participação ainda mais relevante.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$11.704 milhões de valor adicionado em 2008 em comparação a R\$11.488 milhões em 2007.



A distribuição do valor adicionado da CEMIG entre os diversos segmentos, pode ser observada no gráfico a seguir, devendo ser destacada a parte retida pelo governo do total distribuído em 2008 e 2007, correspondente a 59% e 58%, respectivamente.



Recursos Humanos

Os instrumentos de gestão destinados à administração de carreiras pela CEMIG são caracterizados como um conjunto de políticas e práticas que oferecem suporte a decisões individuais na carreira, o gerenciamento desta e a comunicação entre os empregados e Empresa. Além disso, objetivam auxiliar a sua administração de forma a torná-la estratégica e integradora, com transparência, honestidade de intenções, sentimentos de segurança e clareza de regras.

Atração e Retenção de Talentos

Com o objetivo de viabilizar o aproveitamento do potencial, know-how do corpo técnico, aliado aos interesses individuais e empresariais, propiciando expectativa de futuro profissional aos empregados, a Seleção Interna mostrou-se como um recurso fundamental na prática da Gestão de Pessoas. Essa prática é voltada para conciliar ações de valorização do capital humano com diretrizes estratégicas da organização nos níveis de realização de uma empresa do porte da CEMIG, bem como a retenção de potenciais talentos, associando à melhoria do clima organizacional, motivação e produtividade.

A CEMIG tem interesse em aproveitar seu pessoal próprio, entendendo que o processo de Seleção Interna é um instrumento motivador e propiciador do crescimento profissional de seus empregados, porquanto permite a retenção de talentos, bem como a preservação do seu capital humano, buscando continuar a prestação de serviços com o mesmo padrão de qualidade oferecido aos consumidores, garantindo a seus investidores o nível adequado de rentabilidade.

Em 2008, promovemos a 2ª edição da Seleção Interna, realizada no período de julho a setembro de 2008, com a aplicação de exames voltados especificamente para o perfil requerido. Essa medida ficou evidenciada pelos resultados obtidos, com um número expressivo de empregados participantes e aprovados, o que reafirmou a capacidade do seu corpo técnico e especializado.

Programa de Desenvolvimento Gerencial

A liderança exerce um papel fundamental para o alcance dos objetivos empresariais. Para a consecução deste objetivo, estas pessoas precisam apresentar um conjunto de competências técnicas, pessoais e profissionais requeridas. Em 2005, dentro do Modelo de Gestão do Desempenho, foram identificadas as Competências de Liderança, que foram definidas a partir de levantamentos realizados no projeto Desenvolvimento da Liderança. São dez as competências, a saber: orientação estratégica, orientação para o cliente (interno e externo), visão da cadeia de valor e unicidade, gestão de projetos, gestão de pessoas, prontidão para a mudança, gestão e compromisso com a segurança, sustentabilidade empresarial, construção de relacionamentos e gestão de resultados.

Com base no resultado do mapeamento das competências, a CEMIG criou e vem desenvolvendo, desde janeiro de 2006, em parceria com a Fundação Dom Cabral, um programa de desenvolvimento denominado CELIG – Cemig Liderança em Gestão. A partir da avaliação do nível de competência dos gestores, foi possível traçar um programa de desenvolvimento individual para cada gestor.

Em 2008, participaram 179 Gerentes no Celig, além de 73 empregados de nível superior que participaram do Celig para Sucessores, dentro do Programa Gestão Sucessória, cujo objetivo é a preparação para possível ascensão a cargos gerenciais. E para 2009 está prevista a realização do Programa Trilhas da Liderança, em que se pretende a ampliação da aplicabilidade de competências de liderança e a continuidade do Programa Celig para Potenciais Sucessores.

Gestão de Clima Organizacional

Ambiente de alta performance tornou-se uma necessidade estratégica das organizações. A CEMIG, ciente de que a obtenção de alta performance está intimamente ligada a um ambiente saudável e estimulador, busca permanentemente fazer uma gestão de seu ambiente interno. Mais do que isto, estabeleceu como um dos elementos de sua Visão, “ser uma das melhores Empresas para se trabalhar”.

Entre as ferramentas utilizadas, destaca-se a Pesquisa de Clima, realizada bianualmente. Esta pesquisa avalia não só o grau de engajamento dos empregados, como também a percepção destes quanto à gestão estratégica e a reputação externa da CEMIG, o respeito com que ela trata seus empregados, o nível de autonomia e treinamento que estes recebem para realizar seu trabalho, entre outros - aspectos fundamentais para se criar um ambiente estimulante e desafiador.

A última Pesquisa de Clima Organizacional da CEMIG foi realizada em agosto de 2007, com a participação voluntária de 85% dos empregados – índice extremamente significativo quando comparada com o mercado. Em relação à Pesquisa de 2005, houve uma melhora no índice de favorabilidade do Clima, que passou de 58% para 62% (questões comparáveis).

Em 2008, após a divulgação dos resultados a todos os empregados, foram realizados 111 workshops para a elaboração dos Planos de Ação. Nestes workshops realizados com a orientação da RH, os empregados tiveram a oportunidade de construir as ações de melhoria para suas gerências e/ou superintendência.

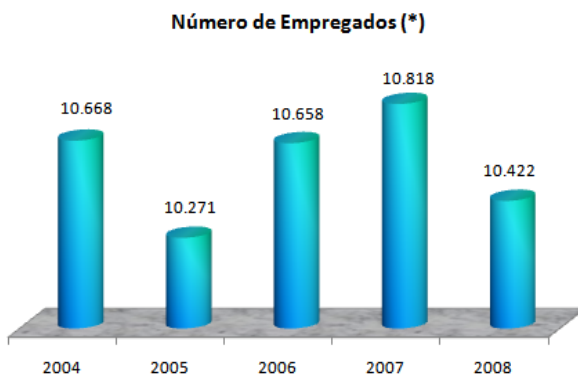
Saúde, Bem-estar e Segurança do Trabalho

Com o objetivo de alinhar as diretrizes corporativas de saúde, segurança e bem-estar em toda a Empresa e principalmente nas áreas que buscam a certificação ou manutenção de seus processos no SGS, foi elaborado e disponibilizado Manual Técnico, contendo as diretrizes corporativas a serem seguidas por todas as gerências da Empresa, em conformidade com a especificação da Norma OHSAS 18001:2007, considerando-se a Política de Segurança, Saúde e Bem-Estar da CEMIG.

Em 2008, a Taxa de Freqüência da força de trabalho, que expressa a quantidade de acidentes de trabalho em relação ao número de horas de trabalho com exposição de risco, apresentou redução de 10,84%.

Provimento

A CEMIG encerrou 2008 com 10.422 empregados. Neste ano, foram admitidos 06 novos empregados - 02 na Cemig Geração e Transmissão S.A. e 04 na Cemig Distribuição S.A e, em contrapartida, ocorreram 402 desligamentos - 112 na Cemig Geração e Transmissão S.A. e 290 na Cemig Distribuição S.A.



(*) Cemig Controladora, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão

Cultura e Sociedade

Em 2008, a CEMIG investiu R\$ 45,5 milhões em projetos sócio culturais, educação e ações sociais beneficiando diretamente a população de mais de 200 municípios em Minas Gerais. Para a Empresa, investir em projetos sociais, culturais e esportivos não é uma questão apenas de quantidade de recursos, mas da qualidade com que são aplicados, objetivando atingir o maior número de pessoas, com continuidade e responsabilidade, por meio da formação de redes de atuação entre diversos setores da sociedade, do meio artístico-cultural e do ambiente esportivo que passou a apresentar projetos de inclusão social.

Em 2008, a CEMIG patrocinou, por meio das leis de incentivos culturais, 133 projetos, sendo 48 deles com maioria de recursos próprios, através do art. 26 da Lei Rouanet de Incentivo a Cultura. A seleção dos projetos é realizada em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, no Programa “CEMIG Cultural”, o que representa um esforço claro de apoio na construção a uma política pública de investimentos culturais. Dessa forma, a Companhia alcança demandas do interior do Estado, pequenos grupos iniciantes, iniciativas instigantes de arte contemporânea e segmentos culturais de complexo entendimento e escasso patrocínio por parte da iniciativa privada.

Belo Horizonte e o interior do Estado receberam 11 festivais internacionais de artes integradas, o que reforça e amplia a rede de intercâmbio cultural com grupos de outros estados e de estrangeiros.

Com a terceira edição do Programa Filme em Minas, reafirmamos a vocação da Empresa no apoio ao audiovisual. No biênio 2007/2008, 34 projetos foram contemplados nas mais diversas categorias. Foram premiados, além dos longas e curtas-metragens, vídeos experimentais, documentários, projetos de pesquisa em desenvolvimento e literatura da área. Todos esses projetos com mão-de-obra, logística e locações em Minas Gerais. Trata-se do único edital de audiovisual do País que premia todos os segmentos da área e que garante a finalização e distribuição dos projetos que contempla.

Em 2008 o Palácio das Artes, a Fundação de Educação Artística, o Museu Mineiro, o Grupo Galpão, o Museu de Artes e Ofícios e o Centro Cultural Inhotim prorrogaram suas parcerias com a CEMIG, perfazendo, em alguns casos, décadas de parcerias contínuas e necessárias ao acesso da população à acervos preciosos.

Atenta ao acesso do público interno à leitura e às artes plásticas, a CEMIG mantém em sua sede uma galeria de arte, onde, há 18 anos, são montadas 11 exposições anuais de artistas de todo o país, e uma biblioteca aberta, inclusive ao público externo, com aproximadamente 56 mil títulos. Além do acervo do edifício-sede, uma biblioteca itinerante que visita outras unidades administrativas da Empresa, atendendo novos leitores no interior e na capital.

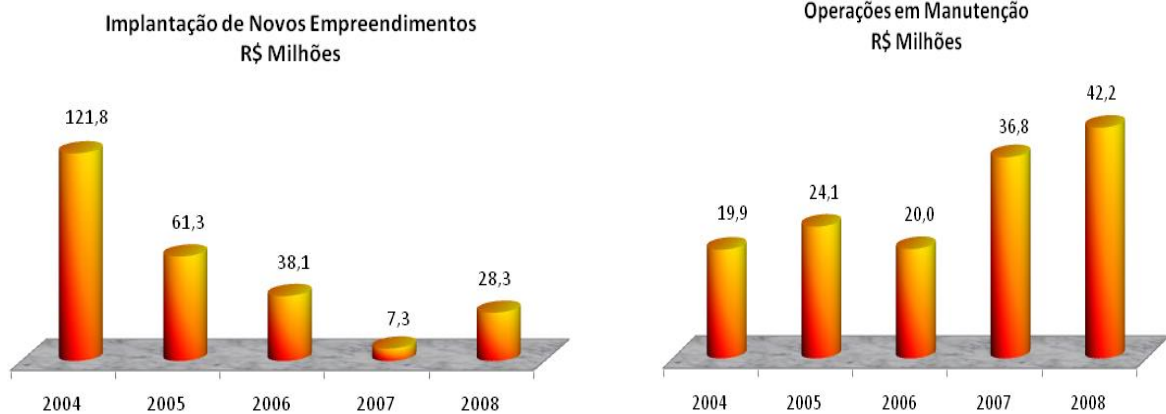
Em 2008, a Empresa patrocinou projetos aprovados junto ao Ministério dos Esportes, que seleciona programas para crianças em risco social e atletas paraolímpicos. Foram destinados cerca de R\$ 4 milhões de reais a projetos em Belo Horizonte e Uberlândia que pretendem atender a milhares de crianças e adolescentes.

Meio Ambiente

A CEMIG possui uma Política Ambiental, publicada em 1990, da qual constam sete princípios que orientam as atividades e direcionam os esforços relacionados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Tais princípios são traduzidos em ações que buscam imprimir nos empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental.

Em sua área de atuação, a CEMIG realiza uma série de atividades que visam contribuir para o desenvolvimento sustentável. Dentre elas pode-se destacar o programa de educação ambiental nas escolas, as reservas ambientais, os programas de preservação da flora e fauna, com destaque para programas relacionados à ictiofauna.

Em 2008, a CEMIG utilizou um total de recursos em meio ambiente de R\$70,5 milhões que foram destinados para a implantação de novos empreendimentos e para a operação e manutenção da Empresa, respectivamente, R\$ 28,3 milhões e R\$ 42,2 milhões.



Com relação aos investimentos utilizados nos novos empreendimentos, ocorreu uma nova elevação, em 2008, devido, principalmente, às obras de implantação da Usina Hidrelétrica de Baguari e a Pequena Central Hidrelétrica de Cachoeirão.

Sistema de Gestão Ambiental

Na CEMIG as áreas podem se certificar em Sistema de Gestão Ambiental – SGA, conforme a Norma ISO 14001/2004 ou adotar um Sistema de Gestão Interno, denominado SGA Nível 1, o qual foi desenvolvido considerando-se os princípios da Norma NBR ISO 14001.

Em 2008, foram certificadas na atividade de geração a Gerência das Usinas do Leste, responsável pela gestão de operação, manutenção e administração das Usinas da Região Leste e a usina hidrelétrica de Irapé.

Com as recomendações realizadas de 2008, a capacidade instalada de geração de energia certificada nos Sistemas de Gestão Ambiental passou de 5.407 MW para 5.767 MW, o que representa cerca de 90% da capacidade instalada da CEMIG. No que se refere às Linhas de Transmissão acima de 230 kV, atualmente 63% das linhas da empresa estão certificadas.

No que se refere a atividade de distribuição, foram certificadas diversas gerências da empresa, responsáveis por atividades de operação e manutenção, relacionamento comercial e planejamento e expansão.

Segurança de Barragens

O Plano de Monitoramento da Segurança de Barragens foi cumprido integralmente em 2008, tendo sido executados mais de 150 serviços, entre obras, estudos e projetos de manutenção de barragens, de adequação da infra-estrutura de geração e de adequação ambiental, com ênfase nos serviços de reavaliação e restabelecimento das condições de segurança estrutural e funcional de barragens e estruturas civis associadas

Neste ano foram apresentados para os gerentes regionais os Planos de Emergência das Barragens. Foram gerados os mapas de planície de inundação das usinas de Miranda, Nova Ponte, São Simão, Emborcação, Jaguará e Xicão.

Atendendo, também, solicitação da ANEEL, foram elaborados os relatórios especiais de Avaliação do Comportamento das Estruturas Civis de 07 usinas que estavam completando 01 ano de operação ou renovando a concessão.

Desenvolvimento Sustentável

A CEMIG foi selecionada, em 2008, pelo nono ano consecutivo na seleta lista de empresas do DJSI World – Índice Dow Jones de Sustentabilidade. A CEMIG se mantém no Índice, desde sua criação em 1999, sendo a única empresa do setor elétrico da América Latina a fazer parte desse Índice. Nesses nove anos consecutivos de participação no Índice Dow Jones, a CEMIG foi considerada líder mundial do setor elétrico no período 2005/2006 e líder mundial do supersetor de “utilities”, que engloba as empresas prestadoras de serviço de energia elétrica, distribuição de gás, saneamento e outros serviços de utilidade pública na edição 2007/2008 do índice. Conquistamos também a categoria Ouro no ranking de empresas consideradas líderes mundiais em sustentabilidade nos períodos 2007/2008 e 2008/2009.

Pela quarta vez consecutiva, a CEMIG foi selecionada como componente do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo. A CEMIG se mantém no Índice, desde sua criação em 2005. O ISE reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade no meio empresarial brasileiro.

Além disso, a CEMIG busca contribuir com o desenvolvimento sustentável através de investimentos em programas de conservação e eficiência de energia e em pesquisas de novas fontes alternativas, tais como a energia solar e fotovoltaica, a energia eólica, a pesquisa de células de hidrogênio e o uso de gás natural e carro elétrico.

A CEMIG recebeu em Novembro de 2008 a primeira subestação móvel do mundo totalmente isolada a óleo vegetal, com potência de 15MVA, suficiente para atender a uma população de aproximadamente 50 mil habitantes.

A utilização do óleo vegetal traz vantagens técnicas tais como a redução do risco de incêndio e o aumento da vida útil do equipamento. Além disso, os impactos que ele pode causar ao meio ambiente, por ser biodegradável, são inferiores aos do óleo mineral isolante, em caso de vazamentos. O objetivo desse equipamento é atender emergências e manutenções programadas nas subestações convencionais, agilizando a prestação de serviços e o atendimento a áreas afetadas pela subestação defeituosa.

Novos Empreendimentos

A CEMIG, participante do consórcio Usina Hidrelétrica Baguari – UHE Baguari, juntamente com Baguari I e Furnas, tem dado prosseguimento à construção da UHE Baguari no município de Governador Valadares. Continuam, as ações ambientais necessárias à implantação do empreendimento, em atendimento às exigências do Plano de Controle Ambiental e cronograma ambiental, dentre elas, os monitoramentos de fauna, ictiofauna, água e socioeconomia, os programas de comunicação social, educação ambiental, negociação, assistência social, resgate de germoplasma, produção de mudas de árvores nativas, registro do patrimônio natural, prospecção e resgate arqueológico, resgate de fauna entre outros. A obtenção da Licença de Operação está prevista para 2009.

Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental é conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o pronto atendimento aos órgãos competentes pela questão ambiental. Os estudos e monitoramentos são desenvolvidos através da contratação de especialistas, o que inclui empresas de consultoria, centros de pesquisa e universidades.

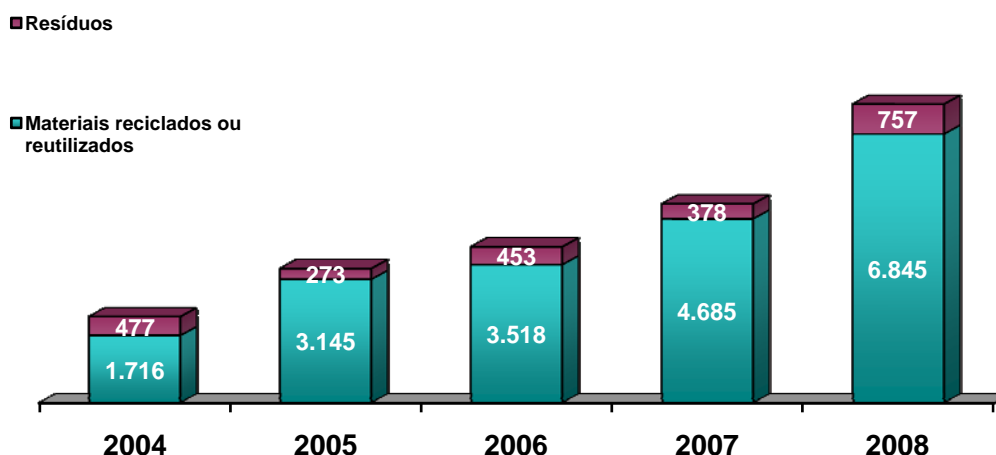
Em 2008, a CEMIG obteve as licenças de operação corretiva das PCHs Joasal, Paciência e Gafanhoto, Sistema de Transmissão Leste e a licença de operação da PCH Cachoeirão.

Gestão de Resíduos

Em 2008, foram encaminhadas para reciclagem 299 mil lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública provenientes de toda a área de concessão da empresa. Além disso, foram reciclados 158 mil lâmpadas incandescentes e 5,4 toneladas de lâmpadas quebradas. Materiais retirados de operação como transformadores, isoladores, sucatas, cabos e fios são enviados para ao Centro de Distribuição de Materiais, área certificada com Sistema de Gestão Ambiental CEMIG, onde ocorre a separação do material para a reutilização ou alienação.

Foram alienados ou reciclados 6.845 toneladas de materiais e equipamentos, 46% a mais do que em 2007. Dentre os materiais estão isoladores de porcelana, sucatas metálicas de medidores, reatores, cabos, fios e baterias. Além disso, foram regenerados e reutilizados pela própria CEMIG 130 mil litros de óleo mineral isolante retirados dos equipamentos elétricos. Foram ainda co-processadas 507 toneladas de resíduos impregnados com óleo (luva, estopas e serragem) e 19 toneladas de óleo mineral isolante impróprios para utilização em equipamentos elétricos.

O gráfico abaixo apresenta o total de materiais reciclados ou reutilizados e de resíduos encaminhados para co-processamento –2004/2008 – (toneladas).



A campanha de coleta seletiva nas maiores instalações da CEMIG, localizadas na região metropolitana de Belo Horizonte, proporcionou, em 2008, o recolhimento de 109 toneladas de material reciclável, sendo 63 de papel, 31 de papelão e 15 de plástico, que foram repassados para a Organização Não-Governamental – ONG, Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte – Asmare.

Programas para a Ictiofauna (peixes)

A CEMIG lançou em junho de 2007 o Programa Peixe Vivo com o compromisso de aumentar esforços na busca e implantação de soluções para evitar/mitigar impactos sobre a ictiofauna e ampliar os programas de conservação de peixes. Esse programa conta com uma equipe composta de profissionais das áreas biológica, engenharia e comunicação social. A junção dessas áreas nos permite desenvolver medidas mais eficientes para prevenção e mitigação de impactos causados ao meio ambiente por construções e operação de usinas hidrelétricas.

Foram contratados dois projetos de pesquisa e outros dois estão em fase de contratação, totalizando um valor de R\$ 8 milhões com 4 anos de contrato. Esses projetos são frutos das consultas realizadas a vários segmentos da sociedade, como pesquisadores nacionais e internacionais que realizam pesquisas relacionadas a Ictiofauna, representantes de ONGs, de órgãos ambientais como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e Instituto Estadual de Florestas – IEF/MG, do segmento pesqueiro artesanal e comunidade de Três Marias, com o objetivo de identificar as diretrizes e ações mais importantes para a melhoria e proteção da ictiofauna no estado de Minas Gerais e definir estratégias de proteção para evitar e prevenir a morte de peixes nas usinas hidrelétricas da CEMIG.

O Peixe Vivo, desde setembro de 2007, realiza o monitoramento sistemático da ictiofauna a jusante das usinas em procedimentos programados que apresentam risco para a ictiofauna. As informações geradas nestes monitoramentos irão subsidiar as programações das operações nas usinas para que sejam realizadas com maior segurança ambiental, ou seja, menos impacto. Esta atividade se manteve ao longo de 2008 e os resultados do monitoramento que é realizado a jusante da UHE Três Marias foram aceitos para apresentação no XVIII Encontro Brasileiro de Ictiologia em janeiro de 2009 em Cuiabá – MT.

Flora, Fauna e Monitoramento da Qualidade de Água

As Estações Ambientais da Empresa possuem mais de 4.000 hectares de áreas protegidas, utilizadas para a realização de estudos sobre a fauna e a flora, atividades de educação ambiental e visitas programadas. Nessas áreas foram colhidos 1.000 Kg de sementes de um total de 120 espécies florestais nativas, que foram destinados aos Viveiros Florestais da CEMIG e ao intercâmbio com outras instituições.

Além disso, foram produzidas 390 mil mudas de espécies nativas distribuídas para ONG's e órgãos públicos e plantados 48 ha de matas ciliares em parceria com produtores rurais.

Em relação à fauna, a Estação Ambiental de Peti desenvolve em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA o projeto ASAS – Área de Soltura de Animais Silvestres, recebendo, recuperando e reintroduzindo animais provenientes de apreensões realizadas pela Polícia de Meio Ambiente e IBAMA. Em 2008 foram recebidos 581 animais de 61 espécies diferentes. Além dos animais recebidos, a estação ambiental ainda reproduziu, através do projeto Profauna, animais das espécies irerê, pato-selvagem, cutia, ananaí, mutum-do-sudeste. Ao todo foram devolvidos 377 animais a natureza, sendo estes soltos nas demais estações ambientais da Empresa.

A CEMIG monitora regularmente a qualidade da água de seus principais reservatórios, através de uma rede que contempla oito bacias hidrográficas (Grande, Paranaíba, Pardo, São Francisco, Doce, Paraíba do Sul, Itabapoana e Jequitinhonha), 34 sub-bacias diferentes perfazendo um total de 46 reservatórios e 247 estações de coleta de água.

Arborização Urbana

A CEMIG tem buscado adotar alternativas tecnológicas de redes de distribuição (redes protegidas e isoladas) para aprimorar a convivência entre as árvores urbanas e as redes de distribuição aérea. Nesse sentido, a Empresa adotou, desde março de 1999, a Rede de Distribuição Protegida – RDP como seu novo padrão mínimo de atendimento urbano em substituição definitiva às redes convencionais nuas tornando-se a primeira Concessionária do Brasil a adotar a RDP com padrão mínimo de atendimento urbano.

Atualmente a CEMIG possui 5.750 km de redes protegidas e isoladas no sistema primário, representando 17,8% do total de redes urbanas primárias. Em relação as redes urbanas secundárias, 23.955 km são de redes isoladas, representando 43,8% do total de redes urbanas secundárias.

Além disso, a CEMIG realiza podas direcionais e ministra cursos de poda de árvores para diversas prefeituras do Estado de Minas Gerais. Por meio de apresentações teóricas e de demonstrações práticas, os participantes recebem informações sobre implantação e manutenção de árvores urbanas e sobre espécies de árvores adequadas para a área urbana, entre outros assuntos.

Em 2008, a CEMIG promoveu, o II Seminário de Manejo de Arborização Urbana junto a Sistemas Elétricos, em parceria com a Sociedade Brasileira de Arborização Urbana - SBAU e com a International Society of Arboriculture - ISA. O evento, que contou com a participação de especialistas nacionais e internacionais, representantes de prefeituras e concessionárias de energia elétrica de todo o país, teve como objetivos discutir e aprimorar as técnicas de manutenção de árvores junto a redes de distribuição de eletricidade, a partir do intercâmbio de informações entre os profissionais dessa área, além de estreitar o relacionamento entre prefeituras e concessionárias de energia elétrica.

Programa de Educação Ambiental

A edição de 2008 da Semana do Meio Ambiente teve como tema “O Ano Internacional do Planeta Terra e a Eficiência Energética”.

Assim, alinhados com o calendário global, a CEMIG realizou seu evento, enfatizando o conceito da Terra como a fonte vital para as necessidades diárias dos seres vivos, para os alicerces da sociedade e das economias globais, alertando sempre para o cuidado com os recursos naturais.

A mensagem da CEMIG na Semana do Meio ambiente foi, também, a da “Eficiência Energética”. Evitar o desperdício de energia elétrica sem abrir mão do conforto. Saber utilizar os benefícios que a energia oferece, na medida certa, observando os princípios da sustentabilidade.

Esse evento foi realizado, no período de 16 a 27 de junho de 2008 e contou com a participação de mais de 4.000 estudantes do ensino fundamental de 40 escolas da rede pública, estadual e municipal de Belo Horizonte.

O Programa de Educação Ambiental desenvolvido nas Estações Ambientais e Usinas recebeu este ano, 17.068 alunos de diferentes escolas da capital e interior. Durante estas visitas, são transmitidas informações sobre geração de energia e sua relação com o meio ambiente, bem como mensagens sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de conservação dos ecossistemas.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela CEMIG em 2008, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental

A Usina Hidrelétrica de Nova Ponte recebeu o Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental - PMGA, graças ao trabalho desenvolvido na área de meio ambiente e junto às comunidades envolvidas em sua operação.

O PMGA busca o reconhecimento de organizações que se destacam em relação à gestão sistêmica das questões ambientais, avaliando a empresa, a cadeia produtiva que a envolve e os agentes interessados, como empregados e as comunidades onde estão inseridas. A iniciativa tem o apoio do governo de Minas e do Ministério do Meio Ambiente e a chancela da União Brasileira de Qualidade - UBQ.

Prêmio Mineiro de Círculos de Controle de Qualidade

O CCQ é constituído por grupos voluntários de funcionários, pertencentes ou não à mesma área de trabalho, treinados nas ferramentas da qualidade que buscam a melhoria de desempenho, redução de custos, aumento da eficiência e qualidade de seus serviços e do seu trabalho.

A CEMIG, pelo segundo ano consecutivo, através da equipe Matrix da Gerência de Usinas Centro Sul foi a campeã da XVII Convenção Mineira de Círculos de Controle de Qualidade – CCQ e representou o Estado de Minas Gerais no XXIV Congresso Nacional de Círculos de Controle de Qualidade, realizado no Rio de Janeiro. O trabalho vencedor foi: Ineficiência na Vedação das Comportas da Sucção da Usina de Camargos.

Prêmio Ser Humano

A CEMIG faz parte do grupo de empresas que apresentam as melhores práticas em gestão de pessoas do Estado. O reconhecimento trata-se do Prêmio Ser Humano, uma iniciativa da Associação Brasileira de Recursos Humanos – Seção Minas Gerais – ABRH-MG. A CEMIG foi contemplada devido a seu processo de seleção interna, uma alternativa inédita, no contexto das empresas de administração pública, para possibilitar o crescimento profissional dos empregados. A CEMIG concorreu na categoria Gestão de Pessoas, com o trabalho Seleção Interna – Viabilização da Ascensão Profissional em Empresa de Administração Pública.

Dow Jones

A CEMIG foi selecionada, pelo 9º ano consecutivo, para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index – DJSI World, em sua edição 2008/2009, juntamente com outras 320 empresas de 27 países. A CEMIG continua sendo a única empresa do setor elétrico da América Latina a fazer parte desse índice internacional, desde 2000, quando foi anunciada a primeira edição do índice.

Fazer parte do DJSI World reflete o compromisso da CEMIG com o desenvolvimento sustentável empresarial na condução de suas atividades, incluindo práticas de governança corporativa, respeito ao meio ambiente e ao bem-estar da sociedade com a efetiva criação de valor para os acionistas.

Nestes nove anos consecutivos de participação no Índice Dow Jones, a CEMIG conquistou alguns importantes destaques mundiais. Na edição passada, biênio 2007/2008, a CEMIG foi selecionada como a líder mundial do supersetor de *utilities*, que engloba as empresas prestadoras de serviço de energia elétrica, distribuição de gás, saneamento e outros serviços de utilidade pública. Na edição 2005/2006, a CEMIG foi considerada a líder mundial do setor elétrico.

O DJSI World é composto por ações das maiores empresas, que, em seus diferentes setores econômicos, se caracterizam por sua reconhecida sustentabilidade corporativa, capazes de criar valor para os acionistas no longo prazo, por conseguir aproveitar as oportunidades e gerenciar os riscos associados a fatores econômicos, ambientais e sociais. O critério para seleção dessas empresas é conduzido pelo Sustainable Asset Management – SAM, empresa de gestão de ativos, independente, voltada para investimentos sustentáveis, com sede na Suíça.

O levantamento para seleção das empresas abrangeu 2.500 empresas de 57 ramos industriais de 51 países, em todo o mundo, sendo todo o processo de pesquisa e seleção auditado pela PricewaterhouseCoopers. O índice é revisado anualmente com base em questionários enviados às empresas e, também, informações públicas disponíveis em relatórios anuais e websites que refletem a atuação da empresa nas dimensões econômica, ambiental e social.

Iasc

Pelo terceiro ano consecutivo, a CEMIG é uma das finalistas do Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Cliente – Iasc. O resultado do Prêmio Iasc 2008 foi anunciado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. Este ano, foram realizadas entrevistas com 19.520 consumidores de 64 distribuidoras de energia elétrica no período de 21 de agosto a 4 de outubro.

Na opinião dos consumidores entrevistados, a CEMIG ficou, mais uma vez, entre as três melhores concessionárias da região Sudeste, com mais de 400 mil consumidores, categoria que a Companhia já havia vencido em 2006. O índice de satisfação dos seus consumidores foi de 69,68 pontos no total de 100, que é a avaliação máxima que uma concessionária poderia obter. Esse índice obtido pela Cemig ficou acima da média das empresas com mais de 400 mil consumidores do Sudeste, que foi de 65,83 pontos, e das 64 concessionárias de todo o País, 62,62 pontos.

ISE

A CEMIG foi selecionada, pela quarta vez consecutiva como componente do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo. A CEMIG se mantém no Índice desde sua criação, em 2005.

A nova carteira do ISE vigora de 1º de dezembro de 2008 a 30 de novembro de 2009, e reúne 38 ações emitidas por 30 empresas, que totalizam R\$ 372 bilhões em valor de mercado, correspondendo a 30,7 % da capitalização total da Bovespa.

O ISE, após quatro anos de existência, é uma referência para os investidores interessados em adquirir ações de empresas listadas na Bovespa e voltadas para a sustentabilidade empresarial.

Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa – “Troféu Transparência”

A CEMIG conquistou, pela quinta vez consecutiva, o Troféu Transparência (Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa), conferido à Empresa pela qualidade e clareza de suas demonstrações contábeis relativas ao ano de 2007. A premiação representa para a CEMIG o reconhecimento externo do esforço desenvolvido pela administração no sentido de ser transparente em seus negócios, provendo a sociedade e, especialmente, seus investidores de informações de qualidade sobre suas operações. A escolha deveu-se à apuração técnica e independente da Fundação Instituto de Pesquisas Atuariais e Financeiras – Fipecafi, ligada à Universidade de São Paulo – USP, que após análise dos balanços de 584 empresas abertas registradas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, são eleitas as 10 consideradas como as mais transparentes do ano.

The Global Dow

A CEMIG é uma das três empresas brasileiras que integram o seleto grupo do índice The Global Dow, lançado em novembro nos Estados Unidos, com o objetivo de servir de referência para os mercados mundiais, de forma similar à do Índice Dow Jones da Bolsa de Nova York. O índice The Global Dow inclui 150 empresas de 25 países, consideradas como líderes mundiais. Do Brasil, o índice listou a CEMIG, a Petrobras e a Vale.

As ações do The Global Dow têm peso igual, o que significa que uma grande organização tem a mesma representação de um grupo menor em termos de faturamento e produção, entre outros itens. O critério para ser incluída nesse novo índice leva em conta fatores como sua reputação e importância para a economia global. Mas, em todos os casos, o índice representa ações de empresas que estão impulsionando a economia global hoje, bem como aquelas que devem ter esse papel no futuro.

Empresa Cidadã

A CEMIG conquistou, em fevereiro de 2008, o Prêmio Belmiro Siqueira de Administração, Versão 2007, na categoria Empresa Cidadã, por indicação do Conselho Regional de Administração –CRA/MG. O Prêmio Belmiro Siqueira, concedido pelo Conselho Federal de Administração - CFA foi criado em 1988 e tem por objetivo reconhecer e homenagear profissionais e empresas privadas que contribuem para o crescimento da Administração, seja como ciência ou profissão. Para concorrer como Empresa Cidadã é necessário, de acordo com o edital do concurso, que as organizações privadas desenvolvam ações empresariais bem sucedidas de Responsabilidade Social e Cidadania. Possuindo parte de capital privado e atendendo as prerrogativas sociais necessárias, a CEMIG alcançou a premiação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da CEMIG é grata ao Governador do Estado, Dr. Aécio Neves, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO (não auditado)

1) Base de Cálculo	2008			2007		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	10.890.319			10.245.914		
Resultado Operacional (RO)	3.290.987			2.938.709		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.042.601			995.456		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	71.662	6,87	0,66	69.116	6,94	0,67
Encargos sociais compulsórios	255.475	24,50	2,35	250.884	25,20	2,45
Previdência privada	264.219	25,34	2,43	123.007	12,36	1,20
Saúde	33.012	3,17	0,30	30.683	3,08	0,30
Segurança e medicina no trabalho	11.475	1,10	0,11	9.657	0,97	0,09
Educação	1.448	0,14	0,01	1.158	0,12	0,01
Cultura	-	-	-	112	0,01	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	17.502	1,68	0,16	15.265	1,53	0,15
Creches ou auxílio-creche	1.710	0,16	0,02	1.651	0,17	0,02
Participação nos lucros ou resultados	370.350	35,52	3,40	454.885	45,70	4,44
Outros	14.980	1,44	0,14	12.032	1,21	0,12
Total - Indicadores Sociais Internos	1.041.833	99,93	9,57	968.450	97,29	9,45
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	2.369	0,07	0,02	2.427	0,08	0,02
Cultura	30.974	0,94	0,28	27.277	0,93	0,27
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	12.118	0,37	0,11	15.295	0,52	0,15
Total das Contribuições para a Sociedade	45.461	1,38	0,42	44.999	1,53	0,44
Tributos (excluídos encargos sociais)	6.709.892	203,89	61,61	6.254.922	212,85	61,05
Total - Indicadores Sociais Externos	6.755.353	205,27	62,03	6.299.921	214,38	61,49
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Investimentos relacionados com produção/operação da empresa	70.566	2,14	0,65	44.131	1,50	0,43
Investimentos com programas e/ou projetos externos*	-	-	-	-	-	-
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			10.422			10.818
Nº de admissões durante o período			6			252
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			ND
Nº de estagiários (as)			408			140
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			4.266			4.164
Nº de mulheres que trabalham na empresa			1.421			1.469
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			9,19			6,81
Nº de negros (as) que trabalham na empresa			3.243			3.363
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			9,13			9,09
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			52			53

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2008			Metas 2009		
Relação entre maior e a menor remuneração na empresa					18,65	ND
Número total de acidentes de trabalho					143	ND
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> Todos (as) + CIPA	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são Exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa <u>ND</u>	no Procon <u>ND</u>	na Justiça <u>ND</u>	na empresa <u>ND</u>	no Procon <u>ND</u>	na Justiça <u>ND</u>
% de reclamações e críticas solucionadas:	<u>ND</u> %	<u>ND</u> %	<u>ND</u> %	<u>ND</u> %	<u>ND</u> %	<u>ND</u> %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2008: 11.703.916			Em 2007: 11.488.049		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	<u>58,88%</u> governo <u>9,08%</u> acionistas	<u>13,52%</u> colaboradores (as) <u>10,46%</u> terceiros	<u>8,06%</u> retido	<u>57,71%</u> governo <u>8,55%</u> acionistas	<u>12,04%</u> colaboradores (as) <u>14,08%</u> terceiros	<u>7,62%</u> retido

7) Outras Informações

- I. Do total dos investimentos em meio ambiente, no ano de 2008, cerca de R\$ 21,5 milhões referem-se aos programas socioambientais implementados durante a construção de novas usinas hidrelétricas e Linhas de Transmissão.
- II. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos. Merece destaque a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão da Companhia, totalizando no ano de 2008, 299 mil lâmpadas. Além disso, foram regenerados e reutilizados, também em 2008, aproximadamente 130 mil litros de óleo mineral isolante retirados dos transformadores colocados fora de operação.
- III. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possui metas de redução.
- IV. Foram alienados ou reciclados 6.845 toneladas de material e equipamentos, 32% a mais do que em 2007. Dentre os materiais estão isoladores de porcelana, sucatas metálicas de medidores, reatores, cabos, fios e baterias.
- * Foram contabilizados na linha "Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa".

A CEMIG EM NÚMEROS

(dados consolidados, exceto se indicado de outra forma)

Descrições	2004	2005	2006	2007	2008
Atendimento					
Número de consumidores (em milhares) (1)	5.875	6.010	10.042	10.321	10.531
Número de empregados	10.668	10.271	10.658	10.818	10.422
Número de consumidores por empregado	551	585	675	954	1.010
Número de localidades atendidas	5.415	5.415	5.415	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774	805	805	805
Mercado					
Área de concessão (Km ²)	567.478	567.478	578.448	578.448	578.448
Geração Própria (GWh) (2)	26.922	30.411	32.187	33.130	31.163
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)					
Residencial	416,26	474,23	487,52	505,73	475,54
Comercial	356,03	410,81	435,97	449,51	429,47
Industrial	154,38	124,41	128,04	136,93	149,99
Rural	214,42	249,13	265,27	270,65	249,45
Operacionais					
Número de Usinas em Operação	52	54	61	62	63
Número de Subestações	434	440	469	472	474
Linhas de Transmissão (Km)	4.856	4.892	5.364	5.313	5.725
Linhas de Subtransmissão (Km)	16.086	16.040	16.788	16.676	16.810
Linhas de Distribuição (Km)					
Urbana	83.527	84.585	93.850	91.412	92.929
Rural	283.910	294.815	308.689	337.987	349.819
Capacidade Instalada (MW)	5.949	6.113	6.692	6.678	6.691
Financeiros					
Receita operacional – R\$ milhões	9.748	11.703	13.431	15.790	16.488
Receita operacional líquida – R\$ milhões	6.434	7.313	8.467	10.246	10.890
Margem operacional - %	29,48	33,68	30,11	32,05	31,08
LAJIDA ou EBITDA – R\$ milhões	2.480	3.058	3.222	4.062	4.099
Lucro líquido (Prejuízo) – R\$ milhões	1.385	2.003	1.719	1.743	1.887
Lucro líquido (Prejuízo) por ação	2,85	4,12	3,53	3,51	3,80
Patrimônio líquido – R\$ milhões	7.251	7.185	7.522	8.408	9.352
Valor patrimonial por ação (Controladora) (3)	14,91	14,77	15,46	17,28	18,84
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	21,11	27,63	23,92	23,20	22,44
Endividamento do patrimônio líquido - %	131,15	175,55	206,03	187,31	160,29
Liquidez Corrente	0,86	0,91	1,11	1,31	1,32
Liquidez Geral	0,79	0,78	0,73	0,77	0,78

(1) Inclui os consumidores da Light

(2) Já estão descontadas as perdas atribuídas à geração (652 GWh) e o consumo interno das usinas.

(3) Calculados considerando a quantidade de ações existentes em 31 de dezembro de 2007.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos

Sérgio Alair Barroso
Djalma Bastos de Moraes
Eduardo Lery Vieira
Alexandre Heringer Lisboa
Antônio Adriano Silva
Francelino Pereira dos Santos
Maria Estela Kubitschek Lopes
João Camilo Penna
Wilton de Medeiros Daher
Britaldo Pedrosa Soares
Evandro Veiga Negrão de Lima
Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur
André Araújo Filho
Thomas Anthony Tribone

Membros Suplentes

Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Lauro Sérgio Vasconcelos David
Kleber Antônio de Campos
Franklin Moreira Gonçalves
Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Fernando Henrique Schuffner Neto
Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Guy Maria Villela Paschoal
Jeffery Atwood Safford
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim
Clarice Silva Assis
Andréa Leandro Silva
José Castelo Branco da Cruz

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Thales de Souza Ramos Filho
Luiz Otávio Nunes West

Membros Suplentes

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Ari Barcelos da Silva
Aliomar Silva Lima
Leonardo Guimarães Pinto
Benedito José Ferreira

DIRETORIA EXECUTIVA

Nome

Djalma Bastos de Moraes
Arlindo Porto Neto
José Carlos de Mattos
Luiz Fernando Rolla
Luiz Henrique de Castro Carvalho
Fernando Henrique Schuffner Neto
Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga

Cargo

Diretor Presidente
Diretor Vice-Presidente
Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios e Diretor de Gás
Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações
Diretor de Geração e Transmissão
Diretor de Distribuição e Comercialização
Diretor de Gestão Empresarial
Diretor Comercial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028
Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007 Reapresentado	2008	2007 Reapresentado
CIRCULANTE				
Disponibilidades (nota 5)	2.283.937	2.066.219	256.906	21.953
Consumidores e Revendedores (nota 6)	2.042.157	2.025.124	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" (nota 8)	329.350	450.817	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	463.165	474.450	-	-
Tributos Compensáveis (nota 11)	843.849	810.293	11.573	32.996
Despesas Antecipadas – CVA (nota 10)	778.545	519.699	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 9)	15.076	31.426	-	-
Créditos Tributários (nota 12)	188.792	489.757	18.381	92.975
Dividendos a Receber	-	-	1.436.822	1.383.893
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 15)	46.240	57.593	-	-
Reajuste Tarifário Diferido (nota 13)	133.423	463.491	-	-
Estoques	35.830	42.415	17	-
Outros Créditos	517.158	290.726	21.582	9.831
TOTAL DO CIRCULANTE	7.677.522	7.722.010	1.745.281	1.541.648
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado (nota 14)	1.800.873	1.763.277	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (nota 14)	-	-	810.593	772.891
Recomposição Tarifária e Parcela "A" (nota 8)	218.688	721.529	-	-
Despesas Antecipadas – CVA (nota 10)	296.762	177.842	-	-
Créditos Tributários (nota 12)	748.014	694.888	145.976	174.557
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 9)	4.107	13.646	-	-
Tributos Compensáveis (nota 11)	272.052	365.101	174.109	259.626
Depósitos Vinculados a Litígios	382.176	271.915	87.831	92.843
Consumidores e Revendedores (nota 6)	90.529	125.986	-	-
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 15)	-	60.880	-	-
Reajuste Tarifário Diferido (nota 13)	-	81.742	-	-
Outros Créditos	142.795	101.909	64.866	7.834
	3.955.996	4.378.715	1.283.375	1.307.751
Investimentos (nota 16)	1.149.986	1.070.854	7.861.251	7.083.313
Imobilizado (nota 17)	10.953.527	10.454.093	2.034	1.986
Intangível (nota 17)	604.437	531.724	2.543	3.583
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	16.663.946	16.435.386	9.149.203	8.396.633
ATIVO TOTAL	24.341.468	24.157.396	10.894.484	9.938.281

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007 Reapresentado	2008	2007 Reapresentado
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 18)	891.821	935.905	7.134	11.781
Encargos Regulatórios (nota 21)	488.835	395.894	-	-
Participações nos Lucros (nota 32)	116.955	102.329	4.502	6.642
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 19)	627.333	1.078.159	31.990	39.192
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar (nota 24)	960.129	881.457	960.129	881.457
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	881.880	969.603	6.740	5.735
Debêntures (nota 20)	398.268	50.638	-	-
Salários e Contribuições Sociais	293.894	236.285	16.117	9.168
Passivo Regulatório – CVA (nota 10)	488.284	549.133	-	-
Passivo Regulatório – Revisão da Receita de Transmissão	-	15.717	-	-
Obrigações Pós-Emprego (nota 22)	83.097	107.061	3.907	4.362
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros (nota 33)	98.628	184.389	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	10.003	76.949
Outras Obrigações	478.947	369.868	20.623	30.772
TOTAL DO CIRCULANTE	5.808.071	5.876.438	1.061.145	1.066.058
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 18)	77	340.792	-	-
Passivo Regulatório – CVA (nota 10)	156.883	196.140	-	-
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	4.824.307	4.963.436	73.587	73.587
Debêntures (nota 20)	1.240.283	1.541.225	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 19)	371.385	331.932	-	85.179
Provisões para Contingências (nota 23)	661.935	634.786	355.153	254.197
Obrigações Pós-Emprego (nota 22)	1.396.704	1.363.833	52.935	51.176
Outras Obrigações	187.373	182.209	30	28
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	8.838.947	9.554.353	481.705	464.167
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES				
	342.816	318.549	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social (nota 24)	2.481.508	2.432.307	2.481.508	2.432.307
Reservas de Capital (nota 24)	3.983.021	4.032.222	3.983.021	4.032.222
Reservas de Lucros (nota 24)	2.859.920	1.898.526	2.859.920	1.898.526
Ajuste Acumulado de Conversão (nota 24)	61	-	61	0
Lucros Acumulados	-	17.877	-	17.877
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.124	27.124	27.124	27.124
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.351.634	8.408.056	9.351.634	8.408.056
PASSIVO TOTAL	24.341.468	24.157.396	10.894.484	9.938.281

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007 Reapresentado	2008	2007 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (nota 25)	13.685.833	13.285.332	-	-
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (nota 26)	2.150.404	1.945.930	-	-
Outras Receitas Operacionais (nota 27)	651.604	558.269	490	40.738
	16.487.841	15.789.531	490	40.738
Deduções à Receita Operacional (nota 28)	(5.597.522)	(5.543.617)	(2)	(4.195)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.890.319	10.245.914	488	36.543
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS (nota 29)				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.959.745)	(2.793.722)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(724.408)	(649.737)	-	-
Gás Comprado para Revenda	(228.764)	(154.241)	-	-
	(3.912.917)	(3.597.700)	-	-
CUSTO DE OPERAÇÃO (nota 29)				
Pessoal e Administradores	(949.382)	(866.377)	-	-
Entidade de Previdência Privada	(209.385)	(110.354)	-	-
Materiais	(99.731)	(89.930)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(69.573)	(58.409)	-	-
Serviços de Terceiros	(541.646)	(500.828)	-	-
Depreciação e Amortização	(701.730)	(748.196)	-	-
Provisões Operacionais	(26.060)	(49.914)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(130.565)	(134.102)	-	-
Outras	(182.159)	(168.285)	-	-
	(2.910.231)	(2.726.395)	-	-
CUSTO TOTAL	(6.823.148)	(6.324.095)	-	-
LUCRO BRUTO	4.067.171	3.921.819	488	36.543
DESPESA OPERACIONAL (nota 29)				
Despesas com Vendas	(108.389)	(235.837)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas (recuperação de despesas)	(441.625)	(319.886)	(107.442)	(74.071)
Outras Despesas Operacionais	(132.541)	(81.872)	(11.004)	(11.043)
	(682.555)	(637.595)	(118.446)	(85.114)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas Financeiras	3.384.616	3.284.224	(117.958)	(48.571)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	2.076.034	1.918.842
Resultado Financeiro Líquido (nota 30)	(93.629)	(345.515)	58.256	1.343
Lucro antes dos Impostos e Participações	3.290.987	2.938.709	2.016.332	1.871.614
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 12)	(1.035.153)	(1.025.851)	(128.150)	(126.672)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 12)	120.821	400.268	9.507	10.107
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado (nota 31)	(370.350)	(454.885)	(10.654)	(12.288)
Participações dos Acionistas não Controladores	(119.270)	(115.480)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.887.035	1.742.761	1.887.035	1.742.761
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO – R\$			3,80	3,51

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Reservas Ajustes Conversão	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 (Reapresentado)	1.621.538	4.032.222	1.841.571	10.565	-	27.124	7.533.020
Aumento de Capital	810.769	-	(810.769)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.742.761	-	-	1.742.761
Destinação do Lucro proposta à AGO:							
Reserva Legal	-	-	86.772	(86.772)	-	-	-
Dividendos (R\$1,78 por ação)	-	-	-	(867.725)	-	-	(867.725)
Retenção de Lucros	-	-	780.952	(780.952)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Reapresentado)	2.432.307	4.032.222	1.898.526	17.877	-	27.124	8.408.056
Aumento de Capital	49.201	(49.201)	-	-	-	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	-	-	61	-	61
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.887.035	-	-	1.887.035
Destinação do Lucro proposta à AGO:							
Reserva Legal	-	-	94.352	(94.352)	-	-	-
Dividendos (R\$1,93 por ação)	-	-	-	(943.518)	-	-	(943.518)
Retenção de Lucros	-	-	867.042	(867.042)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	2.481.508	3.983.021	2.859.920	-	61	27.124	9.351.634

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007 Reapresentado	2008	2007 Reapresentado
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Exercício	1.887.035	1.742.761	1.887.035	1.742.761
Despesas (Receitas) que não afetam as Disponibilidades-				
Depreciação e Amortização	715.045	778.144	350	701
Baixas Líquidas de Imobilizado	32.479	30.084	1.000	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(2.076.034)	(1.918.842)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(5.168)	(406.719)	(114.971)	(62.013)
Imposto Federais Diferidos	(120.821)	(400.268)	(9.507)	(10.107)
Provisões (reversão) para Perdas Operacionais	228.638	296.824	100.956	12.070
Provisão (reversão) na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	25.021	174.832	4.356	26.594
Provisão para Perdas em instrumentos financeiros	(31.250)	186.957	-	-
Obrigações Pós-Emprego	264.219	123.007	11.185	5.144
Participação de minoritários	119.270	115.480	-	-
Outros	(106.268)	(1.922)	-	20.130
	<u>3.008.200</u>	<u>2.639.180</u>	<u>(195.630)</u>	<u>(183.562)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(124.334)	(91.107)	-	-
Recomposição Tarifária extraordinária - curto prazo	328.217	301.779	-	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	128.757	122.007	-	-
Revendedores - Transações no CCEE	13.720	120.894	-	-
Créditos tributários diferidos	404.858	(25.902)	112.682	36.972
Tributos Compensáveis	59.633	(296.146)	106.940	8.845
Transporte de energia	11.285	(104.466)	-	-
Outros Ativos Circulantes	(147.614)	155.172	(11.768)	(2.893)
Reajuste tarifário diferido	411.810	509.286	-	-
Despesas Antecipadas CVA	(336.091)	77.342	-	-
Outros Realizáveis a Longo Prazo	(22.245)	(10.252)	15.044	(3.202)
Dividendos recebidos de controladas	-	-	1.426.136	1.444.658
Deposito Judiciais	(88.741)	(17.068)	5.012	(9.920)
	<u>639.255</u>	<u>741.539</u>	<u>1.654.046</u>	<u>1.474.460</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(67.884)	(34.268)	(4.647)	5.435
Tributos e Contribuição Social	(411.373)	18.952	(92.381)	20.055
Salários e Contribuições Sociais	57.609	51.265	6.949	1.496
Encargos Regulatórios	95.647	(29.655)	-	-
Empréstimos e Financiamentos	80.048	(54.243)	1.005	(1.057)
Obrigações Pós-Emprego	(217.015)	(245.219)	(9.880)	(12.288)
Despesas Antecipadas CVA	(99.111)	174.416	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	(54.511)	(189.096)	-	-
Outros	(63.194)	135.252	(79.235)	84.412
	<u>(679.784)</u>	<u>(172.596)</u>	<u>(178.189)</u>	<u>98.053</u>
DISPONIBILIDADES GERADAS PELAS OPERAÇÕES	<u>2.967.671</u>	<u>3.208.123</u>	<u>1.280.227</u>	<u>1.388.951</u>

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	361.493	1.055.910	-	-
Recebimento de quotas do FIDC	-	-	899	7.267
Empréstimos de Curto Prazo	-	800.000	-	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(893.293)	(1.855.095)	-	(30.246)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(864.846)	(1.360.096)	(864.846)	(1.360.096)
	<u>(1.396.646)</u>	<u>(1.359.281)</u>	<u>(863.947)</u>	<u>(1.383.075)</u>
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	1.571.025	1.848.842	416.280	5.876
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(90.039)	(108.933)	(180.969)	(7.055)
No Imobilizado	(1.399.847)	(1.392.868)	(358)	(702)
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	136.579	267.897	-	-
Alienação de Participação Societária	-	49.234	-	-
	<u>(1.353.307)</u>	<u>(1.184.670)</u>	<u>(181.327)</u>	<u>(7.757)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	217.718	664.172	234.953	(1.881)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA DISPONIBILIDADE				
No início do período	2.066.219	1.402.047	21.953	23.834
No fim do Período	<u>2.283.937</u>	<u>2.066.219</u>	<u>256.906</u>	<u>21.953</u>
	217.718	664.172	234.953	(1.881)
PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	729.534	814.184	9.479	11.243
Imposto de Renda e Contribuição Social	866.908	1.091.271	-	50.126
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM A SAÍDA DE DISPONIBILIDADE				
Encargos financeiros transferidos para o Imobilizado	4.121	8.822	-	-
Dividendos compensados com os créditos da CRC	128.757	122.007	128.757	122.007

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora					
	2008	2007 Reapresentado	2008	2007 Reapresentado				
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	16.487.841	15.789.531	490	40.738				
Provisão sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	<u>(112.881)</u>	<u>(143.190)</u>	<u>11.959</u>	<u>6.994</u>				
	<u>16.374.960</u>	<u>15.646.341</u>	<u>12.449</u>	<u>47.732</u>				
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.959.745)	(2.793.722)	-	-				
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(724.408)	(649.737)	-	-				
Serviços de Terceiros	(675.820)	(619.665)	(18.061)	(10.730)				
Gás Comprado para Revenda	(228.764)	(154.241)	-	-				
Materiais	(104.981)	(93.596)	(243)	(421)				
Matéria Prima	(69.573)	(58.908)	-	-				
Outros Custos Operacionais	<u>(331.409)</u>	<u>(379.020)</u>	<u>(87.191)</u>	<u>(51.491)</u>				
	<u>(5.094.700)</u>	<u>(4.748.889)</u>	<u>(105.495)</u>	<u>(62.642)</u>				
VALOR ADICIONADO BRUTO	11.280.260	10.897.452	(93.046)	(14.910)				
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	<u>(715.045)</u>	<u>(778.144)</u>	<u>(350)</u>	<u>(701)</u>				
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>10.565.215</u>	<u>10.119.308</u>	<u>(93.396)</u>	<u>(15.611)</u>				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	2.076.034	1.918.842				
Receitas Financeiras	<u>1.138.701</u>	<u>1.368.741</u>	<u>151.222</u>	<u>114.080</u>				
	<u>1.138.701</u>	<u>1.368.741</u>	<u>2.227.256</u>	<u>2.032.922</u>				
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>11.703.916</u>	<u>11.488.049</u>	<u>2.133.860</u>	<u>2.017.311</u>				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Pessoal e Encargos	1.582.124	13,52	1.383.772	12,04	27.553	1,29	34.598	1,72
Remuneração direta	1.013.996	8,66	1.054.183	9,18	6.984	0,33	22.112	1,10
Benefícios	438.227	3,75	273.921	2,38	16.039	0,75	9.181	0,46
F.G.T.S	79.527	0,68	55.668	0,48	2.987	0,14	3.305	0,16
Outras	50.374	0,43	-	-	1.543	0,07	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	6.891.697	58,88	6.629.338	57,71	160.512	7,52	169.092	8,38
Federais	3.782.892	32,32	3.581.451	31,18	160.315	7,51	164.828	8,17
Estaduais	3.102.483	26,51	3.044.815	26,50	141	0,01	4.249	0,21
Municipais	6.322	0,05	3.072	0,03	56	-	15	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.223.790	10,46	1.616.698	14,08	58.760	2,75	70.860	3,51
Juros	1.183.133	10,11	1.582.596	13,78	58.182	2,72	70.256	3,48
Aluguéis	40.657	0,35	34.102	0,30	578	0,03	604	0,03
Remuneração de Capitais Próprios	2.006.305	17,14	1.858.241	16,17	1.887.035	88,44	1.742.761	86,39
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	943.518	8,06	867.725	7,55	943.518	44,22	867.725	43,01
Participação de Minoritários	119.270	1,02	115.480	1,00	-	-	-	-
Lucros Retidos	<u>943.517</u>	<u>8,06</u>	<u>875.036</u>	<u>7,62</u>	<u>943.517</u>	<u>44,22</u>	<u>875.036</u>	<u>43,38</u>
	<u>11.703.916</u>	<u>100,00</u>	<u>11.488.049</u>	<u>100,00</u>	<u>2.133.860</u>	<u>100,00</u>	<u>2.017.311</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG”, “Controladora” ou “Companhia”, sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 31 de dezembro de 2008 (informações relativas a mercado atendido e capacidade instalada não auditadas pelos auditores independentes):

- ☐ Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com geração e transmissão de energia elétrica, através de 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. A Cemig Geração e Transmissão S.A. possui participação societária nas seguintes controladas em desenvolvimento:
 - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina, com capacidade instalada de 27 MW, encontra-se em fase de teste, tendo sua data prevista para início efetivo de suas atividades no primeiro trimestre de 2009;
 - Guanhões Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhões, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhões, e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As usinas encontram-se em fase de construção, com previsão de início de operação em 2009, e totalizarão uma capacidade instalada de 44MW;
 - Cemig Baguari Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
 - Madeira Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW e previsão de início de operação comercial em 2012;
 - Hidrelétrica Pipoca S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, com 20 MW de potência instalada, localizada no rio Manhuaçu, Municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em abril de 2010;

- Baguari Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 69,39%) – Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), 140 MW de potência instalada, localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. Previsão de entrada em operação em outubro de 2009 (1ª unidade), dezembro de 2009 (2ª unidade) e fevereiro de 2010 (3ª unidade).

- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S. A. (“EBTE”) (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Previsão de entrada em operação em junho de 2010.

- Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D”) (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;
- Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Empresa que detém 52,13% do capital social da Light S.A. (“Light”), holding que detém o controle integral da concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A, com 3,9 milhões de consumidores em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro e da geradora Light Energia S.A, com 855 MW de capacidade instalada na atividade de geração;
- Sá Carvalho S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto – participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;
- Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (controlada – participação de 100,00%) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços);
- Efficientia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- Horizontes Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;

- Rosal Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Cemig PCH S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;
- UTE Barreiro S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;
- Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 kV conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;
- Cemig Trading S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;
- Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 kV;
- Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé – Araçuaí 230 kV;
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (controlada em conjunto – participação de 19,25%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a linha de transmissão de 500 kV no Estado do Pará. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 16;
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (controlada em conjunto – participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das duas linhas de transmissão de 500 kV no Estado do Pará e no Estado do Maranhão. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 16;
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (controlada em conjunto – participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 230 kV, no Estado do Pará. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 16;

- ❑ Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (controlada em conjunto – participação de 17,17%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão de 500 kV, entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 16;
- ❑ Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (controlada em conjunto – participação de 7,50%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 525 kV, ambas no Estado de Santa Catarina. Vide informações sobre nova aquisição de participação nesta empresa na Nota Explicativa nº 16;
- ❑ Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“AXXIOM”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Constituída em agosto de 2007 com o objetivo de prestar serviços completos de implementação e gestão de sistemas para empresas do setor de energia elétrica.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2008:

- ❑ Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto – participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 kV;
- ❑ Transchile Charrua Transmisión S.A. – (“Transchile”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrua – Nueva Temuco, 220 kV e de duas seções de linha de transmissão nas SE’s Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da controladora e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis; normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis.

Adicionalmente, com objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado a Companhia está apresentando, na nota explicativa nº 39, a demonstração do resultado segregado por empresa. Todas as informações apresentadas foram obtidas nos registros contábeis da Companhia e de suas controladas.

Em 17 de fevereiro de 2009 a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e o conseqüente envio ao Conselho de Administração para aprovação.

2.2) Alteração na Lei das Sociedades por Ações

A Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de Demonstrações Contábeis, que vieram a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos.

Essas mudanças de práticas contábeis estão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações Contábeis das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de convergência dessas Demonstrações aos Princípios Contábeis Internacionais de Contabilidade – IFRS.

A Companhia optou por elaborar o Balanço Patrimonial de transição em 01 de janeiro de 2007 (31 de dezembro de 2006) como o ponto inicial de atendimento aos requerimentos da Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação se caracterizam como mudança de prática contábil, e todos os ajustes com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados foram efetuados contra a rubrica de Lucros Acumulados.

Para fins de divulgação das Demonstrações Contábeis comparativas a Companhia seguiu a Deliberação CVM 506 de 19 de junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação, conseqüentemente rerepresentando as Demonstrações Contábeis de 2007.

Em decorrência das alterações da Lei nº 6.404/76, alguns saldos de 2007 foram reclassificados para permitir a comparação com as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas de 2008. As reclassificações efetuadas não tem impacto no resultado nem no patrimônio líquido de 2007.

As reclassificações efetuadas estão a seguir discriminadas:

<u>Conta Original</u>	<u>Controladora</u> <u>Valor (R\$)</u>	<u>Consolidado</u> <u>Valor (R\$)</u>	<u>Conta de Reclassificação</u>	<u>Controladora</u> <u>Valor (R\$)</u>	<u>Consolidado</u> <u>Valor (R\$)</u>
Ativo Não Circulante			Ativo Não Circulante		
			Realizável a Longo Prazo		
Diferido	-	(63.482)	Outros Créditos	-	63.482
	-	(63.482)		-	63.482
Resultado Não Operacional			Custo de Operação		
	11.043	10.356	Outros custos de operação	(11.043)	(10.356)
	11.043	10.356		(11.043)	(10.356)

De formar a criar as novas normas para atendimento aos dispositivos da lei societária que foram alterados pela Lei 11.638, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu diversos pronunciamentos no exercício de 2008, aprovados também pela CVM, alterando determinadas práticas contábeis até então adotadas pela Companhia. As principais alterações e efeitos em nossas Demonstrações Contábeis estão descritos a seguir:

Ajuste a valor presente

O objetivo do Pronunciamento CPC 12, aprovado pela Deliberação CVM 564/08, é estabelecer os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo na elaboração de Demonstrações Contábeis.

A Companhia fez a análise dos seus ativos e passivos que deveriam ser ajustados ao valor presente e identificou determinados financiamentos e debêntures, contas a receber, além de outorgas a pagar referentes empreendimentos de geração de energia elétrica. Todos os itens ajustados eram pertencentes à Cemig GT e à Light.

A Companhia tem alguns empréstimos e financiamentos com a Eletrobrás com taxas de juros menores do que aquelas que seriam utilizadas por uma instituição financeira privada. A Companhia considera que esses empréstimos, que são operações usuais no setor elétrico, não devem ser ajustados ao valor presente, em conformidade ao item 11 do Pronunciamento CPC 12.

A taxa utilizada para desconto a valor presente pela CEMIG dos seus passivos foi à taxa média de captação de recursos em condições usuais na data da transição, conforme permitido por meio do item 29 do Pronunciamento CPC 13.

Reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros

O objetivo do Pronunciamento CPC 14, aprovado pela Deliberação CVM 566, é estabelecer princípios para o reconhecimento e a mensuração instrumentos financeiros e as respectivas divulgações.

A Companhia inicialmente classificou os seus instrumentos financeiros em conformidade aos critérios definidos no pronunciamento, conforme abaixo.

- ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- investimentos mantidos até o vencimento;
- empréstimos e recebíveis; e
- ativos financeiros disponíveis para venda.

Não foram identificados instrumentos financeiros que devam ser classificados como “mantidos até o vencimento” ou ativos financeiros disponíveis para venda.

Com base nessa análise, considera-se que as aplicações financeiras existentes em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 são instrumentos financeiros que devem ser classificados como “mantidos para negociação” e com mensuração ao valor justo por meio do resultado.

Também foram registrados os instrumentos derivativos de troca de taxas pelo valor justo, o que representa uma alteração em relação ao critério anterior, onde esses derivativos eram registrados por valor de curva, de acordo com as cláusulas de reajuste previstas nos contratos com as instituições financeiras.

As divulgações previstas no pronunciamento, na Deliberação CVM 550 e na Instrução CVM 475 referente aos instrumentos financeiros e derivativos, bem como as análises de sensibilidade requeridas estão apresentados na nota explicativa nº 34.

Pagamento baseado em ações

O objetivo do Pronunciamento CPC 10, aprovado pela Deliberação CVM 562, é estabelecer procedimentos para o reconhecimento e divulgação, nas demonstrações contábeis, das transações com pagamento baseado em ações realizadas pela entidade.

A Light, controlada da RME, outorgou opções de compra de ações a parte dos seus empregados, as quais somente poderão ser exercidas após prazos específicos de carência. Essas opções são valorizadas com base no valor justo e reconhecidas como despesas em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido à medida que o prazo do período de prestação de serviço seja cumprido.

Não houve ajuste inicial relativo à adoção da Lei nº 11.638/07 visto que o Plano foi outorgado em março de 2008.

Diferido

Em conformidade ao CPC.13, aprovado pela Deliberação CVM.565, que trata da adoção inicial da Lei. 11.638/07, parte dos valores registrados no Ativo Diferido da Light foram baixados no balanço de abertura, na data de transição, mediante o registro do valor contra Lucros Acumulados, líquido dos efeitos fiscais.

Ajuste acumulado de conversão

O objetivo do Pronunciamento CPC.02, aprovado pela Deliberação CVM 534, é tratar dos efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações Contábeis. Em conformidade a esse pronunciamento, a Companhia registrou diretamente no Patrimônio Líquido a diferença cambial apurada na conversão das Demonstrações Contábeis da Transchile, com base nas taxas de final de exercício para ativos e passivos.

Impacto da adoção da Lei 11.638/07 nas Demonstrações Contábeis da Companhia

Os efeitos no resultado e no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2008, líquidos de imposto de renda diferido decorrentes da adoção inicial da lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, líquido dos efeitos fiscais reconhecidos, são como segue:

	2008	2007	
Lucro do exercício	1.887.035	1.742.761	
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(8.181)	3.740	
Ajustes a valor presente de contas a pagar e a receber, financiamentos e debêntures	(25.501)	(11.780)	
Diferido	(708)	-	
Lucro líquido ajustado sem os efeitos da Lei 11.638/07	<u>1.852.645</u>	<u>1.734.721</u>	
	2008	2007	2006
Patrimônio líquido	<u>9.351.634</u>	<u>8.408.056</u>	<u>7.533.020</u>
Ajustes na rubrica de Lucros acumulados			
- Ajustes a valor presente de contas a pagar, financiamentos e debêntures	(55.645)	(30.144)	(18.364)
- Diferido	2.998	3.706	3.706
- Despesas com pagamentos baseados em ações	2.926	-	-
- Ajuste Acumulado de Conversão	61	-	-
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	6.241	14.422	10.682
Patrimônio Líquido ajustado sem os efeitos da Lei 11.638/07	<u>9.308.215</u>	<u>8.396.040</u>	<u>7.529.044</u>

As diferenças de R\$5.863 mil em 2007 e R\$6.591 em 2006 referentes a comparação dos ajustes da tabela acima com os valores registrados na rubrica de Lucros Acumulados dos respectivos exercícios refere-se a ajustes de exercícios anteriores da Light não relacionados a adoção da Lei 11.638/07.

2.3) Principais Práticas Contábeis

(a) Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico

Despesas de Administração – São apropriadas mensalmente ao custo do imobilizado em curso, mediante rateio de até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados.

Atividades de Controlada não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica – Referem-se basicamente aos consórcios para produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, estando registrada a quota-parte da controlada no Grupo de Investimentos, como descrito na Nota Explicativa nº 16. Os saldos de ativo, passivo, receitas e despesas referentes às operações mencionadas são controlados mensalmente através de registros e Demonstrações Contábeis específicas elaboradas pelos Consórcios, em atendimento a determinação do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela ANEEL.

(b) Práticas Contábeis Gerais

Instrumentos financeiros – Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, debêntures, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Instrumentos mantidos até o vencimento – Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método do taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. Nenhum dos instrumentos da Companhia e de suas Controladas foram classificados como mantidos até o vencimento.

Instrumentos disponíveis para venda – Esses instrumentos, posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido, líquidas dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no Patrimônio Líquido é transferido para resultado. Nenhum dos instrumentos da Companhia e de suas Controladas foram classificados como disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado – Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Esses instrumentos financeiros são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos – A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Outros instrumentos financeiros – São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais perdas no valor recuperável.

Moeda estrangeira – A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº. 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior referente a Controlada em conjunto Transchile são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de Ajuste Acumulado de Conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, todo ou parcialmente. As Demonstrações Contábeis de controlada no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Disponibilidades – Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, e aplicações financeiras com disponibilidade imediata, avaliadas como instrumentos financeiros mantidos para negociação e registradas ao valor justo por meio do resultado.

Consumidores e Revendedores – As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas pelo valor faturado e não faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na Nota Explicativa nº 6.

Estoques – São avaliados ao custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado, não sendo depreciados. Os valores de estoques contabilizados não excedem o valor de mercado.

Custos não controláveis – CVA – As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “Parcela A”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário da Cemig Distribuição e Light e os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo ou Passivo. Após a inclusão das diferenças no reajuste tarifário, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento ou ressarcimento dos valores através das contas de energia.

Investimentos – As participações em sociedades controladas e controladas em conjunto são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição, reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Arrendamento financeiro – Determinados tipos de contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente a Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. A Companhia não tem arrendamentos financeiros.

Arrendamento operacional – Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

Ativos intangíveis – Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Adquiridos de terceiros por meio de combinação de negócios: Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e tem o seu valor recuperável testado anualmente. (ii) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. (iii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização.

Imobilizado – Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados, e aqueles adquiridos ou formados até 31 de dezembro de 1995 foram corrigidos monetariamente até aquela data.

Depreciação e Amortização – São calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão – São registradas pelo valor recebido de clientes, demonstradas como retificadoras do ativo imobilizado. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e são amortizadas a partir da 2ª Revisão Tarifária Periódica das distribuidoras, em 2008, por taxa correspondente à taxa média dos ativos em serviço.

Redução ao valor recuperável – Os ativos do imobilizado, do intangível, do diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Capitalização de Encargos de Empréstimos e Financiamentos – Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às Obras em Andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Passivo circulante e não circulante – Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do Balanço Patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Obrigações Pós-Emprego – Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são determinados anualmente e reconhecidos como obrigações e registrados com base em avaliação realizada por atuários independentes, utilizando o Método de Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações, em conformidade com a Deliberação CVM nº. 371/00. Quando os benefícios de um plano são ampliados, a parcela do aumento do benefício relativo ao serviço passado de empregados é reconhecida no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

Juros sobre o Capital Próprio – Os juros sobre o capital próprio pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados contabilmente como despesa financeira, estão apresentados nas Demonstrações Contábeis como redutores do Patrimônio Líquido, de forma a refletir a essência da operação.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – São provisionados ou constituídos créditos sobre adições temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Participações dos Empregados – Previstas no Estatuto Social, são provisionadas em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados e registradas como redutoras do Lucro antes dos Impostos e Participações Estatutárias.

Resultado – As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Lucro Líquido por Ação – É calculado com base no número de ações, excluídas as Ações em Tesouraria, na data dos balanços.

Uso de Estimativas – A preparação de Demonstrações Contábeis requer que a Administração se utilize de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da CEMIG e Controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas Demonstrações Contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto às Obrigações Pós-Emprego, como divulgado na nota acima. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Custos não Controláveis – CVA, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego, Depreciação, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

Provisões – Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as Demonstrações Contábeis das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das Demonstrações Contábeis das controladas em conjunto. Todas as controladas, inclusive aquelas de controle compartilhado, seguem práticas contábeis consistentes com as da Controladora.

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das empresas controladas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa às participações dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido das controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

As Demonstrações Contábeis da Transchile, para fins de consolidação, são convertidas dos princípios fundamentais de contabilidade chilenos para os brasileiros, com a conversão dos pesos chilenos para Reais com base na última cotação do ano, uma vez que a moeda funcional da CEMIG é Reais.

As datas das Demonstrações Contábeis das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

Em função da adoção da Lei 11.638, mencionada na nota explicativa nº 2, as controladas Cemig Geração e Transmissão, Cemig Distribuição e Light fizeram alguns ajustes de exercícios anteriores que foram registrados nas suas Demonstrações Contábeis individuais diretamente contra o Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, considerando-se a data de transição em 01 de janeiro de 2007 (31 de dezembro de 2006). Esses ajustes foram também registrados na controladora diretamente no Patrimônio Líquido na mesma data de transição.

4) – DAS CONCESSÕES

A CEMIG e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

	Localização	Informações não auditadas		
		Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,000	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192,000	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	510,000	07/1975	07/2025
Jaguara	Rio Grande	424,000	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408,000	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396,000	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380,000	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	360,000	01/1999	02/2035
Aimorés	Rio Doce	161,700	07/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102,000	10/1963	07/2015
Funil	Rio Grande	88,200	10/1964	12/2035
Queimado	Rio Preto	86,625	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	52,000	01/1953	07/2015
Capim Branco I	Rio Araguari	50,526	08/2001	08/2036
Capim Branco II	Rio Araguari	44,210	08/2001	08/2036
Camargos	Rio Grande	46,000	08/1958	07/2015
Porto Estrela	Rio Santo Antônio	37,333	05/1997	07/2032
Igarapava	Rio Grande	30,450	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	18,012	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14,000	09/1953	07/2015
Sá Carvalho	Rio Piracicaba	78,000	12/1994	12/2024
Rosal	Itabapoana – RJ	55,000	05/1997	05/2032
Pai Joaquim	Rio Araguari	23,000	04/2002	04/2032
Salto Paraopeba	Rio Paraopeba	2,370	10/2000	10/2030
Machado Mineiro	Rio Pardo	1,720	07/1995	07/2025
Salto do Passo Velho	Rio Capecozinho	1,800	10/2000	10/2030
Salto do Voltão	Rio Capecozinho	8,200	10/2000	10/2030
Outras	Diversas	101,124	Diversas	Diversas
Light – UHE Fontes Nova	Ribeirão dos Lajes	17,200	07/1996	06/2026
Light – UHE Nilo Peçanha	Ribeirão dos Lajes	49,514	07/1996	06/2026
Light – UHE Pereira Passos	Ribeirão dos Lajes	13,030	07/1996	06/2026
Light – UHE Ilha dos Pombos	Rio Paraíba do Sul	23,845	07/1996	06/2026
Light – UHE Santa Branca	Rio Paraíba do Sul	7,427	07/1996	06/2026
		6.493,290		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia – MG	1,000	03/2000	-
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba – MG	131,000	01/2005	08/2024
Formoso	Formoso – MG	0,440	04/1999	-
Ipatinga	Ipatinga – MG	40,000	11/2000	12/2014
Barreiro	Belo Horizonte	12,900	02/2002	04/2023
		184,340		
Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas				
UHE Baguari	Rio Doce	47,600	08/2006	08/2041
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	13,230	07/2000	07/2030
PCH Pipoca	Rio Manhuaçu	9,800	09/2001	09/2031
UHE Santo Antônio	Rio Madeira	315,040	06/2008	06/2043
PCH Dores dos Guanhões	Rio Guanhões	6,860	11/2002	11/2032
PCH Fortuna II	Rio Guanhões	4,410	12/2001	12/2031
PCH Senhora do Porto	Rio Guanhões	5,880	10/2002	10/2032
PCH Jacaré	Rio Guanhões	4,410	10/2002	10/2032
		407,230		
TOTAL GERAÇÃO		7.085,860		

TRANSMISSÃO

Rede Básica	Minas Gerais	-	07/1997	07/2015
Sub-Estação – SE Itajubá – 3	Minas Gerais	-	10/2000	10/2030
Transleste – LT Irapé – Montes Claros	Minas Gerais	-	02/2004	02/2034
Transudeste – LT Itutinga – Juiz de Fora	Minas Gerais	-	03/2005	03/2035
Transirapé – LT Irapé – Araçuaí	Minas Gerais	-	03/2005	03/2035
ETEP – LT Tucuruí – Vila do Conde	Pará	-	06/2001	06/2031
ENTE – LTs Tucuruí – Marabá – Açailândia	Pará/Maranhão	-	12/2002	12/2032
ERTE – LT Vila do Conde – Santa Maria	Pará	-	12/2002	12/2032
EATE – LT Tucuruí – Presidente Dutra	Pará	-	06/2001	06/2031
ECTE – LT Campos Novos – Blumenau	Santa Catarina	-	11/2000	11/2030

Projetos em Andamento

Transchile – LT Charrua – Nova Temuco	Chile	-	05/2005	05/2028
Centroeste de Minas – LT Furnas – Pimenta	Minas Gerais	-	03/2005	03/2035
EBTE	Mato Grosso	-	10/2008	10/2038

	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
DISTRIBUIÇÃO			
Norte	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Sul	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Leste	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Oeste	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Light	Rio de Janeiro	07/1996	06/2026

As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações acionárias da CEMIG nas controladas e também em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 16.

Renovação das concessões

O Ministério das Minas e Energia constituiu um grupo de trabalho técnico para analisar os critérios que serão aplicados nas renovações das concessões de geração, transmissão e distribuição com vencimento a partir de 2015. As sugestões serão encaminhadas ao Conselho Nacional de Política Energética e terão como objetivo, segundo declarações dos participantes desse grupo, a redução nas tarifas para os consumidores. A Companhia tem a expectativa de renovação das suas concessões, não tendo ainda como estimar o efeito em suas Demonstrações Contábeis decorrente dessa questão.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Cemig GT se comprometeu a efetuar pagamentos ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 31/12/08	Valor Presente em 31/12/08	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela (Consórcio)	244.826	26.767	08/2001 a 07/2032	IGP-M
Irapé	29.830	10.039	03/2006 a 02/2035	IGP-M
Capim Branco (Consórcio)	20.190	6.544	09/2007 a 08/2035	IGP-M
Queimado (Consórcio)	8.483	3.036	01/2004 a 12/2032	IGP-M

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente prevêem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, entretanto, a Companhia reconhece as despesas incorridas em contrapartida ao Passivo Não Circulante – Exigível a longo prazo – Outros, de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido, em atendimento ao princípio da competência de exercícios.

As parcelas pagas ao poder concedente referentes às usinas de Porto Estrela, Irapé, Capim Branco e Queimado no exercício de 2008 corresponderam a R\$1.072, R\$643, R\$302 e R\$105, respectivamente.

O valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses corresponde a R\$1.035, R\$672, R\$319 e R\$106 (valor nominal de R\$1.099, R\$716, R\$338 e R\$113), respectivamente.

A Companhia efetuou, em 2008, ajuste a valor presente das parcelas da concessão de Porto Estrela já registradas como Contas a Pagar, no montante de R\$49.358, devido ao fato de que o contrato prevê apenas a atualização pelo IGPM, sem juros, sendo seu fluxo de pagamentos crescente ao longo dos anos de sua concessão, sendo que parte desse valor foi registrado contra Lucros Acumulados na data de transição em 1º de janeiro de 2007 (31 de dezembro de 2006).

5) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Contas Bancárias	330.772	443.490	17.361	5.739
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	1.871.418	1.352.995	239.317	15.479
Letras Financeiras do Tesouro	46.463	97.101	118	301
Letras do Tesouro Nacional	585	128.667	1	287
Outros	34.699	43.966	109	147
	1.953.165	1.622.729	239.545	16.214
	2.283.937	2.066.219	256.906	21.953

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições financeiras nacionais e contratadas em condições e taxas normais de mercado, sendo que são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados substancialmente pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a taxas que variam entre 101,00% a 103,00%.

6) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
	2008	2008	2008	2008	2007
Residencial	389.100	160.640	298.147	847.887	853.580
Industrial	338.872	54.761	381.965	775.598	654.209
Comércio, Serviços e Outras	230.739	49.783	127.071	407.593	431.600
Rural	52.780	17.284	32.445	102.509	108.511
Poder Público	39.631	20.189	57.492	117.312	109.429
Iluminação Pública	50.184	7.935	27.057	85.176	128.454
Serviço Público	43.213	5.042	17.423	65.678	61.196
Subtotal – Consumidores	1.144.519	315.634	941.600	2.401.753	2.346.979
Suprimento a Outras Concessionárias	90.067	13.658	7.203	110.928	141.342
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(470.524)	(470.524)	(463.197)
	1.234.586	329.292	478.279	2.042.157	2.025.124

Controladora

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
	2008	2008	2008	2008	2007
Residencial	-	-	3.155	3.155	6.712
Industrial	-	-	35.442	35.442	38.315
Comércio, Serviços e Outras	-	-	7.678	7.678	10.160
Rural	-	-	2.401	2.401	4.087
Poder Público	-	-	633	633	1.357
Iluminação Pública	-	-	2.272	2.272	2.666
Serviço Público	-	-	785	785	1.029
Subtotal – Consumidores	-	-	52.366	52.366	64.326
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(52.366)	(52.366)	(64.326)
	-	-	-	-	-

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Encontram-se registrados no Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo) valores a receber, no montante de R\$17.380 em 31 de dezembro de 2008 (R\$44.469 em 31 de dezembro de 2007), referentes às renegociações de débitos com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA e outros consumidores, a serem quitados até setembro de 2012.

Encontra-se registrado o valor de R\$92.880 em 31 de dezembro de 2008 (R\$90.834 em 31 de dezembro de 2007) referente créditos de consumidor industrial da Cemig D e Cemig GT, que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Residencial	190.765	174.226	3.155	6.712
Industrial	116.105	163.953	35.442	38.315
Comércio, Serviços e Outras	102.069	74.932	7.678	10.160
Rural	14.490	12.595	2.401	4.087
Poder Público	19.811	20.538	633	1.357
Iluminação Pública	18.803	13.235	2.272	2.666
Serviço Público	8.481	3.718	785	1.029
	470.524	463.197	52.366	64.326

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2008 é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2007	463.197	64.326
Constituição (reversão) de Provisão	115.669	(11.960)
Baixa de Contas a Receber	(108.342)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008	470.524	52.366

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

7) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2008	2007
Ativos		
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" – Nota nº 8	548.038	1.172.346
Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento – Nota nº 9	19.183	45.072
Reajuste Tarifário Diferido – Nota nº 13	133.423	545.233
PIS/COFINS e PASEP – Nota nº 15	46.240	118.473
Despesas Antecipadas – CVA – Nota nº 10	1.075.307	697.541
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	3.089	3.089
Descontos na TUSD	25.095	10.224
Recuperação dos Descontos na TUSD	19.295	3.327
Descontos TUSD Fonte Incentivada	27.203	-
Descontos TUSD Autoprodutor e Produtor Independente	19.514	-
Subvenção Baixa Renda	92.191	116.361
Programa Luz para Todos	13.626	-
Outros Ativos Regulatórios	3.082	4.593
	2.025.286	2.716.259
Passivos		
Fornecedores – Repasse aos Geradores pela Compra de Energia Livre – Nota nº 18	-	(342.370)
Compra de Energia durante o Racionamento – Nota nº 18	(23.749)	(51.600)
Revisão da Receita de Transmissão	(7.662)	(23.448)
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA – Nota nº 10	(645.167)	(745.273)
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	(17.519)	(15.955)
Outros Passivos Regulatórios	(6.630)	(13.721)
	(700.727)	(1.192.367)
Impostos, Taxas e Contribuições – Obrigações Diferidas – Nota nº 19	(89.281)	(625.712)
	(790.008)	(1.818.079)
Total	1.235.278	898.180

8) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA "A"

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado "Acordo Geral do Setor Elétrico", que definiu os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE"), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela "A" ocorridos no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A RTE entrou em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001 através dos reajustes tarifários descritos a seguir:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE foi utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores.
- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh ("energia livre").

O prazo de vigência da RTE da Cemig D e da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA"), de 74 meses, expirou em fevereiro de 2008, sendo que a Cemig D realizou baixa como perda de R\$348.819 em função desse prazo não ter sido suficiente para recebimento do total dos ativos referentes a perdas com o racionamento. A Light SESA registrou uma baixa como perdas no valor de R\$72.862.

Também em função do término do prazo de vigência da RTE, a Cemig D e a Light SESA efetuaram baixa dos valores a serem recolhidos para repasse aos geradores, no montante de R\$360.783. Esta baixa não afetou o resultado do exercício, tendo em vista que foi também baixado, de forma simultânea, o passivo correspondente.

b) Parcela "A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela "A" foi iniciada em março de 2008, logo após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela "A".

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

A medida que os valores da Parcela "A" são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado. No caso da Cemig Distribuição S.A. os valores transferidos em 2008 são conforme abaixo:

<u>Valores transferidos para a despesa</u>	2008
Energia Comprada para Revenda	160.706
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	71.160
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	7.111
Tarifa de transporte de energia elétrica de Itaipu	2.744
Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica	18.380
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	6.311
Conexão – Realização Parcela “A”	387
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia	666
	267.465

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela “A”

Os valores a serem recebidos referentes à RTE e Parcela “A”, registrados no Ativo, são como segue:

	Consolidado	
	2008	2007
	Total	Total
CEMIG – Controladora		
Perdas com o Racionamento	254.884	250.527
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	(254.884)	(250.527)
	-	-
Cemig Distribuição S.A		
Perdas com o Racionamento	93.935	127.806
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	(93.935)	(92.329)
Repasse a ser efetuado aos geradores	323.122	333.866
(-) Baixa de Valores Ativos	(323.122)	-
Parcela A	515.060	707.422
	515.060	1.076.765
RME – Light		
Perdas com o Racionamento	72.862	79.876
Repasse a ser efetuado aos geradores	37.661	40.640
(-) Provisão para perdas na realização da RTE e Repasse aos Geradores	(110.523)	(109.777)
Parcela A	32.978	84.842
	32.978	95.581
Total da RTE e da Parcela “A”	548.038	1.172.346
Ativo Circulante	329.350	450.817
Ativo Não Circulante	218.688	721.529

9) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE

Os direitos da subsidiária Cemig GT referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	2008	2007
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	45.302	436.084
Provisão para perdas na realização	(26.119)	(391.012)
	19.183	45.072
Circulante	15.076	31.426
Não Circulante	4.107	13.646

Os valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela Cemig GT nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh, que deverá ser ressarcido pelas distribuidoras através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidoras com valores a receber, entre os quais está incluída a Cemig GT, desde março de 2003.

Os direitos da Cemig GT são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados. Vide maiores comentários na nota explicativa nº 23.

Baixa e Provisão para perdas na realização

A provisão atualmente constituída, no montante de R\$26.119, representa as perdas previstas em função do prazo de recebimento da RTE das distribuidoras que ainda estão repassando recursos a Companhia não ser suficiente, na estimativa da Companhia, para repasse integral dos valores devidos.

Em 2008 a Companhia realizou baixa no valor de R\$384.087 referente aos créditos a receber que não tem mais a possibilidade de serem repassados por algumas distribuidoras em função do término de vigência da cobrança da RTE em suas áreas de concessão.

10) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela "A" – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes.

O saldo da CVA está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2008	2007
Cemig Distribuição	379.728	(35.092)
RME – Light	50.412	(12.640)
	430.140	(47.732)
Ativo Circulante	778.545	519.699
Ativo Não Circulante	296.762	177.842
Passivo Circulante	(488.284)	(549.133)
Passivo Não Circulante	(156.883)	(196.140)
Valores Líquidos	430.140	(47.732)

11) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
ICMS a Recuperar	196.261	193.055	3.806	3.561
Imposto de Renda	399.104	314.245	-	-
Contribuição Social	126.188	104.564	-	-
PASEP	14.471	35.782	1.132	4.571
COFINS	93.130	135.960	5.250	21.184
Outros	14.695	26.687	1.385	3.680
	843.849	810.293	11.573	32.996
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	97.372	84.774	426	367
Imposto de Renda	163.276	233.275	163.276	233.275
Contribuição Social	10.407	25.984	10.407	25.984
PASEP/COFINS	997	21.068	-	-
	272.052	365.101	174.109	259.626
	1.115.901	1.175.394	185.682	292.622

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes de pagamentos efetuados a maior pela Companhia em função da adoção do regime não cumulativo para receitas das transmissoras cujos contratos de fornecimento de energia eram anteriores a 31 de outubro de 2003 e que por regulamentação posterior da Receita Federal do Brasil foi permitida a revisão e o enquadramento no regime cumulativo. Como consequência dessa revisão, permitiu-se a restituição dos impostos pagos a maior em períodos anteriores.

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e de antecipações efetuadas em 2008 que serão compensadas com Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar nos anos subsequentes.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

12) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias -				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	234.346	283.859	41.676	81.712
Provisão para Contingências	197.415	190.426	100.296	76.326
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	46.540	249.515	-	85.179
Obrigações Pós-Emprego	95.686	54.132	3.439	1.101
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	163.509	185.015	17.805	21.871
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	5.349	19.315	-	-
Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários – Light	(29.616)	(29.616)	-	-
Instrumentos Financeiros	57.136	79.625	-	-
Variação Cambial	109.385	66.924	-	-
Outros	57.056	85.450	1.141	1.343
	936.806	1.184.645	164.357	267.532
Ativo Circulante	188.792	489.757	18.381	92.975
Ativo Não Circulante	748.014	694.888	145.976	174.557

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 12 de fevereiro de 2009, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 05 de fevereiro de 2009.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, conforme a seguir:

	Consolidado	Controladora
2009	188.792	18.381
2010	266.114	44.622
2011	140.629	33.287
2012	115.134	27.496
2013	112.442	30.464
2014 a 2016	70.221	9.420
2017 e 2018	73.090	687
(-) Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários – RME-Light	(29.616)	-
	936.806	164.357

Além da provisão para não recuperação de créditos tributários da Light, a Controladora possui, em 31 de dezembro de 2008, créditos tributários não reconhecidos em suas Demonstrações Contábeis, no montante de R\$445.386 (R\$444.269 em 31 de dezembro de 2007).

Os créditos não reconhecidos referem-se basicamente a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no 1º trimestre de 2006 (conforme nota explicativa nº 14). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. A parcela não reconhecida referente a essa questão corresponde a R\$437.509.

Considerando, que a legislação tributária brasileira permite as companhias se beneficiarem do pagamento de juros sobre o capital próprio e deduzirem tais pagamentos do seu lucro tributável, a Companhia adotou a opção tributária de pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas. De acordo com o seu planejamento tributário, depois da compensação nos próximos anos dos impostos compensáveis registrados, a Companhia vai pagar juros sobre capital próprio em um montante que vai reduzir o seu lucro tributável a um valor próximo ou igual a zero. Como consequência, essa alternativa vai eliminar o pagamento de imposto de renda e contribuição social pela Controladora e os prejuízos fiscais não reconhecidos não deverão ser recuperados.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.290.987	2.938.709	2.016.332	1.871.614
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(1.118.936)	(999.161)	(685.553)	(636.348)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	578.427	522.242
Reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido	-	218.763	-	-
Participação dos Empregados no Resultado	125.918	154.518	3.622	4.178
Contribuições e Doações Indedutíveis	(12.975)	(12.330)	(326)	(296)
Incentivo Fiscal	26.390	24.178	47	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	6.245	(11.476)	(79)	(776)
Amortização de Ágio	(5.546)	(7.686)	(5.546)	(7.686)
Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	(7.951)	-	(8.488)	-
Outros	72.523	7.611	(747)	2.121
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(914.332)	(625.583)	(118.643)	(116.565)

c) Regime Tributário de Transição:

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT será opcional para os anos de 2008 e 2009 e é aplicável às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido. O contribuinte deverá manifestar sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 (“DIPJ”), sendo este regime opcional para 2008 e 2009. A partir de 2010, a adoção do RTT passará a ser obrigatória, até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

Para as empresas que adotarem o RTT, foi estabelecido que as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07, com as modificações introduzidas pela MP 449/08 que modifiquem o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica, devendo ser considerados, para fins fiscais, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Com base em uma avaliação inicial, a Companhia já refletiu em suas Demonstrações Contábeis os efeitos da adoção ao RTT, sendo que serão realizados estudos adicionais até a entrega da DIPJ de 2009.

13) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da Cemig D.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na Resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo deveria ter sido de 44,41%. A diferença percentual de 12,88% está sendo compensado nas tarifas. A última parcela para recebimento da diferença entre os reajustes tarifários foi incluída no reajuste tarifário ocorrido em 8 de abril de 2008.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Cemig D tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores foi reconhecida como um ativo regulatório.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	Consolidado	
	2008	2007
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	949.612	949.612
Juros (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	447.881	434.188
Atualização Monetária – IGP-M	201.967	189.763
(-) Valores Arrecadados	<u>(1.466.037)</u>	<u>(1.028.330)</u>
	<u>133.423</u>	<u>545.233</u>
Ativo Circulante	133.423	463.491
Ativo Não Circulante	-	81.742

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, cujo saldo em 31 de dezembro de 2008 é de R\$57.706.

14) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 31 de dezembro de 2008 a R\$4.190.762.

O Governo do Estado amortiza o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$28.828 e a 61ª no valor de R\$91.299, a valores de 31 de dezembro de 2008.

A amortização do débito é feita prioritariamente pela retenção de 65% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda, a retenção poderá ser de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros sobre capital próprio extraordinários. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 31 de dezembro de 2008, já haviam sido amortizadas R\$73.088 de forma antecipada, as prestações do contrato com vencimento previsto para 30 de junho e 31 de dezembro de 2009.

A assinatura do Quarto Aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas anualmente sendo as principais conforme segue:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.

(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

(2) Menor ou igual a 50% em situações também conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado naquela data pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e com amortização em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A movimentação do FIDC em 2008 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2007	1.763.277
Atualização monetária das quotas seniores	127.752
Atualização monetária das quotas subordinadas	25.870
Aporte nas quotas subordinadas	12.731
Amortização das quotas seniores	(127.858)
Amortização das quotas subordinadas	(899)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	<u>1.800.873</u>
 Composição do FIDC em 31 de dezembro de 2008	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	990.280
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	737.774
Dividendos retidos pelo Fundo	72.819
	<u>810.593</u>
 TOTAL	 <u>1.800.873</u>

A CEMIG efetuou pagamento de dividendos em 17 de dezembro de 2008, sendo utilizados para amortização de parte das cotas seniores R\$62.839. Adicionalmente, a Companhia aportou R\$8.599 ao fundo para complementar o valor necessário ao resgate das cotas seniores e outras despesas operacionais do FIDC. A amortização de R\$69.953 das cotas seniores somente foi efetivada em 2 de janeiro de 2009.

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2008. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$210.149 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que R\$138.451 serão retidos para quitação de parte dos créditos da CRC a vencer.

c) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as informações trimestrais consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos. Da mesma forma, na consolidação a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e em contrapartida, foi registrada como encargos de dívida o valor da atualização monetária das quotas seniores.

15) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP no período de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS entre fevereiro de 2004 e junho de 2005.

Tendo em vista que este aumento na despesa deverá ser ressarcido à Companhia através das tarifas, registrou-se, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida foi reduzida a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

	Consolidado	
	2008	2007
Cemig Distribuição	46.240	116.127
Cemig Geração e Transmissão	-	826
RME – Light	-	1.520
	<u>46.240</u>	<u>118.473</u>
Ativo Circulante	46.240	57.593
Realizável a Longo Prazo	-	60.880

16) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.481.139	3.013.093
Cemig Distribuição	-	-	2.476.011	2.432.949
Rio Minas Energia Participações	-	-	290.006	266.197
Infovias	-	-	264.978	329.705
GASMIG	-	-	319.103	192.098
Rosal Energia	-	-	91.287	90.292
Sá Carvalho	-	-	95.380	94.078
Horizontes Energia	-	-	66.734	66.349
Usina Térmica Ipatinga	-	-	66.319	65.848
Cemig PCH	-	-	52.262	51.690
Cemig Capim Branco Energia	-	-	54.931	51.706
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	14.342	13.943
UTE Barreiro	-	-	1.943	6.690
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	8.283	7.776
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	484	477
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	6.033	5.767
Transchile	-	-	34.141	11.675
Efficientia	-	-	6.266	4.198
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	153.578	334
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	6.779	6.703
Cemig Trading	-	-	192	154
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	-	16.143	14.362
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	-	29.493	28.508
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	-	5.839	6.266
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	-	56.046	46.445
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	-	-	4.736	4.489
Axxiom Soluções Tecnológicas	-	-	2.710	235
	-	-	<u>7.605.158</u>	<u>6.812.027</u>
Em Consórcios	1.113.297	1.050.496	-	-
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	33.154	38.680
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	-	-	25.174	26.297
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	-	-	37.420	38.984
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	-	-	8.569	8.927
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	-	-	141.430	147.739
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	-	-	6.840	7.153
	36.689	20.358	3.506	3.506
Em Outros Investimentos	<u>1.149.986</u>	<u>1.070.854</u>	<u>256.093</u>	<u>271.286</u>
	<u>1.149.986</u>	<u>1.070.854</u>	<u>7.861.251</u>	<u>7.089.313</u>

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2008			Janeiro a dezembro de 2008	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.481.139	530.499	985.753
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.476.011	666.296	709.358
Infovias	381.023.385	100,00	225.082	264.978	12.345	22.627
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	91.287	19.499	20.525
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	95.380	25.673	27.025
GASMIG	409.255.000	55,19	263.852	578.190	12.376	85.423
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	66.734	7.781	8.190
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	66.319	9.728	10.240
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.952	52.262	10.791	11.359
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	54.931	34.354	36.162
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	57.370	1.347	7.373
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	1.943	-	(3.566)
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	34.509	-	2.193
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	484	-	(2)
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	24.630	-	1.106
Transchile	27.840.000	49,00	62.407	69.676	-	-
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	6.266	4.064	6.107
Central Termelétrica de Cogeração	150.000.000	100,00	150.001	153.578	-	3.571
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	13.293	-	-
Rio Minas Energia	709.309.572	25,00	709.310	1.160.019	61.922	514.058
Cemig Trading	160.297	100,00	160	192	24.260	24.309
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	45.000.010	19,25	69.063	83.860	4.032	28.942
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	100.840.000	18,35	120.128	160.727	7.252	48.431
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	23.400.000	18,35	23.400	31.819	1.672	9.093
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	17,17	273.469	326.431	14.140	108.049
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	42.095.000	7,50	42.095	63.149	1.356	22.915
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.200.000	49,00	4.200	5.531	-	(669)

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2007			Janeiro a dezembro de 2007	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.013.093	709.673	751.972
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.432.949	680.648	774.300
Infovias	381.023.385	100,00	300.083	329.705	26.801	56.422
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	90.292	18.008	18.956
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	94.078	22.842	24.044
GASMIG	216.450.000	55,19	154.657	348.051	13.044	83.593
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	66.349	4.748	8.184
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	65.848	6.840	7.200
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.953	51.690	15.296	14.742
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	51.706	38.163	39.166
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	55.776	2.363	7.572
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	6.690	-	(2.742)
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	32.400	179	3.148
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	477	-	12
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	23.540	-	1.200
Transchile	12.400.000	49,00	23.827	23.827	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	4.198	205	1.195
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	334	-	334
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	13.143	-	-
Rio Minas Energia	709.309.572	25,00	709.310	1.062.224	94.228	591.113
Cemig Trading	160.297	100,00	160	154	51	(8)
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	18,19	63.475	78.183	5.840	20.613
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	18,35	109.907	155.355	7.868	40.768
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	18,35	23.400	34.146	1.542	9.749
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	15,79	250.009	289.561	25.227	90.469
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	7,50	42.095	59.844	2.213	18.274
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.200.000	49,00	200	1.150	-	-

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	31.12.2007	Equivalência Patrimonial	Aportes (redução capital)	Dividendos Propostos	Outros	31.12.2008
Cemig Geração e Transmissão	3.013.093	985.753	-	(517.707)		3.481.139
Cemig Distribuição	2.432.949	709.358	-	(666.296)		2.476.011
Infovias	329.705	22.627	(75.002)	(12.345)	(7)	264.978
Rosal Energia	90.292	20.525	-	(19.499)	(31)	91.287
Sá Carvalho	94.078	27.025	-	(25.673)	(50)	95.380
GASMIG	192.098	47.149	93.739	(12.376)	(1.507)	319.103
Horizontes Energia	66.349	8.190	-	(7.781)	(24)	66.734
Usina Térmica Ipatinga	65.848	10.240	-	(9.728)	(41)	66.319
Cemig PCH	51.690	11.359	-	(10.791)	4	52.262
Cemig Capim Branco Energia	51.706	36.162	1.263	(34.354)	154	54.931
Companhia Transleste de Transmissão	13.943	1.842	-	(1.347)	(96)	14.342
UTE Barreiro	6.690	(3.566)	-	-	(1.181)	1.943
Companhia Transudeste de Transmissão	7.776	528	-	-	(21)	8.283
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	477	(2)	-	-	9	484
Companhia Transirapé de Transmissão	5.767	271	-	-	(5)	6.033
Transchile	11.675	-	22.466	-	-	34.141
Efficientia	4.198	6.107	-	(4.064)	25	6.266
Central Termelétrica de Cogeração	334	3.571	149.999	-	(326)	153.578
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	6.703	-	76	-	-	6.779
Rio Minas Energia	266.197	128.517	-	(107.633)	2.925	290.006
Cemig Trading	154	24.309	-	(24.260)	(11)	192
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	14.362	5.572	494	(4.032)	(253)	16.143
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	28.508	8.887	-	(7.252)	(650)	29.493
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	6.266	1.668	-	(1.672)	(423)	5.839
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	46.445	18.551	2.525	(14.140)	2.665	56.046
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	4.489	1.719	-	(1.356)	(116)	4.736
Axxiom Soluções Tecnológicas	235	(328)	2.803	-	-	2.710
	6.812.027	2.076.034	198.363	(1.479.065)	(2.201)	7.605.158

Os saldos integrais das controladas em 2008 cuja consolidação foi proporcional são como segue:

	<u>Gasmig</u>	<u>Transleste</u>	<u>Transirapé</u>	<u>Centroeste</u>	<u>Transudeste</u>	<u>Transchile</u>
Ativo						
Circulante	567.366	10.393	5.464	153	6.518	21.787
Não circulante	326.691	115.435	67.098	13.183	80.065	157.630
Total do ativo	<u>894.057</u>	<u>125.828</u>	<u>72.562</u>	<u>13.336</u>	<u>86.583</u>	<u>179.417</u>
Passivo						
Circulante	296.440	8.672	8.630	43	9.417	16.232
Não circulante	19.427	59.786	39.302	-	42.657	93.509
Patrimônio líquido	578.190	57.370	24.630	13.293	34.509	69.676
Total do passivo	<u>894.057</u>	<u>125.828</u>	<u>72.562</u>	<u>13.336</u>	<u>86.583</u>	<u>179.417</u>
Demonstração do Resultado						
Receita bruta de vendas	697.739	22.680	11.780	-	14.037	-
Deduções da receita bruta	(152.543)	(830)	(433)	-	(517)	-
Receita líquida de vendas	545.196	21.850	11.347	-	13.520	-
Custo das vendas	(414.483)	(734)	(407)	-	(485)	-
Lucro bruto	130.713	21.116	10.940	-	13.035	-
Despesas gerais e administrativas	(47.223)	(6.432)	(3.434)	-	(3.899)	-
Resultado financeiro líquido	30.031	(6.870)	(6.404)	-	(6.875)	-
Lucro operacional	91.097	7.814	1.102	-	2.261	-
Imposto de renda e contribuição social	(28.098)	(441)	4	-	(68)	-
Lucro líquido do exercício	<u>85.423</u>	<u>7.373</u>	<u>1.106</u>	<u>-</u>	<u>2.193</u>	<u>-</u>
	<u>RME</u>	<u>ETEP</u>	<u>ENTE</u>	<u>ERTE</u>	<u>EATE</u>	<u>ECTE</u>
Ativo						
Circulante	249.649	16.587	37.894	7.079	106.095	21.479
Não circulante	1.158.073	156.517	409.449	72.992	910.176	133.736
Total do ativo	<u>1.407.722</u>	<u>173.104</u>	<u>447.343</u>	<u>80.071</u>	<u>1.016.271</u>	<u>155.215</u>
Passivo						
Circulante	247.703	27.034	65.773	11.203	144.201	31.460
Não circulante	-	62.210	220.843	37.049	545.639	60.606
Patrimônio líquido	1.160.019	83.860	160.727	31.819	326.431	63.149
Total do passivo	<u>1.407.722</u>	<u>173.104</u>	<u>447.343</u>	<u>80.071</u>	<u>1.016.271</u>	<u>155.215</u>
Demonstração do Resultado						
Receita bruta de vendas	8.257.205	55.757	123.060	22.092	278.793	54.032
Deduções da receita bruta	(2.852.004)	(4.226)	(9.341)	(1.675)	(20.966)	(4.109)
Receita líquida de vendas	5.405.201	51.531	113.719	20.417	257.827	49.923
Custo das vendas	(2.699.162)	(9.876)	(22.165)	(4.821)	(49.842)	(7.880)
Lucro bruto	2.706.039	41.655	91.554	15.596	207.985	42.043
Despesas gerais e administrativas	(1.702.057)	8	-	-	(5.263)	-
Resultado financeiro líquido	319.980	(8.296)	(35.852)	(5.709)	(75.524)	(9.125)
Lucro operacional	1.323.962	31.035	51.590	9.887	117.938	31.387
Imposto de renda e contribuição social	(301.532)	(4.425)	(7.271)	(794)	(17.514)	(10.003)
Lucro antes da participação minoritária	1.022.430	-	-	-	-	-
Participações minoritárias	(508.372)	-	-	-	(1.635)	-
Lucro líquido do exercício	<u>514.058</u>	<u>28.942</u>	<u>48.431</u>	<u>9.093</u>	<u>108.049</u>	<u>22.915</u>

b) Participação na Light

Foi apurado um deságio na aquisição da Light, correspondente a diferença entre o valor pago pela RME e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R\$364.961 (a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%). Este deságio decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizado de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor remanescente do deságio (R\$82.871) está apresentado na consolidação como Exigível a Longo Prazo, na rubrica de Outras Obrigações.

c) Aquisição de Participação em empresas transmissoras de energia

O ágio na aquisição das empresas de energia elétrica: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.– EATE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.– ERTE e Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto, decorre da expectativa de resultado futuro em função da operação comercial das concessões. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões (de agosto de 2006 a 2030/2032). Nas Demonstrações Contábeis consolidadas o valor do ágio foi incorporado ao Intangível em função do valor atribuído a utilização da concessão.

d) Investimentos na Infovias

Venda da Way TV – Infovias

Em leilão realizado no dia 27 de julho de 2006, a Way TV Belo Horizonte S.A., controlada indireta da CEMIG (investimento de 65,25% da Infovias) foi integralmente vendida à TNL PCS Participações S.A., controlada da Tele Norte Leste Participações S.A., pelo valor de R\$103 milhões (parte da Infovias), ágio de 65% sobre o preço mínimo estabelecido no edital.

O lucro da Infovias em função dessa alienação, no montante de R\$54.079 mil, foi reconhecido no 4º trimestre de 2007, data em que a operação foi efetivamente concluída, com a aprovação da ANATEL.

e) Consórcios

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada %	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 2008	Consolidado 2007
Em Serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	2,48	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00	2,40	181.402	171.856
Usina de Queimado	82,50	2,45	193.599	193.599
Usina de Aimorés	49,00	2,50	543.684	512.946
Usinas Amador Aguiar I e II	21,05	2,51	54.843	49.742
Depreciação acumulada			<u>(114.506)</u>	<u>(85.268)</u>
Total em operação			953.201	937.054
Em Curso				
Usina de Queimado	82,50		13.125	13.125
Usina de Funil	49,00		755	9.531
Usina de Aimorés	49,00		5.853	23.369
Usina de Baguari	34,00		140.363	67.417
Total em construção			160.096	113.442
Total Consórcios			<u>1.113.297</u>	<u>1.050.496</u>

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	33,33
Usina Igarapava	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usinas Amador Aguiar I e II	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMN	12,63
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00

f) Novas Aquisições

Aquisição de Participação em Empresas Transmissoras

A Brookfield exerceu, em 24 de setembro de 2008, opção de venda para a CEMIG e Alupar Investimento S.A. na proporção de 95% e 5%, respectivamente, de suas ações representativas de 24,99% do capital votante da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE, 24,99% do capital votante da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, 18,35% do capital votante da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, 18,35% do capital votante da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE e 7,49% do capital votante da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela CEMIG estão sujeitas à aprovação da transferência das ações das empresas acima citadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e outros órgãos financiadores.

O valor a ser pago pela CEMIG referente a 95% das ações de propriedade da Brookfield será de R\$330,6 milhões, com data-base em 16 de agosto de 2006, e será corrigido até a data de fechamento, prevista para o 1º semestre de 2009.

Em 31 de outubro de 2008, após a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e demais credores, a CEMIG através da sua controlada em conjunto Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE concluiu a aquisição de 80% do capital social da LUMITRANS – Companhia Transmissora de Energia Elétrica e de 80% do capital social da STC – Sistema de Transmissão Catarinense S.A. A EATE pagou R\$32.455 pelas ações da Lumitrans e R\$56.779 pelas ações da STC.

Constituição dos Consórcios UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes

Em 03 de julho de 2008, o Conselho de Administração autorizou a participação da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 49% do capital social dos empreendimentos UHE Itaocara, PCH Paracambi e PCH Lajes em parceria com a Light, bem como a celebração dos seguintes contratos de constituição entre a Cemig GT e subsidiárias da Light, conforme a seguir: Consórcio UHE Itaocara, em parceria com a Itaocara Energia Ltda., Consórcio PCH Paracambi, em parceria com a Lightger Ltda., e Consórcio PCH Lajes, em parceria com a Light Energia S.A., todos tendo como objeto a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração dos projetos e a implantação, operação, manutenção e exploração comercial dos respectivos empreendimentos. Todos os instrumentos particulares acima mencionados estão pendentes das autorizações ou anuências requeridas pelos órgãos regulatórios competentes, incluindo a ANEEL.

17) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL
a) Imobilizado

	Consolidado			
	2008		2007	
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	20.937.324	(9.244.010)	11.693.314	11.633.501
- Distribuição	11.251.975	(5.032.442)	6.219.533	6.106.289
Terrenos	30.968	-	30.968	32.646
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	309.161	(161.868)	147.293	154.864
Máquinas e Equipamentos	10.824.436	(4.814.933)	6.009.503	5.877.826
Veículos	66.045	(38.446)	27.599	35.822
Móveis e Utensílios	21.365	(17.195)	4.170	5.131
- Geração	7.172.023	(3.060.696)	4.111.327	4.199.343
Terrenos	202.306	-	202.306	202.333
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.891.637	(1.449.466)	2.442.171	2.521.317
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	798.636	(363.449)	435.187	563.492
Máquinas e Equipamentos	2.272.580	(1.241.823)	1.030.757	911.373
Veículos	3.490	(2.955)	535	402
Móveis e Utensílios	3.374	(3.003)	371	426
- Transmissão	1.668.105	(696.064)	972.041	943.376
Terrenos	2.263	-	2.263	2.226
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	109.454	(57.470)	51.984	49.999
Máquinas e Equipamentos	1.555.280	(637.884)	917.396	890.779
Veículos	344	(177)	167	167
Móveis e Utensílios	764	(533)	231	205
- Administração	403.186	(265.473)	137.713	138.499
Terrenos	2.720	-	2.720	3.662
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	72.743	(39.806)	32.937	37.266
Máquinas e Equipamentos	240.790	(157.555)	83.235	74.061
Veículos	39.989	(30.789)	9.200	12.680
Móveis e Utensílios	46.944	(37.323)	9.621	10.830
- Telecomunicações	344.715	(161.166)	183.549	186.360
Terrenos	70	-	70	70
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	55	(8)	47	48
Máquinas e Equipamentos	344.172	(160.858)	183.314	186.098
Móveis e Utensílios	418	(300)	118	144
- Gás	97.320	(28.169)	69.151	59.634
Terrenos	31	-	31	42
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.219	(599)	1.620	1.719
Máquinas e Equipamentos	94.649	(27.385)	67.264	57.655
Veículos	41	(7)	34	-
Móveis e Utensílios	380	(178)	202	218
Em Curso	1.809.521	-	1.809.521	1.339.194
- Distribuição	1.100.645	-	1.100.645	812.813
- Geração	313.967	-	313.967	257.703
- Transmissão	138.446	-	138.446	106.785
- Administração	131.095	-	131.095	126.185
- Telecomunicações	27.747	-	27.747	6.810
- Gás	97.621	-	97.621	28.898
Total do Imobilizado	22.746.845	(9.244.010)	13.502.835	12.972.695
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(2.634.754)	85.446	(2.549.308)	(2.518.602)
Imobilizado Líquido	20.112.091	(9.158.564)	10.953.527	10.454.093

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária.

Conforme Resolução ANEEL nº 234, de outubro de 2006, e Ofício Circular ANEEL nº1.314/2007, de 27 de junho de 2007, o saldo das Obrigações Especiais vinculadas a ativos passou a ser amortizado a partir do segundo ciclo de revisão tarifária da Cemig Distribuição e da Light, em 2008, em percentual correspondente à taxa média de depreciação dos ativos.

Alguns terrenos e edificações das controladas registradas como Ativo Imobilizado – Administração, que foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$8.369 em 31 de dezembro de 2008 (R\$10.207, em 31 de dezembro de 2007).

As taxas médias anuais de depreciação dos negócios das controladas em 31 de dezembro de 2008 são as seguintes:

Geração	
Hidrelétricas	2,48%
Termelétricas	3,91%
Transmissão	3,01%
Distribuição (incluindo Sistema de Transmissão Associado)	4,74%
Administração e outras	12,08%
Telecomunicações	8,34%
Gás	5,80%

b) Intangível

	Consolidado			2007
	2008	2008	2008	
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	608.213	(224.903)	383.310	374.163
- Distribuição	97.922	(61.569)	36.353	40.393
- Geração	121.490	(50.796)	70.694	42.373
- Transmissão	230.813	(2.897)	227.916	237.609
- Administração	155.866	(109.267)	46.599	53.008
- Telecomunicações	713	(374)	339	-
- Gás	1.410	-	1.410	780
Em Curso	221.127	-	221.127	157.561
- Distribuição	51.306	-	51.306	39.019
- Geração	30.570	-	30.570	26.969
- Transmissão	1.554	-	1.554	364
- Administração	137.697	-	137.697	91.208
- Telecomunicações	27.747	-	27.747	6.810
- Gás	97.621	-	97.621	28.898
Intangível Líquido	829.340	(224.903)	604.437	531.724

18) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	197.130	230.620	-	-
Furnas	68.366	78.231	-	-
CCEE	108.038	81.756	-	-
Repasse aos Geradores	-	27.381	-	-
Outros	212.364	168.593	-	-
	585.898	586.581	-	-
Materiais e Serviços	305.923	349.324	7.134	11.781
	891.821	935.905	7.134	11.781
Não Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Repasse aos Geradores	-	314.989	-	-
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	77	25.803	-	-
	77	340.792	-	-

Parte substancial dos valores devidos à Compra de Energia Livre durante o Racionamento serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento, movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da Compra de Energia Livre durante o Racionamento, poderá implicar em alterações nos montantes registrados. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 24.

19) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Circulante				
Imposto de Renda	91.111	121.991	-	-
Contribuição Social	22.924	47.974	-	-
ICMS	284.939	269.076	18.092	17.813
COFINS	78.050	92.880	9.377	15.436
PASEP	14.079	22.122	2.036	3.351
INSS	18.159	21.637	1.434	1.358
Outros	24.483	32.711	1.051	1.234
	533.745	608.391	31.990	39.192
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	57.308	303.540	-	-
Contribuição Social	20.498	109.420	-	-
COFINS	12.969	46.674	-	-
PA SEP	2.813	10.134	-	-
	93.588	469.768	-	-
	627.333	1.078.159	31.990	39.192
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	202.114	250.061	-	62.632
Contribuição Social	46.541	69.133	-	22.547
COFINS	83.965	3.834	-	-
PASEP	31.527	-	-	-
Outros	7.238	8.904	-	-
	371.385	331.932	-	85.179

As obrigações diferidas circulantes referem-se basicamente aos ativos e passivos vinculados ao Acordo Geral do Setor Elétrico e outras questões regulatórias, sendo devidas à medida da realização desses ativos e passivos.

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

As obrigações diferidas não circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se ao reconhecimento dos instrumentos financeiros (variação cambial e Hedge) pelo regime de caixa, que são devidos à medida da realização, pelo pagamento ou resgate.

20) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				2008		2007	
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank – N. (3)	2013	6,00	US\$	175	116.850	117.025	88.639
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	6,35	US\$	17.391	-	17.391	26.105
Banco do Brasil –A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	14.637	79.231	93.868	92.621
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,90	JPY	100.160	-	100.160	61.483
Banco Paribas	2012	5,89	EURO	3.903	9.016	12.919	13.389
Banco Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	27.665	13.570	41.235	52.243
KFW	2016	4,50	EURO	2.136	14.951	17.087	15.485
UNIBANCO (6)	2009	6,50	US\$	11.044	-	11.044	8.371
UNIBANCO (7)	2009	5,50	US\$	4.796	-	4.796	3.636
UNIBANCO (8)	2009	5,00	US\$	20.141	-	20.141	15.268
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	2008	Libor + 5,45	US\$	-	-	-	5.615
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US\$	5.419	34.490	39.909	35.518
Santander (13)	2009	7,00	US\$	6.118	-	6.118	-
Banco do Brasil (13)	2009	8,66	US\$	3.217	-	3.217	-
Banco InterAmericano del Desarrollo (13)	2026	4,20	US\$	220	42.798	43.018	21.896
Outros	2025	Diversas	Diversas	12.014	6.932	18.946	16.273
Dívida em Moeda Estrangeira				229.036	317.838	546.874	456.542
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	241	75.000	75.241	75.133
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R\$	121.038	-	121.038	120.531
Banco do Brasil	2013	CDI + 1,70	R\$	5.044	109.277	114.321	113.488
Banco do Brasil	2013	107,60 do CDI	R\$	11.596	126.000	137.596	136.161
Banco do Brasil	2014	104,10 do CDI	R\$	29.705	1.200.000	1.229.705	1.223.732
Banco Itaú – BBA	2008	IGP-M + 10,48	R\$	-	-	-	179.846
Banco Itaú – BBA	2008	CDI + 2,00	R\$	-	-	-	40.850
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	15.844	304.337	320.181	318.371
HSBC Bank Brasil S.A	2008	CDI + 2,00	R\$	-	-	-	61.275
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	84	54.372	54.456	57.081
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	1.685	101.315	103.000	106.553
Banco WESTLB do Brasil	2008	IGP-M + 10,48	R\$	-	-	-	44.961
BNDES	2008	SELIC + 1,00	R\$	-	-	-	25.820
Bradesco	2014	CDI + 1,70	R\$	21.948	379.073	401.021	397.704
Debêntures (12)	2009	CDI + 1,20	R\$	357.472	0	357.472	355.958
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R\$	5.134	238.816	243.950	242.900
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (12) (15)	2031	IGP-M	R\$	-	32.936	32.936	29.275
Debêntures (12)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	18.853	305.788	324.641	294.669
Debêntures (12)	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.428	426.356	427.784	401.939
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.366	48.433	60.799	78.884
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	45.333	324.299	369.632	337.622
Santander	2013	CDI + 1,70	R\$	1.446	79.673	81.119	80.797
UNIBANCO	2009	CDI + 2,98	R\$	107.081	-	107.081	106.609
UNIBANCO	2013	CDI + 1,70	R\$	13.351	309.285	322.636	319.787
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	R\$	74.029	30.921	104.950	-
UNIBANCO (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	6.741	73.587	80.328	79.322
Caixa Econômica Federal	2008	101,50 do CDI	R\$	-	-	-	200.425
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R\$	132.377	857.903	990.280	990.386
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	10,00	R\$	695	9.677	10.372	11.014
Banco do Brasil S.A. (14)	2020	TJLP + 2,55	R\$	1.756	27.038	28.794	5.067
Unibanco S.A. (14)	2021	TJLP + 2,55	R\$	445	3.617	4.062	-

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				2008			2007
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
BNDES – FINEM (10)	2014	TLJP + 4,30	R\$	15.170	93.096	108.266	60.874
Debêntures I e IV (10)	2010/2015	TJLP + 4,00	R\$	4.102	1.945	6.047	11.452
Debêntures V (10)	2014	CDI + 1,50	R\$	11.279	234.443	245.722	255.670
CCB Bradesco (10)	2017	CDI + 0,85	R\$	3.504	112.500	116.004	115.162
ABN Amro (10)	2010	CDI + 0,95	R\$	980	20.000	20.980	-
Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	100	3.153	3.253	-
Unibanco (16)	2021	TJLP + 4,55	R\$	261	1.062	1.323	-
Banco Itaú (16)	2022	TJLP + 4,55		274	3.180	3.454	
Unibanco S.A. (16)	2022	IGPM + 9,85		214	2.025	2.239	
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	2014/2016	Diversas	R\$	21.903	133.581	155.484	141.521
Outros	2007/2017	Diversas	R\$	7.633	24.064	31.697	47.521
Dívida em Moeda Nacional				1.051.112	5.746.752	6.797.864	7.068.360
Total Geral Consolidado				1.280.148	6.064.590	7.344.738	7.524.902

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;
- (2) Empréstimo da controladora;
- (3) a (8) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps:
(3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;
- (9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº14;
- (10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light);
- (11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006;
- (12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (13) Financiamento da Transchile;
- (14) Financiamento de Cachoeirão;
- (15) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;
- (16) Empréstimos e financiamentos consolidados da Lumitrans, subsidiária da EATE.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em	Total
									diante	
Moedas										
Dólar Norte-Americano	121.964	61.299	47.246	43.240	39.233	6.374	2.796	2.796	86.531	411.479
Euro	6.039	5.743	5.743	3.938	2.136	2.136	2.137	2.134	-	30.006
Yen	100.160	-	-	-	-	-	-	-	-	100.160
UMBNDDES (**)	873	592	443	443	443	443	443	443	1.106	5.229
	229.036	67.634	53.432	47.621	41.812	8.953	5.376	5.373	87.637	546.874
Indexadores										
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	1.428	-	-	-	-	-	142.119	142.119	142.118	427.784
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	47.320	42.193	47.547	44.066	38.493	37.596	35.715	30.935	48.530	372.395
Certificado Depósito Interbancário – CDI	846.973	630.710	722.652	937.684	1.083.531	638.554	225.096	18.750	18.750	5.122.700
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	12.366	12.366	12.366	12.366	11.335	-	-	-	-	60.799
URTJ (*)	42.322	45.101	43.119	43.119	43.119	38.129	14.606	9.649	25.427	304.591
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	20.645	1.628	1.628	1.628	1.628	307.395	1.071	1.012	40.647	377.282
UMBNDDES (**)	3.271	3.523	3.523	3.523	3.523	3.523	1.176	-	-	22.062
Taxa Referencial – TR	74.029	30.921	-	-	-	-	-	-	-	104.950
Outros (IGP-DI, INPC) (***)	2.758	125	251	594	594	715	264	-	-	5.301
	1.051.112	766.567	831.086	1.042.980	1.182.223	1.025.912	420.047	202.465	275.472	6.797.864
	1.280.148	834.201	884.518	1.090.601	1.224.035	1.034.865	425.423	207.838	363.109	7.344.738

- (*) URTJ – Unidade de Referência de Taxa de Juros.
- (**) UMBNDDES – Unidade Monetária do BNDES.
- (***) IGP-DI – índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna.
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação acumulada em	Variação acumulada em	Indexadores	Variação acumulada em	Variação acumulada em
	2008	2007		2008	2007
	%	%		%	%
Dólar Norte-Americano	31,94	(17,15)	IGP-M	9,81	7,75
Euro	24,13	(7,50)	FINEL	1,90	1,51
Yen	62,89	(11,78)	CDI	12,32	11,82
			SELIC	12,48	11,88
			UMBNDDES	33,86	(16,57)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Saldo no início do exercício	7.524.902	7.542.124	79.322	110.388
Saldo inicial de controladas adquiridas em 2008	32.575	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	328.918	1.855.910	-	-
Variação monetária e cambial	360.922	66.286	-	237
Encargos financeiros provisionados	731.025	737.180	10.484	10.186
Encargos financeiros pagos	(729.534)	(814.184)	(9.479)	(11.243)
Encargos capitalizados	4.121	-	-	-
Ajuste a Valor Presente	(14.898)	(7.319)	-	-
Amortização de financiamentos	(893.293)	(1.855.095)	-	(30.246)
Saldo no final do exercício	7.344.738	7.524.902	80.327	79.322

As captações de recursos consolidadas durante o exercício de 2008 estão demonstradas abaixo:

Empréstimos / Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
Cemig Distribuição			
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	100.000
ELETROBRÁS	2020	6,00%	44.321
ELETROBRÁS	2016	6,00%	5.551
ELETROBRÁS	2015	7,00%	18.467
ELETROBRÁS	2013	6,50%	6.118
ELETROBRÁS	2013	6,50%	2.016
Coligadas e Controladas			
Unibanco S.A.	2020	TJLP + 2,55%	4.062
Banco do Brasil S.A.	2020	TJLP + 2,55%	22.356
Banco ABN AMRO S.A.	2010	CDI + 0,95%	20.000
Banco Nacional de Desenvolvimento Social - FINEM	2014	TJLP + 4,30%	44.693
Banco Nacional de Desenvolvimento Social - PROESCO	2014	TJLP + 2,50%	149
ELETROBRÁS	2017	5,00%	1.285
Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo - BRDE	2022	TJLP + 4,55%	3.567
Banco Itaú	2022	TJLP + 4,55%	3.555
Unibanco S.A.	2022	TJLP + 4,55%	1.192
Unibanco S.A.	2009	CDI + 135,00%	349
Banco Nacional de Desenvolvimento Social	2022	6% + 2,41% Spread	21.303
Moeda Estrangeira			
Coligadas e Controladas			
Banco ABC Brasil.	2008	8,80%	4.317
Banco ABC Brasil.	2008	7,70%	2.591
Banco Itaú	2008	4,88%	4.748
Banco Santander	2009	7,00%	4.640
Banco do Brasil AG Viena	2009	8,66%	2.417
Banco Interamericano Del Desarrollo.	2026	4,19%	4.125
Banco InterAmericano del Desarrollo	2026	4,19%	7.096
Total de Captações			328.918

a) Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A CEMIG e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) que foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2008 e durante todo o exercício de 2008.

Os principais covenants em 31 de dezembro de 2008 são como segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

21) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	2008	2007
Reserva Global de Reversão – RGR	34.385	25.529
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	47.884	33.572
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	33.927	38.099
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.495	3.199
Eficiência Energética	171.760	138.630
Pesquisa e Desenvolvimento	145.898	114.573
Pesquisa Expansão Sistema Energético	20.696	17.928
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	41.182	36.100
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	8.922	1.851
	509.356	410.688
Passivo Circulante	488.835	395.894
Passivo Não Circulante	20.521	14.794

22) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig GT e Cemig D em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A CEMIG, Cemig GT e Cemig D mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R\$2.385.225, apurado em 31 de dezembro de 2008, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Após o processo de migração realizado em junho de 2007, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar-SPC, no qual mais de 80% dos participantes migraram para os planos A e B, 51 participantes permaneceram no Plano BD.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado – PSI – para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. O prazo previsto para a conclusão do processo de separação do plano de saúde é de 12 meses, onde serão mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R\$941.912 em 31 de dezembro de 2008 (R\$1.062.998 em 31 de dezembro de 2007) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

O passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. Desta forma, a atualização financeira da obrigação na dívida pactuada com a FORLUZ, mencionado no parágrafo anterior, não produziu efeitos contábeis no resultado da CEMIG. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2008.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2008 conforme consta de laudo preparado por atuário externo em conformidade a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, estão apresentados nos quadros após o item abaixo.

Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light, controlada da RME, é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos – A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI e juros de 6,00% ao ano, totalizando R\$1.032.161 em 31 de dezembro de 2008 (R\$891.915 em 31 de dezembro de 2007). O efeito no consolidado da Companhia é da parcela correspondente a 25% deste valor conforme consolidação proporcional.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Light em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2008.

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	5.542.904	395.183	379.232	19.579	159.219
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	29.378	90.140	143.813	6.457	214.122
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	5.572.282	485.323	523.045	26.036	373.341
Valor Justo dos Ativos do Plano	(4.654.518)	(292.384)	-	-	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	917.764	192.939	523.045	26.036	373.341
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	(422.964)	-	(180.660)	13.445	66.959
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	(61.030)	-	(5.155)	(23.873)	(5.147)
Atualização de contrato para equalização do déficit		65.101			
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	433.770	258.040	337.230	15.608	435.153

	Controladora				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ				
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos		289.894	18.658	963	9.022
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer		19.406	5.051	259	10.535
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego		309.300	23.709	1.222	19.557
Valor Justo dos Ativos do Plano		(259.448)	-	-	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto		49.852	23.709	1.222	19.557
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos		(25.462)	(6.915)	723	(1.160)
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido		(3.003)	(253)	(1.174)	(254)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial		21.387	16.541	771	18.143

Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederam a 10,00% do total das obrigações com benefícios pós-emprego serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), a partir de 2008. Nesta condição, serão reconhecidos pela controladora ganho atuarial do Plano Odontológico no valor de R\$601 e perda atuarial do Plano de Saúde no valor de R\$4.544, conforme CVM 371.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ	BRASLIGHT				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2007	494.405	250.262	311.239	13.692	401.296	1.470.894
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	104.356	56.343	58.836	2.624	42.060	264.219
Contribuições Pagas	(164.991)	(48.565)	(32.845)	(708)	(8.203)	(255.312)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2008	433.770	258.040	337.230	15.608	435.153	1.479.801
Passivo Circulante	74.970	8.127	-	-	-	83.097
Passivo Não Circulante	358.800	249.913	337.230	15.608	435.153	1.396.704

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria				Total
	FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2007	23.099	15.303	671	16.465	55.538
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	5.952	2.964	136	2.133	11.185
Contribuições Pagas	(7.664)	(1.726)	(36)	(455)	(9.881)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2008	21.387	16.541	771	18.143	56.842
Passivo Circulante	3.907	-	-	-	3.907
Passivo Não Circulante	17.480	16.541	771	18.143	52.935

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG nos próximos 12 meses para amortização das obrigações atuariais.

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2008 são como segue:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Custo do Serviço Corrente	5.414	420	38.805	227	5.877
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	543.276	48.525	46.247	2.554	35.334
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(481.194)	(27.611)	(3.669)	(344)	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidas	23.029	-	9.461	(1.132)	(664)
Custo do Serviço Passado	13.871	-	1.517	2.556	1.513
Atualização de contrato para equalização do déficit	-	7.749	-	-	-
Contribuição dos Empregados	(40)	(23)	(33.525)	(1.237)	-
Despesa em 2008	104.356	29.060	58.836	2.624	42.060

	Controladora				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ				
Custo do Serviço Corrente		267	1.947	11	270
Juros Sobre a Obrigação Atuarial		29.553	2.305	131	1.789
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano		(26.177)	(183)	(18)	-
Perdas Atuariais Não Reconhecidas		1.628	491	(50)	-
Custo do Serviço Passado		683	75	126	74
Contribuição dos Empregados		(2)	(1.671)	(64)	-
Despesa em 2008		5.952	2.964	136	2.133

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2009 é como segue:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Custo do Serviço Corrente	4.559	413	5.606	257	5.298
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	549.028	52.670	52.210	2.630	37.678
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(557.871)	(30.433)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidas	-	-	3.029	(56)	-
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	13.869	-	9.409	(834)	(2.991)
Contribuição dos Empregados	(33)	(21)	1.099	2.431	1.440
Despesa em 2009	9.552	22.629	71.353	4.428	41.425

	Controladora				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Custo do Serviço Corrente	138	158	8	196	
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	30.495	2.367	124	1.974	
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(31.114)	-	-	-	
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidas	-	426	(56)	-	
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	680	73	125	75	
Contribuição dos Empregados	-	-	-	-	
Despesa em 2009	199	3.024	201	2.245	

As principais premissas atuariais na data dos balanços são conforme segue:

	CEMIG, Cemig GT e Cemig D			
	2008		2007	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	6,00%	10,24%	5,50%	9,72%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	8,00%	12,32%	7,00%	11,28%
Taxa anual de inflação de longo prazo	-	4,00%	-	4,00%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	2,00%	6,08%	2,00%	6,08%
Taxa anual de crescimento real dos benefícios de renda continuada	-	4,00%	-	4,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT – 83			
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Light Medium			
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57			
Taxa anual de rotatividade esperada	2,00%			
	Light			
	2008		2007	
	Real	Nominal	Real	Nominal
	Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	7,70%	12,36%	6,00%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	7,77%	12,44%	8,00%	12,68%
Taxa anual de inflação de longo prazo	-	4,33%	-	4,33%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	0,60%	4,96%	0,60%	4,96%
Taxa anual de crescimento real dos benefícios de renda continuada	-	4,33%	-	4,33%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT – 83			
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Light forte			
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57			
Taxa anual de rotatividade esperada	Baseado na idade			

23) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ação onde a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável

PASEP e COFINS – Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a receita financeira e outras receitas não operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, através da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998 e possui sentença favorável em 1ª Instância. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado do Exercício será de R\$166.991, líquido de imposto de Renda e Contribuição Social.

Ações onde a Companhia é devedora

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia e suas controladas constituíram provisões para perdas.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Controladora e do consolidado.

	Consolidado					Saldo Líquido em 2008
	Saldo Bruto em 2007 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	
Trabalhistas						
Diversos	118.179	4.677	-	122.856	(17.593)	105.263
Cíveis						
Danos Pessoais	8.183	27.253	-	35.436	-	35.436
Majoração Tarifária	95.095	9.920	(535)	104.480	(17.990)	86.490
Outras	113.442	69.716	(15.353)	167.805	(9.035)	158.770
Fiscais						
FINSOCIAL	20.893	345	-	21.238	(1.615)	19.623
PIS/COFINS	160.267	8.221	(110.501)	57.987	-	57.987
ICMS	19.943	1.401	(2.191)	19.153	-	19.153
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	46.842	29.939	-	76.781	-	76.781
Contribuição Social	6.521	248	-	6.769	-	6.769
INSS	33.857	97	(282)	33.672	-	33.672
Outras	14.498	5.211	-	19.709	(7.489)	12.220
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	49.020	6.823	-	55.843	(6.072)	49.771
Total	686.740	163.851	(128.862)	721.729	(59.794)	661.935

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

	Controladora					Saldo Líquido em 2008
	Saldo Bruto em 2007 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	
Trabalhistas						
Diversos	72.795	2.655	-	75.450	(8.317)	67.133
Cíveis						
Danos Pessoais	6.766	20.869	-	27.635	-	27.635
Majoração Tarifária	69.845	6.764	-	76.609	(17.990)	58.619
Outras	51.310	42.376	-	93.686	(3.154)	90.532
Fiscais						
FINSOCIAL	20.893	345	-	21.238	(1.615)	19.623
ICMS	2.191	-	(2.191)	-	-	-
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	46.842	29.939	-	76.781	-	76.781
INSS	967	97	-	1.064	-	1.064
Outras	7.933	4.837	-	12.770	(5.061)	7.709
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	12.681	-	(552)	12.129	(6.072)	6.057
Total	292.223	107.882	(2.743)	397.362	(42.209)	355.153

(*) Saldo de Contingências sem a inclusão dos Depósitos Judiciais.

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade, além de danos morais e materiais.

(b) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração, é de R\$104.480, integralmente provisionado.

Um dos consumidores industriais que possui ação judicial contra a Companhia em função da questão mencionada acima havia conseguido uma liminar judicial que impedia a interrupção de fornecimento de energia elétrica às suas instalações. Em 19 de fevereiro de 2009, o Superior Tribunal de Justiça aceitou o pedido da CEMIG de suspender os efeitos da liminar, por entender que não é possível impor à CEMIG a continuidade na distribuição de eletricidade sem o recebimento pelo serviço.

(c) PIS-COFINS

A Light, controlada da RME, questiona as alterações perpetradas pela Lei 9.718/98 na sistemática de apuração do PIS e da COFINS, referente a ampliação da base de cálculo dos referidos tributos e majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%.

Quanto ao alargamento da base de apuração do PIS e da COFINS, além de ter-se verificado a decadência do direito de cobrança pela autoridade fiscal, houve decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no processo movido pela Light, publicada em 30 de junho de 2008, em que foi declarado inconstitucional o art. 3º, § 1º, da Lei 9.718/98 e que atualmente aguarda apenas a interposição eventual de recurso pela Fazenda Nacional.

Com base na decisão proferida pelo STF, a Light SESA efetuou a reversão dos valores provisionados relativos à expansão da base de cálculo no montante de R\$108.090, em contrapartida à rubrica “despesa financeira” no resultado do 2º trimestre de 2008.

Assim sendo, em 31 de dezembro de 2008 permanece provisionado R\$53.559 (R\$50.771 em 31 de dezembro de 2007) referente ao aumento da alíquota da COFINS de 2% para 3%.

Os valores informados acima correspondem a 25% do total em conformidade a consolidação proporcional efetuada pela Companhia.

(d) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R\$19.153 (R\$17.752 em 31 de dezembro de 2007).

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R\$76.781 (R\$46.842 em 31 de dezembro de 2007) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) INSS

Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração contra a Light em função de responsabilidade solidária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da empresa.

A expectativa de perdas nas ações mencionadas é considerada provável e os valores provisionados referentes às ações movidas pelo INSS representam o montante de R\$33.608 (R\$32.889 em 31 de dezembro de 2007).

(g) Processos Administrativos da ANEEL

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a Cemig Distribuição S.A. por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e também o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R\$143.000. A Companhia constituiu uma provisão correspondente a perda que considera como provável na questão, no valor de R\$43.714.

A Cemig Geração e Transmissão S.A. foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável e no valor de R\$6.503.

(h) Outros

No que se refere as ações cíveis, são basicamente reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente por acidentes sofridos em decorrência dos negócios da Companhia e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. A provisão em 31 de dezembro de 2008 representa a perda potencial sobre as reivindicações.

(i) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG e suas controladas discutem em juízo outras ações para as quais consideram ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$320.115, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários, no montante histórico de R\$29.115. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 31 de dezembro de 2008, de R\$285.822. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais questiona judicialmente a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD referente às contribuições de consumidores cujo montante, em 31 de dezembro de 2008 é R\$140.506. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como remota.

(iii) Atos da Agência Reguladora e Tribunal de Contas

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$1.032.648, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor do débito. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

Em 14 de novembro de 2003, o Tribunal de Contas da União iniciou um procedimento administrativo contra a ANEEL para avaliar os critérios adotados pela Agência no Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. O Tribunal de Contas solicitou a CEMIG que providenciasse certas informações com relação a suas tarifas, o que, de acordo com o Tribunal de Contas da União, foram aprovadas incorretamente pela ANEEL.

Adicionalmente, o Tribunal de Contas da União contestou o índice e o Fator X utilizados pela ANEEL na revisão tarifária de 2003. A CEMIG impetrou um processo administrativo antes que o Tribunal de Contas da União contestasse a decisão.

A potencial perda nessas ações do Tribunal de Contas descritas acima é de R\$84.979. A Companhia não registrou nenhuma provisão e considera a expectativa de perda nessas ações como possível.

(iv) Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R\$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerarem que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia e suas controladas decidiram impetrar mandatos de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$121.835, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia e suas controladas consideram o risco de perda nesta ação como possível.

Em setembro de 2006 a CEMIG foi notificada pelo INSS em função do não recolhimento da contribuição previdência sobre os valores pagos a título de participação nos resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R\$112.222. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra a decisão. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível

(v) ICMS

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação é de R\$130.654, não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subseqüentes a autuação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita não ser uma obrigação legal e ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

A CEMIG foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações, no montante de R\$22.584. Caso a Companhia venha a ter que recolher o ICMS incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(vi) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

A Companhia está envolvida em litígio com a Prefeitura de Belo Horizonte relativo aos critérios de incidência do ISSQN sobre os serviços executados pela Empresa. O valor envolvido na ação é de R\$32.793. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível

(vii) Contingência regulatória – CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no mercado atacadista de energia durante o período do racionamento e obteve decisão judicial liminar favorável em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, junto à CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE a partir de novembro de 2008 e implicaria em um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, junto à CCEE, no valor aproximado de R\$76.076. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, sendo que a expectativa de perda é considerada como possível.

(viii) Reclamações ambientais

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$941.020. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(ix) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e a Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total de R\$525.579. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessas ações é considerada possível.

Através de ação popular que questiona o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a CEMIG e o Ministério Público, é requerida a devolução aos cofres públicos dos valores pagos aos prestadores de serviços da Companhia que executaram o Programa Luz para Todos. O valor envolvido na ação é de R\$1.441.263. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

24) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

(a) Capital Social

As ações do capital social integralizado em 31 de dezembro de 2008 têm valor nominal de R\$5,00 por ação e estão assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2008					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	110.540.576	51	-	-	110.540.576	22
Outras Entidades do Estado	29.236	-	4.974.466	2	5.003.702	1
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	71.506.613	33	-	-	71.506.613	14
Outros -						
No País	21.512.579	10	83.135.407	30	104.647.986	22
No Exterior	13.334.390	6	191.268.246	68	204.602.636	41
Total	216.923.394	100	279.378.119	100	496.301.513	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2007					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	108.348.914	51	-	-	108.348.914	22
Outras Entidades do Estado	28.657	-	5.329.764	2	5.358.421	1
Southern Electric Brasil Participações Ltda.	70.088.868	33	-	-	70.088.868	14
Outros -						
No País	19.663.422	9	82.310.555	30	101.973.977	21
No Exterior	14.492.642	7	186.198.634	68	200.691.276	42
Total	212.622.503	100	273.838.953	100	486.461.456	100

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido acordo de acionistas em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

Aumento do Capital Social em 2008

Foi aprovado na Assembléia Geral de Acionistas ocorrida em 25 de abril de 2008 um aumento do Capital Social de R\$2.432.207 para R\$2.481.508 com emissão de 9.840.057 novas ações, mediante a capitalização de R\$49.200 do saldo da Reserva de Capital de Doações e Subvenções para Investimentos, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 2,02% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00.

Aumento do Capital Social a ser proposto a Assembléia Geral ordinária em abril de 2009

O Conselho de Administração da CEMIG irá propor a Assembléia Geral de Acionistas um aumento do Capital Social através, principalmente, da utilização das Reservas de Lucros, de forma a atender ao estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A., que limita o saldo das Reservas de Lucros ao valor do Capital Social da Companhia.

Será proposto à Assembléia Geral a aprovação do aumento do Capital Social da CEMIG de R\$2.481.508 para R\$ 3.101.884 com emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$606.454 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros e R\$13.922 da Reserva de Capital, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 25% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$ 5,00.

(b) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2008	2007
Reservas de Capital-		
Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio	1.313.220	1.313.220
Doações e Subvenções para Investimentos	2.601.697	2.650.898
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	6	6
Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)
	3.983.021	4.032.222

	Controladora	
	2008	2007
Reservas de Lucros-		
Reserva Estatutária	1.649.241	1.001.866
Reserva de Retenção de Lucros	843.443	623.776
Reserva Legal	367.236	272.884
	2.859.920	1.898.526

A Reserva de Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio refere-se aos juros sobre o capital próprio utilizado na construção de bens e instalações, sendo registrada no Imobilizado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. A partir do exercício de 1999, a CEMIG decidiu não mais constituir esta Reserva.

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se basicamente a compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela CEMIG até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época. Os recursos foram utilizados na amortização de diversas obrigações com o Governo Federal e o saldo remanescente originou o contrato da CRC.

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos aos acionistas em função, basicamente, do atendimento as necessidades de recursos da Companhia para aplicação em investimentos.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da CEMIG na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

(c) Dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do patrimônio líquido das ações.

As ações do capital social da CEMIG, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício de 2008 e 2007 está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2008	2007
Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais		
Valor Nominal das Ações Preferenciais	1.396.891	1.369.195
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	<u>139.689</u>	<u>136.920</u>
Valor do Patrimônio Líquido	9.351.634	8.408.056
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (líquido de ações em tesouraria)	56,27%	56,27%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	5.262.164	4.731.213
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	<u>157.865</u>	<u>141.936</u>
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	<u>157.865</u>	<u>141.936</u>
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício	1.887.035	1.742.761
(-) Ajustes feitos em 2008 de forma retrospectiva referente aos efeitos da Lei 11.638 e de ajustes de exercícios anteriores da controlada indireta Light S.A.	-	(7.312)
	<u>1.887.035</u>	<u>1.735.449</u>
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	<u>943.518</u>	<u>867.725</u>
Dividendos Propostos	<u>943.518</u>	<u>867.725</u>
Total do Dividendo para Ações Preferenciais	531.301	488.269
Total do Dividendo para Ações Ordinárias	412.217	379.456
Dividendos por valor unitário – R\$		
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	0,57	0,52
Dividendo Obrigatório	1,90	1,78
Dividendos Propostos	1,90	1,78

A Companhia utilizou 5,00% do lucro líquido apurado no exercício de 2008 para constituição de Reserva Legal, no valor de R\$94.352.

(d) Ajuste acumulado de conversão

Refere-se a diferença cambial apurada na conversão das Demonstrações Contábeis da Transchile com base nas taxas de final de exercício para ativos e passivos, registrada diretamente nessa conta de Patrimônio Líquido citada.

25) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	(Não auditado pelos auditores independentes)				R\$	
	Nº de Consumidores		MWh (*)		2008	2007
	2008 (*)	2007 (*)	2008	2007		
Residencial	9.024.639	8.764.157	9.010.893	8.648.603	4.284.991	4.373.896
Industrial	86.653	86.394	26.680.999	24.686.241	4.001.877	3.380.277
Comércio, Serviços e Outros	847.109	830.818	5.885.857	5.549.409	2.527.824	2.494.502
Rural	493.856	565.169	2.308.135	2.212.485	575.763	598.812
Poder Público	64.153	61.234	1.030.002	968.177	417.756	386.545
Iluminação Pública	3.410	2.661	1.205.469	1.212.251	295.861	309.487
Serviço Público	9.925	9.050	1.339.707	1.325.462	369.911	368.974
Sub-Total	10.529.745	10.319.483	47.461.062	44.602.628	12.473.983	11.912.493
Consumo Próprio	1.157	1.256	51.835	52.941	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	47.571	126.112
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	4.808	11.332
	10.530.902	10.320.739	47.512.897	44.655.569	12.526.362	12.049.937
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	83	93	11.037.166	13.235.965	1.012.176	1.209.731
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	147.295	25.664
Total	10.530.895	10.320.832	58.550.063	57.891.534	13.685.833	13.285.332

(*) A tabela de consumidores inclui 100% dos consumidores da Light, controlada da RME.
A tabela de MWh inclui 25,00% dos MWh totais vendidos pela Light.

(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Revisão tarifária da Cemig Distribuição e Light

Em 07 de abril de 2008, a ANEEL divulgou, provisoriamente, o resultado da 2ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição. O impacto percebido pelos consumidores foi uma redução média de 12,24% nas contas de energia elétrica a partir de 8 de abril de 2008, devendo ser considerando que o reajuste teve aplicação diferenciada por categoria de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram uma redução de 17,11% em suas contas de energia comparada a uma redução de 8,02% para os consumidores de alta tensão.

Em 04 de novembro de 2008, a ANEEL estabeleceu, provisoriamente, o reposicionamento tarifário da Light em 1,96%, a partir de 07 de novembro de 2008. Considerando os adicionais financeiros de 2,30%, o impacto na tarifa atingiu 4,27%. Em decorrência da retirada da base tarifária de um componente financeiro de -0,41% que havia sido adicionado no reajuste anual de 2007, o efeito médio na tarifa percebido pelos consumidores correspondeu a 4,70%.

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras – “ELETROBRÁS”, reembolsava, até abril de 2008, as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas, em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

A ANEEL está revisando os procedimentos de apuração pela Companhia da receita referente a subvenção aos consumidores de baixa renda. Em função dessa revisão, ficaram pendentes de recebimento os valores do período de fevereiro de 2007 a novembro de 2007.

A ANEEL incluiu na revisão tarifária de abril de 2008 os valores a serem reembolsados a Companhia pela subvenção aos consumidores de baixa renda a partir dessa data.

26) – RECEITA DE USO DA REDE – CONSUMIDORES LIVRES

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Consolidado	
	2008	2007
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	1.432.112	1.313.499
Receita de Uso da Rede Básica	592.829	537.415
Receita de Sistema de Conexão	125.463	95.016
	2.150.404	1.945.930

Conforme consta de alguns contratos de concessão de transmissão estabelecidos com a ANEEL, as receitas a serem auferidas nos últimos 15 anos dos mencionados contratos são 50,00% inferiores às verificadas nos primeiros 15 anos da concessão. A Companhia reconhece as receitas dessas concessões de acordo com os referidos contratos.

27) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Fornecimento de Gás	385.100	297.353	-	-
Serviço Taxado	18.496	15.482	-	-
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	94.987	75.593	-	-
Prestações de Serviços	91.416	68.015	-	343
Aluguel e Arrendamento	56.580	50.081	490	493
Outras	5.025	51.745	-	39.902
	651.604	558.269	490	40.738

28) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Tributos sobre a Receita				
ICMS	3.063.044	3.017.522	-	4.182
COFINS	1.230.972	1.228.455	-	-
PIS-PASEP	247.826	253.106	1	-
Outros	3.561	-	1	-
	4.545.403	4.499.083	2	4.182
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	180.499	144.922	-	-
Programa de Eficiência Energética – PEE	38.860	28.972	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	390.985	390.803	-	-
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	374.133	406.864	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	27.973	27.646	-	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	27.460	26.258	-	-
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	12.209	17.505	-	-
Encargos de Capacidade Emergencial	-	1.564	-	13
	1.052.119	1.044.534	-	13
	5.597.522	5.543.617	2	4.195

A CEMIG recolhe o ICMS incidente sobre a Parcela A e Reajuste Tarifário Diferido em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

29) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Pessoal	1.105.436	968.207	12.601	22.948
Obrigações Pós-Emprego	264.219	123.007	11.185	5.144
Materiais	104.981	93.596	243	421
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	69.573	58.908	-	-
Serviços de Terceiros	675.820	619.665	18.061	10.730
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.959.745	2.793.722	-	-
Depreciação e Amortização	715.045	778.144	350	701
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	130.565	137.349	-	-
Provisões Operacionais	205.832	290.598	63.109	30.085
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	724.408	649.737	-	-
Gás Comprado para Revenda	228.764	154.241	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas	321.315	294.516	12.897	15.085
	7.505.703	6.961.690	118.446	85.114

DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Remunerações e Encargos	1.042.601	995.975	6.204	18.911
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	48.678	34.274	2.057	1.487
Benefícios Assistenciais	125.330	116.640	2.797	2.550
	<u>1.216.609</u>	<u>1.146.889</u>	<u>11.058</u>	<u>22.948</u>
Programa Prêmio de Desligamento – PPD	50.374	-	1.543	-
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(161.547)	(178.682)	-	-
	<u>(111.173)</u>	<u>(178.682)</u>	<u>1.543</u>	<u>-</u>
	<u>1.105.436</u>	<u>968.207</u>	<u>12.601</u>	<u>22.948</u>

PROGRAMA PRÊMIO DESLIGAMENTO – PPD

Em 11 de março de 2008, foi aprovado pela Diretoria Executiva o Programa Prêmio Desligamento – PPD, de caráter permanente e aplicável sobre as rescisões dos contratos de trabalho, de forma livre e espontânea, a partir daquela data. Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 3 remunerações brutas e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do PPD.

Para os empregados com 55 anos de idade e 35 anos de contribuição, se do sexo masculino, ou 30 anos de contribuição, se do sexo feminino, somente são assegurados os incentivos financeiros do Programa se a adesão ocorrer no prazo máximo de 90 dias após a data de atendimento aos critérios de idade e tempo de contribuição mencionados.

Em 31 de dezembro de 2008 o PPD já contava com a adesão de 486 empregados (104 empregados da Cemig Geração e Transmissão S.A., 372 da Cemig Distribuição S.A. e 10 da Controladora), sendo reconhecida uma despesa referente aos incentivos financeiros no valor de R\$50.374.

SERVIÇO DE TERCEIROS	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	106.596	111.738	-	-
Comunicação	61.627	80.930	1.735	1.368
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	113.102	108.464	112	30
Conservação e Limpeza de Prédios	37.356	36.073	20	27
Mão de Obra Contratada	35.414	19.029	874	165
Fretes e Passagens	10.855	8.609	1.871	1.302
Hospedagem e Alimentação	19.490	16.850	298	210
Vigilância	14.784	15.128	-	1
Consultoria	22.658	17.283	3.520	2.673
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	28.051	27.522	9	25
Manutenção e Conservação de Veículos	22.200	19.113	356	191
Corte e Religação	22.400	31.309	-	-
Outros	181.287	127.617	9.266	4.738
	675.820	619.665	18.061	10.730

ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado	
	2008	2007
Energia de Itaipu Binacional	911.705	1.197.803
Energia de curto prazo	338.231	119.981
PROINFA	122.710	65.015
Contratos Iniciais	36.593	36.412
Contratos Bilaterais	431.885	350.067
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	957.915	996.809
Parcela A	160.706	27.635
	2.959.745	2.793.722

Os valores da Parcela A referem-se a transferência para o resultado dos valores respectivos recebidos na tarifa. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 08.

PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Prêmio de Aposentadoria	2.874	2.756	213	2.283
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	115.669	143.190	(11.959)	(6.994)
Provisão para Contingências Trabalhistas	4.677	54.131	2.656	40.862
Provisão para Processos Administrativos da ANEEL	6.823	42.948	(551)	6.609
Provisão (Reversão) para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	58.619	(5.974)	48.211	(6.475)
Provisão (Reversão) para Ações Cíveis – Majoração Tarifária	19.141	30.583	19.284	(7.371)
Outras Provisões (Reversões)	(1.971)	22.964	5.255	1.171
	205.832	290.598	63.109	30.085

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Arrendamentos e Aluguéis	40.657	34.102	578	604
Propaganda e Publicidade	32.731	26.235	655	395
Consumo Próprio de Energia Elétrica	15.226	16.729	-	-
Subvenções e Doações	43.264	40.648	960	870
Taxa de Fiscalização da ANEEL	41.543	37.441	-	-
Concessão Onerosa	8.564	14.434	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	18.083	16.461	196	160
Seguros	6.237	5.403	78	95
Contribuição ao MAE	4.139	3.485	4	3
Taxa de Licenciamento – TDRF (*)	24.117	22.535	-	-
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	12.382	19.968	-	69
FORLUZ – Custeio Administrativo	17.410	20.663	-	895
Outras Despesas (Recuperação de Despesa)	56.962	36.412	10.426	11.994
	321.315	294.516	12.897	15.085

(*) TFDR – Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias

30) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
RECEITAS FINANCEIRAS -				
Renda de Aplicação Financeira	292.745	200.464	8.323	16.023
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	168.774	122.659	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	153.622	158.991	-	-
Variação Monetária da CVA	40.924	45.108	-	-
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	113.817	404.900	4.356	26.594
Variação Monetária e Juros – Reajuste Tarifário Diferido	76.618	130.676	-	-
Variações Cambiais	13.039	119.828	155	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(44.997)	(64.880)	(34.784)	(36.945)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	31.250	8.279	-	-
Ajuste a Valor Presente	18.060	17.850	-	-
Compensação Financeira – RME	82.702	-	82.702	-
Rendas FIDC	-	-	25.870	35.656
Outras	147.150	159.986	29.816	35.807
	<u>1.093.704</u>	<u>1.303.861</u>	<u>116.438</u>	<u>77.135</u>
DESPESAS FINANCEIRAS -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(851.399)	(851.855)	(10.485)	(10.185)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(8.379)	(139.048)	-	-
Variação Monetária da CVA	(28.959)	(36.661)	-	-
Variações Cambiais	(135.342)	(9.841)	(16)	(1.708)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(91.680)	(26.343)	(2.375)	(237)
C.P.M.F.	(4.200)	(66.780)	-	(5.536)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre – Atualização	(25.021)	(174.832)	(4.356)	(26.594)
Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(194.508)	-	-
Reversão da Provisão PIS/COFINS sobre a Receita	108.090	-	-	-
Outras	(150.443)	(149.508)	(40.950)	(31.532)
	<u>(1.187.333)</u>	<u>(1.649.376)</u>	<u>(58.182)</u>	<u>(75.792)</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>(93.629)</u>	<u>(345.515)</u>	<u>58.256</u>	<u>1.343</u>

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre as receitas financeiras com ativos regulatórios e juros sobre o capital próprio.

Foi registrada em 2008 um estorno de despesa financeira no montante de R\$108.090 referente à decisão judicial final favorável a Light em ação onde foi questionada a incidência de tributação do PIS e COFINS sobre a receita financeira. Vide maiores detalhes na Nota Explicativa nº 24.

A Companhia reconheceu um ganho financeiro, no 2º trimestre de 2008, no montante de R\$82.702, referente a uma compensação financeira a ser paga pelos acionistas da RME pela renúncia da CEMIG de exercer a opção de compra dos direitos dos sócios da RME sobre os ativos de geração da Light por um valor previamente acordado. Um dos acionistas da RME realizou o pagamento integral em julho de 2008 sendo que os demais farão o pagamento em um período máximo de 9 anos, com correção pela SELIC mais 1,00% ao ano, utilizando-se de 10,00% dos dividendos a serem pagos pela LIGHT aos acionistas da RME nesse período.

31) – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A Companhia e suas controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão utilizaram como critério inicial para pagamento da participação dos empregados nos resultados dos exercícios de 2008 e 2007 um percentual de 3% do resultado operacional, ajustado por alguns itens definidos pela ANEEL na Prestação Anual de Contas – PAC. Adicionalmente, nos acordos coletivos em novembro de 2008 e 2007, foram pactuadas com os sindicatos pagamentos de parcelas extraordinárias de R\$272.649 e R\$358.573, respectivamente. As parcelas adicionais mencionadas foram pagas dentro dos próprios exercícios.

Em conformidade com os referidos acordos, a participação no resultado dos exercícios de 2008 e 2007, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, corresponderam a R\$370.350 e R\$454.885, respectivamente.

32) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Controladora e Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	682.227	674.408	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	12.117	127	9.967	2.463	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	517.707	564.780	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	394	351	36	2.694	-	-	-	-
Light S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	61.922	-	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores (1)	1.616	2.021	-	-	69.622	65.870	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante (2)	165.307	167.308	281.134	268.302	(2.575.789)	(2.535.715)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (3)	1.800.873	1.763.277	-	-	-	123.335	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante (2)	79.170	57.901	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores (4)	17.200	36.795	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	125.677	-	-	-	-
Debêntures (5)	-	-	32.936	146.705	-	-	112.769	(40.226)
Fundo de Direitos Creditórios (6)	-	-	990.280	990.386	-	-	-	-
Financiamentos – BDMG (7)	-	-	19.957	18.392	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (8)	-	-	74.969	88.665	-	-	(207.876)	(101.696)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante (8)	-	-	1.146.791	1.131.967	-	-	-	-
Outros	-	-	73.133	89.410	-	-	-	-
Pessoal (09)	-	-	-	-	-	-	(48.678)	(34.274)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(15.713)	(20.663)
Outros								
Juros sobre Capital Próprio	153.631	141.391	-	-	36.747	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	5.356	4.785	-	75.045	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia. O saldo no montante de R\$17.200 em 31 de dezembro de 2008 a curto e longo prazo, inclui os valores a receber da COPASA, que foram renegociados para pagamento em 96 meses
- (2) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.
- (3) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 14;
- (4) Parcela substancial do valor refere-se a renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- (5) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$ 120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2008 foi ajustado a valor presente, conforme nota explicativa nº 21.);
- (6) Quotas seniores de propriedade de terceiros, no valor de R\$900.000, amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano. Vide informações Nota Explicativa nº 14;
- (7) Financiamentos das controladas Transudeste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a. a.);
- (8) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024. Vide informações Nota Explicativa nº 23.
- (9) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 23) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores no exercício de 2008 é conforme segue:

Remuneração	5.716
Benefícios Forluz	442
Benefícios outros	371
Total	<u><u>6.529</u></u>

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 11, 14, 20, 21, 23, 24, 25, 29 e 31.

33) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Créditos a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos ao valor justo e encontram -se classificados conforme abaixo:

- Mantidos para negociação: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras e os instrumentos derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Recebíveis: encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores e revendedores e créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva e ajustados ao valor justo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da CEMIG estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2008, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado e Controladora	
	2008	2007
Dólar Norte-Americano (nota 20)		
Empréstimos e Financiamentos	411.479	361.652
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap (*)	(63.198)	(122.099)
	<u>348.281</u>	<u>239.553</u>
Yen (nota 20)		
Empréstimos e Financiamentos	100.160	61.483
(-) Operações Contratadas de Hedge	(100.037)	(61.409)
	<u>123</u>	<u>74</u>
Outras Moedas Estrangeiras (nota 20)		
Empréstimos e Financiamentos		
Euro	30.006	28.874
Outros	5.229	4.533
	<u>35.235</u>	<u>33.407</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>383.639</u>	<u>273.034</u>

(*) Inclui a operação contratada de R\$75.000

A Companhia estima que, em um cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2009 será de 0,55%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Base 2008	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	411.479	413.768	517.650	621.532
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap (*)	(63.198)	(63.550)	(79.505)	(95.460)
	<u>348.281</u>	<u>350.218</u>	<u>438.145</u>	<u>526.072</u>
Yen				
Empréstimos e Financiamentos	100.160	100.717	126.004	151.290
(-) Operações Contratadas de Hedge	(100.037)	(100.593)	(125.849)	(151.104)
	<u>123</u>	<u>124</u>	<u>155</u>	<u>186</u>
Outras Moedas Estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos				
Euro	30.006	30.173	37.748	45.324
Outros	5.229	5.258	6.578	7.898
	<u>35.235</u>	<u>35.431</u>	<u>44.326</u>	<u>53.222</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>383.639</u>	<u>385.773</u>	<u>482.626</u>	<u>579.480</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial	-	<u>(2.134)</u>	<u>(98.987)</u>	<u>(195.841)</u>

Risco de Taxa de juros

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), no montante de R\$109.272, em 31 de dezembro de 2008 (R\$144.305 em 31 de dezembro de 2007).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 5)	1.953.165	1.622.729	239.545	16.214
Ativos Regulatórios (nota 7)	1.642.528	1.914.959	-	-
	<u>3.595.693</u>	<u>3.537.688</u>	<u>239.545</u>	<u>16.214</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 20)	(5.122.700)	(5.426.247)	(80.328)	(79.322)
Passivos Regulatórios (nota 7)	(668.916)	(1.139.243)	-	-
Operações Contratadas de Hedge/Swap (nota 33)	(162.235)	(183.508)	-	-
	<u>(5.953.851)</u>	<u>(6.748.998)</u>	<u>(80.328)</u>	<u>(79.322)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.358.158)</u>	<u>(3.211.310)</u>	<u>159.217</u>	<u>(63.108)</u>

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC no final de 2009 será de R\$11,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Base 2008 CDI 13,75%	Cenário Provável SELIC 11,75%	Cenário Possível SELIC 14,69%	Cenário Remoto SELIC 17,63%
Ativos				
Aplicações Financeiras	1.953.165	1.914.102	1.971.525	2.028.948
Ativos Regulatórios	1.642.528	1.609.677	1.657.968	1.706.258
	<u>3.595.693</u>	<u>3.523.779</u>	<u>3.629.493</u>	<u>3.735.206</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(5.122.700)	(5.020.246)	(5.170.853)	(5.321.461)
Passivos Regulatórios	(668.916)	(655.538)	(675.204)	(694.870)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(162.235)	(158.990)	(163.760)	(168.530)
	<u>(5.953.851)</u>	<u>(5.834.774)</u>	<u>(6.009.817)</u>	<u>(6.184.860)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.358.158)</u>	<u>(2.310.995)</u>	<u>(2.380.325)</u>	<u>(2.449.655)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC	-	<u>(47.163)</u>	<u>22.167</u>	<u>91.497</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da CEMIG e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é basicamente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. As cláusulas restritivas foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2008 e durante todo o exercício de 2008.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”) ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ganho em 2008 no montante de R\$31.250 e uma perda em 2007 no montante de R\$186.229, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, a CEMIG adotou o Pronunciamento Técnico CPC nº 14 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. Os impactos referentes a sua adoção, no montante de R\$9.755, referem-se a diferença entre o valor justo apurado, novo critério de reconhecimento utilizado, e o valor da curva de mercado para os instrumentos derivativos – “Swap” da Companhia.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pelas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição em 31 de dezembro de 2008.

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Valor principal contratado*		Perda não realizada				Efeito Acumulado	
			Valor conforme contrato		Valor Justo		Valor recebido	Valor pago		
			2008	2007	2008	2007	2008	2007	31/12/2008	
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,50% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	US\$59.135	US\$68.932	(87.672)	(126.620)	(97.301)	(135.741)	-	(23.884)
¥ (Yen Japonês) variação cambial + taxa (3,90 % a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	¥3.878.825	¥3.878.825	2.963	(39.828)	2.837	(48.648)	-	(9.634)
R\$ 106,00% do CDI	R\$ ou US\$ 48,00% do CDI ou variação cambial mensal (o que for maior)	Em 04/2010	R\$75.000	-	132	-	132	-	2.052	(32.438)
					(84.577)	(166.448)	(94.332)	(184.389)	2.052	(65.956)

(*) Valor principal contratado (em milhares) nas datas de 30/09/2008 e 30/06/2008.

Adicionalmente a controlada em conjunto Light utiliza operações de “swap” para redução dos riscos da variação cambial, cujo valor líquido não realizado destas operações, em 31 de dezembro de 2008, é positivo em R\$2.771 (negativo em R\$2.532 em 31 de dezembro de 2007).

c) Análise de sensibilidade

Os dois primeiros instrumentos derivativos demonstrados na tabela acima indicam que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia estima que a taxa do CDI no final de 2009 será de 11,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa do CDI de 25% e 50% em relação a 31 de dezembro de 2008, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de dezembro de 2009 seria de 14,69% e 17,63% respectivamente.

O último instrumento derivativo demonstrado na tabela acima indica que a Companhia está exposta a variação da cotação do dólar norte-americano em relação ao Real (caso seja superior a 48,00% do CDI). A Companhia estima que a cotação do dólar norte-americano em relação ao Real no final de 2009 será de R\$2,35. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta uniforme na cotação do dólar de 25% e 50% em 2009, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários possível e remoto, a cotação do dólar em 31 de dezembro de 2009 seria de R\$2,94 e R\$3,53 respectivamente.

	Base	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Hedge em US\$ e Yen	(238.235)	(233.470)	(240.474)	(247.479)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		4.765	(2.239)	(9.244)
Risco - Alta do US\$				
R\$106,00% do CDI	75.000	75.417	94.352	113.286
Efeito Líquido da Variação do US\$		(417)	(19.352)	(38.286)

34) – SEGUROS

A CEMIG mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
CEMIG, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	28/04/2008 a 28/04/2009	15.944	228
Aeronáutico – Aeronaves	Responsabilidade Civil	28/04/2008 a 28/04/2009	56.088	62
Almoxarifados, Instalações Prediais e Equipamentos de Telecomunicações	Incêndio	10/08/2008 a 10/08/2009	626.066	96
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência	Total	05/05/2008 a 05/05/2009	* 1.777.281	3.064
Light				
Diretores e Conselheiros	Total	10/08/2008 a 10/08/2009	70.110	196
Responsabilidade Civil Geral	Total	25/09/2008 a 25/09/2009	18.277	504
Risco Operacional	Total	31/10/2008 a 31/10/2009	** 2.259.176	1.108

(*) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$143.784 mil;

(**) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$348.892 mil.

A CEMIG, exceto para o ramal aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a CEMIG não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

35) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A CEMIG e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 em diante	Total
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.280.148	834.201	884.518	1.090.601	1.224.035	1.034.865	996.370	7.344.738
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	767.576	917.611	946.556	979.153	1.013.733	-	-	4.624.629
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	67.140	72.340	75.138	76.971	82.725	-	-	374.314
Dívida com Plano de Pensão Forluz	74.969	78.349	67.504	63.407	41.346	43.826	572.511	941.912
Compra de Energia Leilão	1.384.505	2.215.979	2.812.886	3.036.830	2.875.593	-	-	12.325.793
Investimentos Regulatórios	677.380	473.825	421.644	418.918	-	-	-	1.991.767
Luz para Todos 2	157.573	249.786	-	-	-	-	-	407.359
Concessões Onerosas	2.362	2.363	2.363	7.395	14.441	14.441	312.842	356.207
Total	4.411.653	4.844.454	5.210.609	5.673.275	5.251.873	1.093.132	1.881.723	28.366.719

36) – REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. E DA LIGHT SESA

a) Cemig Distribuição

Em 07 de abril de 2008, a ANEEL divulgou o resultado da 2ª Revisão Tarifária da Cemig D. O impacto percebido pelos consumidores foi uma redução média de 12,24% nas contas de energia elétrica a partir de 8 de abril de 2008, devendo ser considerado que o reajuste teve aplicação diferenciada por categoria de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram uma redução de 17,11% em suas contas de energia comparada a uma redução de 8,02% para os consumidores de alta tensão.

O resultado da Revisão se insere no contexto da regulamentação em vigor que prevê o repasse de ganhos de produtividade à tarifa cobrada aos consumidores, resultantes de redução de custos obtida nos últimos anos do ciclo tarifário.

No que se refere às tarifas de uso do Sistema de Distribuição – TUSD, cobradas dos consumidores livres em função da utilização da rede da Cemig Distribuição, ocorreu um aumento de 2,01% na tarifa, resultado principalmente do aumento de 3,25% nos consumidores conectados em 138kV.

Deve-se ressaltar que a partir do 2º ciclo de revisão tarifária da Cemig D, as Obrigações Especiais passaram a ser amortizadas, com o registro a crédito no resultado do exercício, utilizando-se a taxa média de depreciação dos ativos que lhe deram origem. O crédito no resultado de 2008 referente a essa depreciação correspondeu a R\$85.187.

b) Light SESA

Em reunião pública realizada em 04 de novembro de 2008, a ANEEL estabeleceu, provisoriamente, o reposicionamento tarifário estrutural da Light Serviços de Eletricidade S/A em 1,96%, que entrou em vigor em 07 de novembro de 2008. Considerando os adicionais financeiros de 2,30%, o impacto na tarifa atingiu 4,27%. Em decorrência da retirada da base tarifária de um componente financeiro de -0,41% que havia sido adicionado no reajuste anual de 2007, o efeito médio na tarifa percebido pelos consumidores correspondeu a 4,70%.

Com relação aos adicionais financeiros, cabe ressaltar que a ANEEL deu provimento ao recurso administrativo interposto pela Light quando de seu reajuste de 2007. Neste recurso, a empresa solicitou o recálculo da CVA Energia referente ao período de 2005 e 2006. O impacto desta decisão foi de R\$76,8 milhões na Light, representando um adicional tarifário de 1,48%, vigente por 12 meses.

O processo de revisão tarifária tem como principais resultados: o reposicionamento tarifário, que estabelece tarifas compatíveis com a cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração sobre os investimentos prudentes e; o Fator X, que estabelece metas de produtividade para o período tarifário subsequente.

Para o cálculo do reposicionamento tarifário, a ANEEL realiza a apuração: (i) dos custos operacionais eficientes, utilizando a metodologia de Empresa de Referência – ER, (ii) dos investimentos prudentes, utilizando a Base de Remuneração Regulatória, (iii) do nível de perdas regulatórias a serem repassadas aos consumidores e (iv) dos custos não-gerenciáveis, que são a Parcela A.

37) – EVENTOS SUBSEQUENTES

Foi anunciada pela Companhia, em 04 de fevereiro de 2009, a aquisição de 49% da participação societária em três parques eólicos, localizados no Ceará, com potência total de quase 100 MW e previsão de início de operações em 90 dias. A CEMIG vai investir R\$ 213 milhões na aquisição desses três parques eólicos.

Com a concretização do negócio, a CEMIG passa a ter participação de 49% nas seguintes empresas: Central Eólica Praias de Parajuru (28,8 MW), no município de Beberibe (a 110 km de Fortaleza), Central Eólica Praia do Morgado (28,8 MW) e Central Eólica Volta do Rio (42,0 MW), ambas no município de Acaraú (a cerca de 250 km de Fortaleza), totalizando 99,6 MW de potência instalada.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela CEMIG estarão sujeitas à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Caixa Econômica Federal e da Eletrobrás. Além disso, a operação será notificada ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade.

38) – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	RME Light	ETEP, ENTE,		GASMIG	INFOVIAS	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
					ERTE, EATE,	ECTE							
ATIVO	10.907.276	7.673.059	9.610.382	2.350.157	316.226	-	493.455	283.895	147.163	122.939	737.068	(8.300.152)	24.341.468
Disponibilidade	256.906	862.098	442.421	148.004	15.041	-	134.707	23.226	55.106	45.565	300.863	-	2.283.937
Contas a Receber	2.260.207	407.919	1.754.468	393.863	10.236	-	152.739	-	5.309	2.249	33.242	(623.508)	4.396.724
Ativo Regulatório	-	19.183	1.683.201	119.807	-	-	-	-	-	-	-	-	1.822.191
Outros Ativos	524.335	538.412	1.363.624	599.999	12.921	-	37.633	49.035	15.457	2.523	58.213	(71.486)	3.130.666
Investimentos/Imobilizado	7.865.828	5.845.447	4.366.668	1.088.484	278.028	-	168.376	211.634	71.291	72.602	344.750	(7.605.158)	12.707.950
PASSIVO	10.907.276	7.673.059	9.610.382	2.350.157	316.226	-	493.455	283.895	147.163	122.939	737.068	(8.300.152)	24.341.468
Fornecedores e suprimentos	7.134	146.729	608.261	121.554	885	-	28.016	9.556	6.836	5.806	18.994	(61.873)	891.898
Empréstimo, Financiamento e Debentures	80.327	2.740.911	2.722.668	542.606	168.540	-	-	-	-	-	99.406	990.280	7.344.738
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	960.129	551.834	682.227	61.922	11.285	-	12.376	-	19.797	19.499	90.574	(1.449.614)	960.129
Obrigações Pós-Emprego	56.842	278.588	886.330	258.041	-	-	-	-	-	-	-	-	1.479.801
Outros Passivos	438.418	473.858	2.234.885	737.545	18.926	-	133.960	9.361	25.150	6.347	52.997	(173.787)	3.957.660
Participações minoritárias	-	-	-	338.483	4.333	-	-	-	-	-	-	-	342.816
Patrimônio Líquido	9.364.426	3.481.139	2.476.011	290.006	112.257	-	319.103	264.978	95.380	91.287	474.997	(7.605.158)	9.364.426
RESULTADO													
Receita Operacional Líquida	488	2.947.740	6.146.654	1.351.301	82.750	-	300.908	82.933	41.536	32.104	175.865	(271.960)	10.890.319
CUSTOS E DESPESA OPERACIONAL													
Pessoal	(12.601)	(259.834)	(747.884)	(59.238)	(2.225)	-	(11.185)	(8.639)	(865)	(1.057)	(1.908)	-	(1.105.436)
Pessoal - Administradores e Conselheiros													
Obrigações Pós-Emprego	(11.185)	(48.017)	(148.674)	(56.343)	-	-	-	-	-	-	-	-	(264.219)
Materiais	(243)	(17.072)	(80.409)	(4.266)	(251)	-	(1.059)	(608)	(642)	(159)	(272)	-	(104.981)
Materia Prima	-	(69.573)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(69.573)
Serviços de Terceiros	(18.061)	(114.055)	(425.805)	(69.207)	(4.681)	-	(4.164)	(17.240)	(3.102)	(2.572)	(16.533)	-	(675.820)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	-	(127.069)	-	-	-	-	-	-	-	(932)	(2.564)	-	(130.565)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(13.167)	(2.416.709)	(674.790)	-	-	-	-	(47)	(2.871)	(13.992)	161.831	(2.959.745)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(271.878)	(459.254)	(91.004)	-	-	-	-	-	(3.370)	(9.031)	110.129	(724.408)
Depreciação e Amortização	(350)	(224.166)	(353.842)	(78.340)	(8.792)	-	(4.026)	(27.346)	(2.882)	(2.173)	(13.128)	-	(715.045)
Provisões Operacionais	(63.109)	(1.105)	(88.512)	(50.288)	-	-	-	(30)	-	-	(2.788)	-	(205.832)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	-	(228.764)	-	-	-	-	-	(228.764)
Outras Despesas Líquidas	(12.897)	(101.757)	(173.100)	(16.828)	(1.384)	-	(5.629)	(4.770)	(1.970)	(291)	(2.689)	-	(321.315)
	(118.446)	(1.247.693)	(4.894.189)	(1.100.304)	(17.333)	-	(254.827)	(58.633)	(9.508)	(13.425)	(63.305)	271.960	(7.505.703)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras	(117.958)	1.700.047	1.252.465	250.997	65.417	-	46.081	24.300	32.028	18.679	112.560	-	3.384.616
Resultado Financeiro	58.256	(244.817)	(6.503)	79.996	(22.873)	-	16.575	5.016	6.168	4.624	9.929	-	(93.629)
Lucro (prejuízo) Operacional	(59.702)	1.455.230	1.245.962	330.993	42.544	-	62.656	29.316	38.196	23.303	122.489	-	3.290.987
Resultado Não Operacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	(59.702)	1.455.230	1.245.962	330.993	42.544	-	62.656	29.316	38.196	23.303	122.489	-	3.290.987
Imposto de Renda e Contribuição Social	(118.643)	(383.181)	(273.521)	(75.383)	(6.088)	-	(15.507)	(5.380)	(10.921)	(2.674)	(23.034)	-	(914.332)
Participações Minoritárias	-	-	-	(119.211)	(59)	-	-	-	-	-	-	-	(119.270)
Participações dos Empregados	(10.654)	(86.296)	(263.083)	(7.882)	-	-	(1.309)	(250)	(104)	(772)	-	-	(370.350)
Lucro Líquido do Exercício	(188.999)	985.753	709.358	128.517	36.397	-	47.149	22.627	27.025	20.525	98.683	-	1.887.035

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	RME Light	ETEP, ENTE, ERT E, EATE, ECTE	GASMIG	INFOVIAS	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	9.938.281	7.698.037	10.005.365	2.222.708	270.472	382.013	366.640	155.397	119.614	489.939	(7.473.193)	24.175.273
Disponibilidade	21.953	916.288	636.286	122.553	35.371	111.387	30.065	48.885	37.398	106.033	-	2.066.219
Contas a Receber	2.156.784	345.927	1.836.512	407.057	8.375	148.373	7.841	4.741	3.139	27.683	(57.585)	4.388.837
Ativo Regulatório	-	45.898	2.423.558	109.209	-	-	-	-	-	-	-	2.578.665
Outros Ativos	670.662	572.697	1.078.030	571.992	3.267	32.345	135.124	29.496	4.692	26.797	(121.448)	3.003.654
Investimentos/Imobilizado	7.088.882	5.817.227	4.030.979	1.011.897	223.459	89.908	193.610	72.275	74.385	329.426	(6.794.150)	12.137.898
PASSIVO	9.938.281	7.698.037	10.005.365	2.222.708	270.472	382.013	366.640	155.397	119.614	489.939	(7.473.193)	24.175.273
Fornecedores e suprimentos	11.781	262.116	883.381	122.110	633	31.068	6.535	5.223	3.920	20.138	(70.208)	1.276.697
Emprestimo, Financiamento e Debentures	79.322	2.995.217	2.752.083	487.984	144.303	-	5.615	-	-	67.694	990.386	7.522.604
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	881.457	541.518	674.408	26.576	16.130	8.135	7.608	21.954	18.008	69.556	(1.383.893)	881.457
Obrigações Pós-Emprego	55.538	276.170	888.924	250.262	-	-	-	-	-	-	-	1.470.894
Outros Passivos	502.127	609.923	2.373.620	751.670	9.336	150.712	17.177	34.142	7.394	39.006	(215.328)	4.279.779
Participações minoritárias	-	-	-	318.549	-	-	-	-	-	-	-	318.549
Patrimônio Líquido	8.408.056	3.013.093	2.432.949	265.557	100.070	192.098	329.705	94.078	90.292	293.545	(6.794.150)	8.425.293
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	36.543	2.665.603	5.976.411	1.252.732	67.924	231.747	68.263	38.638	29.522	130.833	(252.302)	10.245.914
CUSTOS E DESPESA OPERACIONAL												
Pessoal	(22.948)	(228.090)	(618.904)	(71.691)	(1.661)	(11.334)	(8.081)	(973)	(1.207)	(3.318)	-	(968.207)
Obrigações Pós-Emprego	(5.144)	(22.982)	(73.570)	(21.311)	-	-	-	-	-	-	-	(123.007)
Materiais	(421)	(18.085)	(69.361)	(3.902)	(264)	(1.003)	-	(213)	(156)	(191)	-	(93.596)
Materia Prima	-	(58.409)	-	-	-	-	(499)	-	-	-	-	(58.908)
Serviços de Terceiros	(10.730)	(95.512)	(395.541)	(68.325)	(3.699)	(4.407)	(15.836)	(4.249)	(2.570)	(18.796)	-	(619.665)
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos	-	(129.828)	(3.247)	-	-	-	-	(1.298)	(1.028)	(1.948)	-	(137.349)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(75.448)	(2.164.173)	(646.445)	-	-	-	(248)	(740)	(10.911)	104.243	(2.793.722)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(257.204)	(446.838)	(85.393)	-	-	-	-	(3.303)	(5.068)	148.059	(649.737)
Depreciação e Amortização	(701)	(223.486)	(416.891)	(82.219)	(7.409)	(4.344)	(25.640)	(2.508)	(2.173)	(12.773)	-	(778.144)
Provisões Operacionais	(30.085)	(6.011)	(175.959)	(74.698)	-	(672)	(21)	-	-	(3.152)	-	(290.598)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(154.241)	-	-	-	-	-	(154.241)
Outras Despesas Líquidas	(15.085)	(80.476)	(204.652)	(34.458)	(1.206)	(4.453)	48.710	(499)	(311)	(2.086)	-	(294.516)
	(85.114)	(1.195.531)	(4.568.136)	(1.088.442)	(14.239)	(180.454)	(1.367)	(9.988)	(11.488)	(58.233)	252.302	(6.961.630)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras	(48.571)	1.470.072	1.407.275	164.290	53.685	51.293	66.896	28.650	18.034	72.600	-	3.284.224
Resultado Financeiro	1.343	(325.303)	10.945	(52.252)	(11.409)	11.181	5.576	4.593	3.286	6.525	-	(345.515)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	(47.228)	1.144.769	1.418.220	112.038	42.276	62.474	72.472	33.243	21.320	79.125	-	2.938.709
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(116.565)	(282.821)	(311.719)	150.493	(13.340)	(16.337)	(15.630)	(9.199)	(2.364)	(8.101)	-	(625.583)
Participações Minoritárias	-	-	-	(115.480)	-	-	-	-	-	-	-	(115.480)
Participações dos Empregados	(12.288)	(109.976)	(332.201)	-	-	-	(420)	-	-	-	-	(454.885)
Lucro Líquido do Exercício	(176.081)	751.972	774.300	147.051	29.936	46.137	56.422	24.044	18.956	71.024	-	1.742.761

* * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Moraes
Diretor Presidente

Arlindo Porto Neto
Diretor Vice-Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças, Relações com
Investidores e Controle de
Participações

**Luiz Henrique de Castro
Carvalho**
Diretor de Geração e Transmissão

**Fernando Henrique Schüffner
Neto**
Diretor de Distribuição e
Comercialização

**Bernardo Afonso Salomão de
Alvarenga**
Diretor Comercial

**Marco Antonio Rodrigues da
Cunha**
Diretor de Gestão Empresarial

José Carlos de Matos
Diretor de Desenvolvimento de
Novos Negócios e,
cumulativamente, Diretor de Gás

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
Contador – CRC-MG-53.140

Mário Lúcio Braga
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-47.822

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Holding	Geração	Transmissão	Distribuição	Outras	Eliminação	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL							
Fornecimento de Bruto de Energia Elétrica	-	3.239.341	-	10.357.721	250.602	(161.831)	13.685.833
Receita de Uso da Rede	-	111.116	505.983	1.397.103	246.331	(110.129)	2.150.404
Outras Receitas	490	26.295	4.631	247.317	372.871	-	651.604
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(2)	(734.255)	(129.245)	(4.575.575)	(158.445)	-	(5.597.522)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	488	2.642.497	381.369	7.426.566	711.359	(271.960)	10.890.319
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(12.255)	(912)	(3.091.499)	(16.910)	161.831	(2.959.745)
Encargo de Uso do Sist. de Trans. e Distr.	-	(271.761)	(117)	(550.258)	(12.401)	110.129	(724.408)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(228.764)	-	(228.764)
	-	(284.016)	(1.029)	(3.641.757)	(258.075)	271.960	(3.912.917)
CUSTO DE OPERAÇÃO							
Pessoal	-	(135.787)	(86.549)	(708.240)	(18.806)	-	(949.382)
Entidade de Previdência Privada	-	(27.246)	(16.013)	(162.336)	(3.790)	-	(209.385)
Material	-	(10.781)	(5.605)	(80.032)	(3.313)	-	(99.731)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-	(69.573)	-	-	-	-	(69.573)
Serviços de Terceiros	-	(67.150)	(23.796)	(409.294)	(41.406)	-	(541.646)
Depreciação e Amortização	-	(189.156)	(38.851)	(415.602)	(58.121)	-	(701.730)
Provisões	-	(3.083)	2.673	(22.862)	(2.788)	-	(26.060)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hídricos	-	(127.069)	-	-	(3.496)	-	(130.565)
Outras	-	(45.477)	(19.466)	(93.982)	(23.234)	-	(182.159)
	-	(675.322)	(187.607)	(1.892.348)	(154.954)	-	(2.910.231)
CUSTO TOTAL	-	(959.338)	(188.636)	(5.534.105)	(413.029)	271.960	(6.823.148)
LUCRO BRUTO	488	1.683.159	192.733	1.892.461	298.330	-	4.067.171
DESPESA OPERACIONAL							
Despesas com Vendas	-	(1.861)	-	(105.494)	(1.034)	-	(108.389)
Despesas Administrativas	(118.446)	(62.782)	(30.035)	(216.013)	(14.349)	-	(441.625)
Outras	-	(18.304)	(2.339)	(111.680)	(218)	-	(132.541)
	(118.446)	(82.947)	(32.374)	(433.187)	(15.601)	-	(682.555)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	(117.958)	1.600.212	160.359	1.459.274	282.729	-	3.384.616
RECEITA(DESPEAS) FINANCEIRAS	58.256	(277.369)	13.291	87.608	24.585	-	(93.629)
Lucro(prejuízo) Operacional antes do Imposto de Renda e Contribuição Social e Participação dos Empregados	(59.702)	1.322.843	173.650	1.546.882	307.314	-	3.290.988
Imposto de Renda e Contribuição Social	(118.643)	(351.116)	(41.515)	(338.469)	(64.589)	-	(914.332)
Participação dos Empregados	(10.654)	(59.868)	(26.840)	(270.040)	(2.948)	-	(370.350)
Participações Minoritárias	-	-	-	(119.211)	(59)	-	(119.270)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DO EXERCÍCIO	(188.999)	911.859	105.295	819.162	239.718	-	1.887.035

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Holding	Geração	Transmissão	Distribuição	Outras	eliminação	Total
RECEITA OPERACIONAL							
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	3.086.293	-	10.312.757	12	(113.730)	13.285.332
Receita de Uso da Rede	-	106.593	525.838	1.461.558	-	(148.059)	1.945.930
Outras Receitas Operacionais	40.738	42.864	9.789	87.721	383.910	(6.753)	558.269
	40.738	3.235.750	535.627	11.862.036	383.922	(268.542)	15.789.531
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(4.195)	(649.391)	(126.300)	(4.685.586)	(78.145)	-	(5.543.617)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	36.543	2.586.359	409.327	7.176.450	305.777	(268.542)	10.245.914
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA E GÁS							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(102.597)	-	(2.811.398)	(38)	120.311	(2.793.722)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(265.462)	-	(532.334)	-	148.059	(649.737)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(154.241)	-	(154.241)
	-	(368.059)	-	(3.343.732)	(154.279)	268.370	(3.597.700)
CUSTO DE OPERAÇÃO							
Pessoal e Administradores	-	(131.674)	(81.651)	(653.052)	-	-	(866.377)
Obrigações Pós-Emprego	-	(14.406)	(8.070)	(87.878)	-	-	(110.354)
Materiais	-	(11.480)	(6.817)	(71.189)	(444)	-	(89.930)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-	(58.409)	-	-	-	-	(58.409)
Serviços de Terceiros	-	(88.025)	(26.415)	(378.064)	(8.427)	103	(500.828)
Depreciação e Amortização	-	(206.680)	(46.916)	(464.842)	(29.758)	-	(748.196)
Provisões Operacionais	-	(7.716)	277	(42.475)	-	-	(49.914)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(134.102)	-	-	-	-	(134.102)
Outras	-	(41.765)	(16.366)	(97.651)	(12.572)	69	(168.285)
	-	(694.257)	(185.958)	(1.795.151)	(51.201)	172	(2.726.395)
CUSTO TOTAL	-	(1.062.316)	(185.958)	(5.138.883)	(205.480)	268.542	(6.324.095)
LUCRO BRUTO	36.543	1.524.043	223.369	2.037.567	100.297	-	3.921.819
DESPESA OPERACIONAL							
Despesas com Vendas	-	(8.017)	-	(227.148)	(672)	-	(235.837)
Despesas Gerais e Administrativas	(74.071)	(41.199)	(16.615)	(186.132)	(1.869)	-	(319.886)
Outras Despesas Operacionais	(11.043)	(9.543)	(7.871)	(75.075)	21.660	-	(81.872)
	(85.114)	(58.759)	(24.486)	(488.355)	19.119	-	(637.595)
Lucro Operacional antes do resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	(48.571)	1.465.284	198.883	1.549.212	119.416	-	3.284.224
Resultado Financeiro	1.343	(333.805)	(14.416)	(15.632)	16.995	-	(345.515)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(47.228)	1.131.479	184.467	1.533.580	136.411	-	2.938.709
Imposto de Renda e Contribuição Social	(116.565)	(267.723)	(45.274)	(163.776)	(32.245)	-	(625.583)
Participação dos Empregados	(12.288)	(72.586)	(37.390)	(332.201)	(420)	-	(454.885)
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	-	-	-	-	(115.480)	-	(115.480)
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	(176.081)	791.170	101.803	1.037.603	(11.734)	-	1.742.761

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG
Belo Horizonte – MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e os balanços patrimoniais consolidados dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis da controlada em conjunto e da controlada indireta em conjunto, Rio Minas Energia Participações S.A. e Light S.A., respectivamente, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram examinadas por outros auditores independentes. Nas demonstrações contábeis da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG a participação nestas empresas foi avaliada pelo método de equivalência patrimonial, e representava investimento de R\$ 265,5 milhões, e a participação desse investimento no resultado do exercício de 2007 totalizou R\$ 147,7 milhões de lucro. As demonstrações contábeis dessas investidas, com ativos totais proporcionais de R\$ 2.236,6 milhões em 31 de dezembro de 2007, foram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas daquele exercício. Nosso relatório, no que se refere aos valores gerados por essas investidas no referido exercício, está fundamentado exclusivamente nos pareceres dos auditores independentes da Rio Minas Energia Participações S.A. e da Light S.A.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos pareceres de auditoria de outros auditores independentes sobre os saldos decorrentes das investidas, conforme mencionado no primeiro parágrafo, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações contábeis referentes ao exercício anterior estão sendo apresentadas, para fins de comparação, nas mesmas bases adotadas para o exercício de 2008, conforme previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, aprovada pela Deliberação CVM nº 506/06. Adicionalmente, de acordo com a Lei nº. 11.638/07 a demonstração de origens e aplicações de recursos, apresentada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007, foi substituída pela demonstração dos fluxos de caixa.

5. Conforme descrito nas notas explicativas nºs 9, 18 e 23, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2008, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 36 (itens a e b), em decorrência da segunda revisão tarifária periódica prevista nos contratos de concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da controlada Cemig Distribuição S.A. e da controlada indireta Light Serviços de Eletricidade S.A. – Light SESA, em -12,24% e 1,96%, respectivamente, a ser aplicado para o período a partir de 8 de abril de 2008 e 7 de novembro de 2008, respectivamente. No caso da controlada indireta Light Serviços de Eletricidade S.A. – Light SESA, considerando os adicionais financeiros de 2,30%, o impacto na tarifa atingiu 4,27%. Possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia e de sua controlada Cemig Distribuição S.A. e sua controlada indireta Light Serviços de Eletricidade S.A. – Light SESA, em exercícios subsequentes.

7. As demonstrações contábeis da Fundação de Seguridade Social Braslight, fundo de pensão patrocinado pela controlada indireta em conjunto Light S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram auditadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer, datado de 29 de janeiro de 2009, com parágrafo de ênfase sobre a existência de saldo de R\$ 130,9 milhões relativo a créditos tributários originados do processo de imunidade tributária da Entidade, já transitado em julgado, os quais, de acordo com projeções de sua Administração, poderão ser compensados, em aproximadamente nove anos, com tributos a serem recolhidos em anos posteriores. A realização futura do ativo encontra-se condicionada à continuidade do processo de compensação junto à Secretaria da Receita Federal, o qual foi suspenso em setembro de 2005. A manutenção da referida suspensão poderá levar a Entidade a, eventualmente, provisionar o ativo. Este ativo garantidor de reservas atuariais da Entidade foi deduzido no cálculo do déficit atuarial das controladas patrocinadoras (Light), conforme requerido pela Deliberação CVM nº 371/00. Consequentemente, caso haja provisão desse valor, o efeito proporcional no resultado da Companhia será de R\$ 17,1 milhões.

11 de março de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0